



REVISTA DIGITAL SIMONSEN

ISSN – 2446-5941



ANNA CAROLINA M MAGDALENO

ADRIANO PEREIRA B. OLIVEIRA

CARLOS ALBERT

DANIELE RONDON

ELIZANGELA GALVÃO

GEISA BORDENAVE

JERLAN MOTA

JORGE ARANTES

LORAINÉ VITÓRIA

MARCELO DE JESUS R MAGDALENO

NÁDIA MARIA

VIVIANE SANTOS

ANO V, Nº 9 (2018)





Equipe

Editor

Prof: Dr. Rodrigo Amaral

Coeditor:

Prof: Dra. Rosane Cristina de Oliveira

Parecedor Técnico:

Prof: Msc. Mauro Sérgio Vieira

Técnico de edição

João Marcos Passos dos Santos

Corpo Editorial

- Prof. Dr. Rodrigo Amaral (FIS/UNICBE)
- Prof. Dra. Rosane Cristina de Oliveira (FIS/UNICBE)
- Prof. Dr. Mauro Amoroso (UERJ)
- Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)
- Prof. Dra. Margareth Maria de Carvalho Queiroz (IOC/FIOCRUZ – USS/FUSVE)

Conselho Consultivo

- Prof. Ms. André Luiz Villagelim Bizerra (FIS)
- Prof. Ms. Antônio José Pereira Morais (FIS)
- Prof. Ms. Carla Regina Tadeu Apóstolo (FIS)
- Prof. Ms. Elias Nunes Frazão (FIS)
- Prof. Dr. Patrícia Woolley Cardoso L. Alves (FIS)

Revista Eletrônica Acadêmica /
Faculdades

Integradas Simonsen. Vol.8, n.9
(jan - jun 2018). Rio de Janeiro,
2018 (on.line).

Semestral.

Revista Digital Simonsem

Disponível no Portal Simonsen em:

www.simonsem.br/revista-digital

ISSN 2446-5941

Siglas: FIS: Faculdades Integradas Simonsen; UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; UCAM: Universidade Candido Mendes

EDITORIAL

O mito do “aquecimento global” nutre-nos das mais variadas formas e concepções baseados nos fatos que vivenciamos no nosso dia a dia. O artigo “Aquecimento Global por uma Ótica Assertiva” elucida alguns desses mitos e nos remete a uma grande reflexão sobre os fatores que o homem pode influenciar na natureza, tendo como resposta as inconstâncias do clima e reações dos organismos que convivem neste grande bioma chamado TERRA. Nós como seres vivos, habitamos o universo promovendo deteriorações que talvez venham justificar este grande desequilíbrio em que a Natureza nos tem imposto. Assim, este recurso acadêmico nos alerta e motiva a pensarmos de maneira diferenciada

A Cartografia Nacional passou por vários momentos que a transformou e a inseriu definitivamente como reflexo de uma ciência que apoia as mais variadas formas de gestão de informações. Inicialmente caracterizada como Ciência por retratar no plano as relações com o terreno, representando-o em função dos símbolos e convenções Cartográficas, em “**A Cartografia como Ciência, Arte, Modernização e sua Utilização**”, o texto mostra uma narrativa interessante sobre os processos que sofreram uma grande modernização nas formas de obtenção de dados e informações cartográficas, alinhando esses conceitos e concepções nas mais diversas formas de aplicação, trazendo uma dinâmica definitivamente mais otimizada e moderna.

Em dias cada vez mais exigentes de valores sociais, onde pré-requisitos específicos como Ética, alinhada aos mais variados segmentos sociais e pessoais define por si só a importância do Tema em que o artigo: “**Ética e Sua Importância no Convívio Social e Profissional**”. Com uma linguagem simples e abrangente, o artigo de Viviane Iglesias vem abordar um dos temas mais cobijados pelas sociedades, onde a busca de um padrão ético ratifica a demanda das boas intenções. A autora trouxe uma historicidade interessante e o reproduziu de forma bastante interessante, nos levando a pensar nos fundamentos teóricos que busca encontrar numa sociedade as formas corretas e dignas de ter e reproduzir a Ética em todos os sentidos.

Vivemos numa sociedade repleta de problemas sociais e reflexos das mais variadas ausências de ações que busquem a minimização destes. A autora Elizangela, defendeu durante sua graduação em Serviço Social e de maneira exemplar seu tema aqui adaptado para o formato de artigo acadêmico onde mostra “**A Relação entre Dependência Química e a Co-dependência**” onde nos evidencia que um dependente químico afeta toda uma sociedade assim como sua família, tornando esta igualmente doente. Termos como dicção e dependência traz familiaridades do tema e nos aproxima das pessoas e dos aspectos que o dependente e a falta de aceitação de que este o torna uma pessoa doente, nos alerta e nos sensibiliza a propor o acesso de uma parcela cada vez maior da sociedade.

As questões relacionadas à infância e adolescência, tendo como elemento central a elaboração de políticas públicas, compõe a temática abordado por Adriano Pereira Basilo de Oliveira, no artigo *Infância e adolescência nas políticas públicas: avanços e desafios contemporâneos*. O estudo apresentado alicerça-se na análise da legislação voltada para infância e adolescência, bem como reflexões a partir do entrelaçamento com dados do IBGE e os impactos sociais, assimilados a partir da discussão no espaço midiático, especificamente a recepção da sociedade / leitor, em relação à matéria publicada no G1 – Portal de Notícias do Jornal O Globo na internet.

A formanda em História pela Simonsen, Nádia Maria, que defendeu seu trabalho de conclusão de curso com nota máxima em junho deste ano, nos brinda com a importante reflexão sobre o racismo, ao abordar o aparecimento das teses do racismo científico no ocidente e no Brasil.

Convidamos os leitores para degustar mais essa edição, então recheada de trabalhos discentes e docentes da casa, o que demonstra a guinada da Simonsen e da UNICBE para a pesquisa desde o surgimento da RDS (Revista Digital Simonsen) em 2014.

Sumário

_Toc530425193

A CAPA	7
Por: João Marcos.	7
DIREITO	8
O TERRORISMO E SUAS CONSEQUENCIAS NA SEGURANÇA PÚBLICA....	8
Por: Carlos Albert Pereira de Aguiar	8
EDUCAÇÃO	28
ÉTICA E SUA IMPORTÂNCIA NO CONVÍVIO SOCIAL E PROFISSIONAL	28
Por: Viviane Santos Iglesias.....	28
GEOGRAFIA	41
AQUECIMENTO GLOBAL POR UMA ÓTICA ASSERTIVA	41
POR: Jerlan da Silva Mota	41
GEOGRAFIA	60
A CARTOGRAFIA COMO CIÊNCIA, ARTE, MODERNIZAÇÃO E SUA UTILIZAÇÃO.....	60
POR: Loraine Vitória Aguiar Silva	60
ENGENHARIA.....	Erro! Indicador não definido.
ESTUDO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	80
Por: Danielle Rondon; Marcelo de Jesus Rodrigues Magdaleno e Anna Carolina Ribeiro Mendes Magdaleno	80
HISTÓRIA.....	103
UMA BREVE VISÃO CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NEGATIVOS NO DESEMPENHO PROFISSIONAL	103
Por: Jorge Arantes	103
HISTÓRIA.....	134
A REDENÇÃO QUE NÃO HOVE: AS TENTATIVAS DE BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO MESTIÇA NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX	134
Por: Nádia Maria Vieira da Silva.....	134
SERVIÇO SOCIAL	151
A RELAÇÃO ENTRE DEPENDÊNCIA E CO-DEPENDÊNCIA.....	151
Por: Elizangela Galvão da Silva Accacio.....	151

SERVIÇO SOCIAL	163
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	163
Por: Adriano Pereira Basilo de Oliveira	163
SERVIÇO SOCIAL	183
O DIREITO À MORADIA NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS E O PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA”	183
Por: Geisa Bordenave	183

A CAPA

Rodrigo Amaral (Editor)

Por: João Marcos.

Nossa capa homenageia a Imprensa Brasileira, que embora mereça críticas por sua parcialidade em particular, cumpre importante função democrática no geral. Em tempo de dúvidas, o trabalho de jornalistas sérios merece nosso apoio e apreço, por isso reproduzimos a capa publicada pelo jornal Diário Popular e Correio do Povo, onde à época retrata os eventos que mais tiveram voga, isto posto, representamos nesta edição assuntos que, contemporaneamente, merecem o mesmo destaque.

DIREITO

Como citar: AGUIAR, Carlos Alberto Pereira. *O Terrorismo e suas Consequências na Segurança Pública*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

O TERRORISMO E SUAS CONSEQUENCIAS NA
SEGURANÇA PÚBLICA

Por: CARLOS ALBERT PEREIRA DE AGUIAR

Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que te parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve permanecer impossível de mudar.

Bertold Brecht

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos tempos de informatização das comunicações e da globalização econômica e cultural, lógico se esperar que o mundo jurídico sofresse também um fenômeno internacionalizador. Esse alargamento de fronteiras, refletido nas respostas oferecidas pelo arsenal jurídico, ocorre com tamanha velocidade que se visa, se não a unificação, mas pelo menos a certa harmonização dos ordenamentos penais nas esferas regional e global, como corolário da transnacionalização da delinquência.¹

Sabe-se que nas últimas décadas, as sociedades têm sido vítimas da violência. Este não se constitui num fenômeno particular aos tempos atuais, pois em todos os momentos da história da humanidade encontramos manifestações de violência, das mais diversas formas e modos de expressão de crueldade. Discute-se, hoje, sobre o terrorismo e segurança pública, pois o terrorismo se constitui, no âmbito interno e internacional, como uma via aberta a todo ato violento, degradante e intimidatório. Este é o objeto de criação de um ambiente de medo, aplicado sem reserva ou preocupação moral. Não é uma prática isolada ou desorganizada, que levanta questões no tocante até mesmo em como punir seus praticantes, posto que como sistematizar a punição de alguém que, por força de uma causa, abre mão da própria vida?

Apesar de o terrorismo não ser um fenômeno atual, característico aos nossos tempos, a preocupação e o alarma criados por este contribuem para que

¹ JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano e CARVALHO, Marcelo de. Os sistemas de Justiça Criminal e o desafio do crime organizado. *In* Revista da Faculdade de Direito de Valença. Ano 1, nº 1, Valença: Ed. Valença S/A, 1998, p. 135.

seja tal atividade identificada como uma das causas de maior sensibilidade da sociedade moderna.

Atos recentes como os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, os ataques a alvos civis pós-guerra no Iraque, nos anos de 2003 e 2004, os atentado aos trens do metrô em Madrid em 2004 e em Londres, no ano de 2005, evidenciaram uma nova configuração de suas ações no mundo, o que alguns especialistas acreditam ser a tendência futura dos próximos conflitos mundiais.

Em consequência deste momento histórico, e na eminência de novos e crescentes ataques houve a retomada dos debates por parte de pesquisadores, diplomatas, juristas, sociólogos, estrategistas militares e policiais, buscando-se formas de combater e prevenir este crime transnacional que ameaça à paz, a segurança e a tranquilidade pública dos povos.

Segundo estudiosos de conflitos sociais, o terrorismo tem recrudescido devido às contradições e rivalidades políticas do mundo moderno, e a omissão das grandes potências para resolver conflitos históricos, territoriais e políticos, que seguem sem uma solução definitiva se prolongando por décadas. O fato é que os atentados ocorrem inesperadamente, a qualquer hora ou dia, em qualquer lugar e qualquer pessoa pode se tornar alvo. Suas consequências são pânico, destruição, perplexidade e mortes. Suas justificativas ou motivações podem ser de cunho religioso, político, étnico, cultural, ideológico ou mera necessidade de propaganda, fato que propicia reconhecimento internacional para determinado grupo, seita ou país, o que levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a considerá-lo como um dos cinco principais problemas globais.²

² A Resolução 1373 (2001) adotada pelo Conselho de Segurança em 28 de setembro de 2001 afirma ademais que tais atos, como quaisquer outros atos de terrorismo internacional, constituem uma ameaça à paz e à segurança internacional e exorta os Estados a encontrar meios de intensificar e acelerar o intercâmbio de informações operacionais, especialmente com relação às ações ou movimentações de terroristas e de suas redes; com relação à fraude ou falsificação de documentos de viagem; com relação ao tráfico de armas, explosivos ou materiais sensíveis; com relação ao uso de tecnologias de comunicação por grupos terroristas; e com relação à ameaça causada pela posse de armas de destruição em massa por grupos terroristas. *In* <http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

Nesse sentido, diversos questionamentos são colocados sem que para eles sejam encontradas respostas satisfatórias. Não se sabe ainda, em termos científicos, quando uma conduta pode ser considerada como terrorista, ou ainda, quais os meios eficazes para coibir-se tal espécie de criminalidade que põe em risco a segurança pública. Assim, o presente trabalho busca, com amparo na doutrina especializada, debater a questão, sem a pretensão de esgotar um tema de tão grande importância.

UMA BREVE SÍNTESE DO TERRORISMO NA HISTÓRIA

Conforme dito linhas acima, a prática do terror não se constitui num fenômeno particular aos tempos atuais, pois esteve presente na história da humanidade como expressão pura da violência. Estima-se que tenha surgido durante a república romana no séc. III a.C como tática militar sob o nome de guerra destrutiva ou guerra punitiva, utilizada pelos exércitos conquistadores para afetar o comportamento de populações e líderes das nações dominadas, através do cometimento de ações atroztes contra a população civil, com o objetivo de causar terror e pânico, impedindo desta forma, o apoio desta população a líderes locais, por temor a represálias. *Sun Tzu*, no século IV a.C., também se refere ao terror como estratégia da guerra quando afirma “Mate um, amedronte dez mil”.³

Também, existem aqueles que identificam a utilização de práticas terroristas já no século XI, na Pérsia, onde Hassan Bem Sabbah fundou, em 1090, uma sociedade secreta chamada “*Hashishins*”,⁴ que pertenciam à seita dissidente dos “*Ismailis*”, uma das maiores forças guerrilheiras do Islã, e formavam uma irmandade que usava da agitação e do segredo.⁵ Todavia, são unânimes os autores ao afirmarem que a palavra terrorismo nos remete à ditadura jacobina quando da revolução francesa. Esta que se instaurou no período que vai de 5 de setembro de 1793 até 27 de julho de 1794, com a queda

³ WOLOSZYN, André Luís. Aspectos gerais e criminais do terrorismo e a situação do Brasil. Revista do Ministério Público do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre: Livraria do Advogado, n. 55, p. 123, maio/ago. 2005.

⁴ Expressão que deu origem a palavra assassino.

⁵ MELLO, Celso R. D. de Albuquerque. Direito Penal e Direito Internacional. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978, p. 144.

de Robespierre, que exerceu suas práticas de dominação através da ampla utilização do terror. A título de exemplo deve-se notar que estimativas dão conta de que trezentos mil suspeitos foram presos e dezessete mil pessoas foram executadas oficialmente, sem contar aquelas que morreram nas prisões sem julgamento.⁶

Do séc. XIX ao séc. XX, na Europa, grupos denominados anarquistas utilizavam-se de sequestros, assassinatos e atentados a bomba, para levar a insurreição internacional contra a exclusão social e o desemprego, consequência da Revolução Industrial. Estes métodos são o que hoje conhecemos como terrorismo moderno ou novo terrorismo.⁷

A partir do século XX, houve um recrudescimento das ações e atentados com grupos anarquistas e nacionalistas e o exemplo mais conhecido foi o assassinato, por um nacionalista sérvio da organização secreta Mão Negra, do herdeiro do trono austro-húngaro, o Arquiduque Francisco Ferdinando, em 28 de junho de 1914, fato que originou a Primeira Guerra Mundial. Já na segunda metade do século XX, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a “Guerra Fria” as ações se concentraram na vertente político-ideológica, perdurando até a decadência do império comunista com a queda do muro de Berlim em 1989 e a extinção da URSS, em dezembro de 1991.⁸

Modernamente a palavra terror ganhou nova feição, mormente após as ditaduras, como ocorreu no Brasil, onde foi utilizada largamente a nomenclatura “terrorismo” para designar os atos praticados por inconformismo político. A Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7170 de 1983) menciona a palavra terrorismo, embora sem lhe dar uma definição precisa. Em seu artigo 20, atribui sanção com pena de três a dez anos de reclusão quem para quem “devastar, saquear, extorquir, roubar, sequestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosões, praticar atentados ou atos de terrorismo por inconformismo

⁶ COSTA, Rodrigo de Souza. Terrorismo: algumas anotações. *In* Direito Penal Internacional: estrangeiro e comparado. Coordenador Carlos Eduardo Adriano Japiassú. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007; p. 170.

⁷ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.*; p. 124.

⁸ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.*; p. 129.

político ou para a obtenção de fundos destinados a manutenção de organizações políticas subversivas ou clandestinas”.

Ainda assim, variadas definições vêm sendo tentadas, não só por parte da doutrina, bem como por uma série de organismos internacionais. Serão apresentadas a seguir, algumas destas pretensões que, através de um panorama genérico, não permitiram até os dias atuais uma definição precisa do termo.

A BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Na literatura internacional, podemos facilmente encontrar conceitos ou referências sobre terrorismo em estudos de psicologia, sociologia, antropologia, política e criminologia. Porém, sob o ponto de vista jurídico penal, a questão torna-se complexa, pois os delitos normalmente se definem tomando como referência um bem jurídico lesionado, o que no caso em questão é múltiplo.

Na visão da Organização das Nações Unidas (ONU), o terrorismo é considerado um crime comum e não de natureza política fato que não admite o asilo, mas sim a extradição. Por este motivo, juristas utilizam-se de vários elementos como o grau de violência empregado, os meios utilizados, o resultado e a finalidade para diferenciá-lo de outros delitos.⁹

A Convenção para a Prevenção e Repressão do Terrorismo, de 1937, foi a primeira das convenções internacionais a definir o terrorismo¹⁰ como: “os fatos criminosos dirigidos contra um Estado e cujo fim é o de provocar o terror entre determinadas personalidades, grupos de pessoas ou entre o povo”.¹¹

Em sentido mais amplo, o terrorismo é a tática de utilizar um ato ou uma ameaça de violência contra indivíduos ou grupos de indivíduos para mudar o resultado de algum processo político. São atos de violência contra as pessoas, a liberdade, a propriedade, a segurança comum, a tranquilidade pública, os

⁹ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.*; p. 134.

¹⁰ A expressão “terrorismo” vem do latim *terrere* que significa tremer. Há filólogos que entendem esta expressão como derivada de *perterrere*, no sentido de amedrontar.

¹¹ COSTA, Rodrigo de Souza...*op. cit.* p. 171.

poderes públicos, a ordem constitucional ou contra a Administração Pública como um todo. Os fins e os objetivos buscados por essa forma de guerra não são convencionais e podem ter motivos políticos, religiosos culturais, tomando o poder por meio totalmente ilícito.¹²

Lênin, por sua vez, diferenciava a prática do terrorismo da de guerrilha, ao enunciar que:

O terrorismo é a estratégia a que recorrem grupos de intelectuais, separados das massas, nas quais, na realidade, não confiam e às quais estão organicamente ligados, de modo que sua ação acaba por caracterizar-se no sentido de uma desconfiança em relação à insurreição, quando faltam condições necessárias para desencadeá-la.¹³

Dentro desta concepção ideológica Lênin diferenciava o chamado terrorismo ideológico daquilo que entendia como terrorismo dentro do Estado, fazendo questão de ressaltar que o terror não é forma de luta de classes:

É exatamente o aspecto indiscriminado do ato (a bomba que mata não somente o inimigo de classe, mas qualquer pessoa que, por acaso, se encontre no lugar da explosão) que representa o elemento distintivo entre o terrorismo revolucionário e aquele que se poderia definir como contra-revolucionário ou, mais claramente, fascista. Enquanto, em princípio, a ideia revolucionária aceita o atentado político, mas recusa o terrorismo, porque pode atingir além do inimigo também o aliado, o aspecto indiscriminado dos resultados da ação é o elemento determinante para fins da escolha terrorista, por parte dos grupos contra-revolucionários, os quais desejam criar uma tal situação de incerteza e de medo que cheguem a produzir condições propícias para um golpe de Estado 'pacificador' e libertador. Em síntese, enquanto o terrorismo revolucionário (se e quando aceitável) está com as massas, o terrorismo revolucionário está com as massas, o terrorismo revolucionário está contra as massas.¹⁴

¹² PELEGRINO, Carlos Roberto Mota. Terrorismo e cidadania. Brasília: Revista Centro de Estudos Judiciários, nº 18, 2002 p. 55.

¹³ BOBBIO, Norberto *et al.* Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 1243.

¹⁴ BOBBIO, Norberto *et alii.* Op. cit.; p. 1243.

Jiménez de Asúa classificava o terrorismo como um crime ou uma série deles que são tipificados pelo alarma por estes produzidos, ordinariamente motivado pelos meios de consecução que o terrorista tem por hábito utilizar.¹⁵

Já Chomsky aponta que o chamado US Code afirma sua definição de terrorismo de maneira um tanto ambígua, afirmando que um ato de terrorismo quer dizer qualquer atividade que:

a) envolva um ato violento ou uma séria ameaça à vida humana que seja considerado delito pelos Estados Unidos ou qualquer Estado, ou que seja delito assim reconhecido, se praticado dentro do território jurisdicional americano ou de qualquer outro Estado; e b) aparente (i) ser uma intimidação ou coerção à população civil; (ii) influencie a política governamental por meio de intimidação ou coerção; (iii) ameace a conduta de um governo por um assassinato ou sequestro.¹⁶

Desta forma, observa-se que muitas dúvidas ainda subsistem acerca de um conceito preciso do termo terrorismo. Apesar dos esforços perpetrados nem mesmo as Nações Unidas¹⁷ nem suas agências especializadas conseguiram chegar ao consenso de uma definição satisfatória de “terrorismo” ou mesmo de “terrorismo internacional”.

A NOVA TENDÊNCIA DO TERRORISMO MUNDIAL

Especialistas na questão apontam a existência de um novo fenômeno que é o surgimento, a partir do século XXI, de grupos sem a vertente político-

¹⁵ JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. Tratado de derecho penal. Vol. II. Buenos Aires: Losada, 1951; p. 969.

¹⁶ United States Code Congressional and Administrative News. 98º Congresso, Segunda Sessão, 19 de outubro de 1984, vol. 2, parágrafo 3077, 98 STAT. Apud CHOMSKY, Noam. 11 de setembro. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002; p. 17.

¹⁷ Lançado no dia 2 de maio de 2006, o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, intitulado “Unindo contra o terrorismo: recomendações para uma estratégia global contra-terrorista” busca desenvolver ideias já propostas em 2005 e avalia o progresso da Organização das Nações Unidas (ONU) na sua luta contra o terrorismo. Neste documento, Annan esboça o que ele considera ser os cinco pilares do combate ao terrorismo: dissuadir pessoas de apoiarem ou utilizarem-se do terrorismo; negar aos terroristas os meios para se realizar um ataque; impedir que Estados apoiem o terrorismo; reforçar a capacidade dos Estados de combater o terrorismo; e defender os direitos humanos. In <http://www.pucminas.br>. Acesso em 13 de fevereiro de 2010.

ideológica como ocorria anteriormente com o Exército Republicano Irlandês (IRA) na Irlanda do Norte, o Euzkadi Askatasuna (ETA) na Espanha, o Baader-Meinhof na Alemanha, o Sendero Luminoso no Peru, as Brigadas Vermelhas na Itália, a Frente Popular para a Libertação da Palestina, dentre outros.¹⁸

O crescimento destas organizações terroristas, denominada de “Novo Terrorismo” notadamente na região do Oriente Médio, é caracterizado por elevado grau de fanatismo e extremismo religioso onde em alguns casos, o objetivo é difuso, inexistente causa definida e as ações são de extrema violência e radicalismo, fruto de uma visão parcial e distorcida da religião islâmica. E o exemplo deste novo terrorismo, dentre outros, são os grupos radicais como a Brigada dos Mártires de Al Aqsa, a Al Fatah, o Hamas ou a Jihad Islâmica na Palestina, extremistas como o Hezbollah (Partido de Deus) no Líbano, o Gama a Al- Islamiyya no Egito, a Al Qaeda no Afeganistão além de seitas como a apocalíptica japonesa Aum Shirinkyō (ensino da verdade suprema) que utiliza armas de destruição em massa e prega o fim da sociedade decadente. Nos EUA existem grupos de atuação interna denominados milícias como a de Michigan, de perfil neonazista, que se posiciona contra a imigração de pessoas de outros países em território norte americano e prega a soberania das comunidades locais.¹⁹

Em que pese as motivações para o terrorismo, algumas classificações são apresentadas pela doutrina especializada. Isto porque, inicialmente uma separação, ao menos didática, deve ser realizada. O fenômeno terrorista pode tomar parte apenas internamente em um país, ser fruto da realização de atitude ofensiva de um país frente o outro, ou ainda, ser perpetrado por uma organização particular ou por um Estado constituído, conforme apresentado de forma resumida, a seguir.

¹⁸ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.*; p. 138.

¹⁹ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.*; p. 135.

CLASSIFICAÇÃO DO TERRORISMO

Existem algumas variações terminológicas na sua classificação não obstante terem o mesmo sentido. Na legislação norte-americana, conforme preconiza o *USA Patriot Act*,²⁰ são classificados em internacional, transnacional e federal. Na mesma linha, a doutrina de Inteligência Brasileira apresenta a seguinte classificação, conforme Woloszyn:²¹

Terrorismo Internacional: São os incidentes cujas consequências e ramificações transcendem nitidamente as fronteiras nacionais, ou seja, quando vítimas, executantes e o local de um atentado, ou ainda, os meios utilizados envolvem mais de um país ou nacionalidade. Os exemplos mais recentes são os atentados as Torres Gêmeas em Nova York, EUA em 2001 e aos trens do metrô de Madrid, Espanha em 2004.

Terrorismo Nacional ou Doméstico: São os incidentes cujos atos de violência são praticados por terroristas em seu próprio país e contra seus próprios compatriotas. Um dos exemplos é a explosão de um carro bomba em 1995, em prédio federal na cidade de Oklahoma, EUA pelo norte americano Timothy McVeigh, supostamente ligado a milícias brancas racistas de extrema direita.

Terrorismo de Estado: São os incidentes cujos atos de violência são praticados com o apoio ou sob o controle de um estado patrocinador. Os exemplos são muitos, a maioria praticados por Estados de regimes totalitários, dentre estes, pode-se citar o de Iossef Stálin na URSS a partir da revolução de

²⁰ O *USA Patriot Act*, comumente conhecido como *Patriot Act*, é um controverso ato do [Congresso dos Estados Unidos da América](#) que o presidente deste país, [George W. Bush](#), assinou tornando-o lei em [26 de outubro](#) de [2001](#). O [acrônimo](#) significa "Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001" (algo como Ato de Unir e Fortalecer a América Providenciando Ferramentas Apropriadas Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo, de 2001). Entre as medidas impostas pela lei, estão a invasão de lares, espionagem de cidadãos, interrogações e torturas de possíveis suspeitos de espionagem ou terrorismo, sem direito a defesa ou julgamento. As liberdades civis com esse ato são removidas do cidadão. Muitos historiadores relacionam essa lei como um passo legal para a instituição de LEI MARCIAL na eventualidade de qualquer evento de terrorismo, falso ou verdadeiro. De acordo com o departamento de Homeland Security todas as ações consideradas anti-governamentais, são imediatamente consideradas atos de terrorismo. In http://pt.wikipedia.org/wiki/USA_PATRIOT_Act. Acesso em 08 de fevereiro de 2010.

²¹ WOLOSZYN, André Luís. Op. cit. ; p. 132.

1917, o Holocausto nazista, a revolução comunista de Mao-Tsé-Tung na China em 1939, o regime de Pol Pot no Camboja, a revolução Cubana de Fidel Castro em 1959. Alguns autores consideram ainda, o lançamento da bomba atômica sobre as cidades japonesas de Hiroxima e Nagasaqui atos de terrorismo de Estado.

OBJETIVOS DAS AÇÕES TERRORISTAS

Segundo Woloszin²² com relação aos objetivos, a Doutrina Brasileira de Inteligência, preconizada pela Escola de Inteligência subordinada a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) ²³ assim se posiciona: em caráter geral, o objetivo dos atos e ações são a de criar um clima de insegurança e temor generalizado para demonstrar inconformismo contra um sistema seja político, econômico, social, étnico ou religioso e facilitar o desenvolvimento de um processo de mudanças pretendidas. Em caráter específico seus objetivos são diversos, entre estes podem ser apontados:

- a) derrubada e ou substituição de um governo ou de um modelo político-ideológico e religioso;
- b) obtenção de autonomia política para um grupo sub-nacional;
- c) alteração da política externa de um governo;
- d) defesa do meio-ambiente e dos direitos dos animais;
- e) purificação da humanidade e confirmação de previsões apocalípticas;

²² WOLOSZYN, André Luís. Op. cit.; p. 129.

²³ A [Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999](#) institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, e criou a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN que tem como competências: I - executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo; II - planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; III - planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; IV - avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional; V - promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência; e VI - realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência. In <http://www.abin.gov.br>. Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

- f) inconformismo com o processo de globalização, a exclusão social e consequente desumanização da sociedade;
- g) como instrumento de poder entre grupos em conflito;
- h) como recurso assessorio contra países hostis; e
- i) propaganda e marketing.

A doutrina norte-americana acrescenta ainda, entre os objetivos específicos, a debilitação dos mecanismos de controle exercidos pelo governo, para demonstrar a fragilidade do sistema policial e a indução da população, ao descrédito na capacidade repressora das autoridades contra o terrorismo.²⁴

O BRASIL E O TERRORISMO: ALGUMAS PONDERAÇÕES

O Brasil, segundo posicionamento do Ministério das Relações Exteriores, “repudia qualquer manifestação de violência política, principalmente a de grupos que se utilizam do terrorismo para impor ideologias e desestabilizar governos”. Nesta linha, o País aderiu aos doze acordos internacionais da ONU que tratam do tema e vem cumprindo integralmente as recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional Contra a Lavagem de Dinheiro ²⁵ (GAFI).²⁶

Participa ativamente do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)²⁷ criado em 1999 para coordenar a troca de informações e discussão

²⁴ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.* ; p. 130.

²⁵ O Grupo de Ação Financeira – GAFI é chamado, em inglês, de FATF/Financial Action Task Force, e, em francês, de GAFI/Groupe d'Action Financière. Ele é uma organização intergovernamental, com sede em Paris, criada em 1989 por iniciativa do G-7 com o objetivo de desenvolver e promover políticas nacionais e internacionais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. O GAFI é o principal órgão no sistema internacional anti lavagem de dinheiro. O Grupo congrega atualmente 34 países membros, além de diversas organizações internacionais observadoras. O GAFI elaborou, revisou e publica os padrões internacionais (*Standards*) a serem seguidos pelos países, em matéria de prevenção de repressão à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo: são as 40 Recomendações + 9 Recomendações Especiais. In <http://gtld.pgr.mpf.gov.br>. Acesso em 13 de fevereiro de 2010.

²⁶ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.*; p. 132.

²⁷ A Declaração do Panamá sobre a Proteção da Infra-Estrutura Crítica no Hemisfério Frente ao Terrorismo (aprovada na terceira sessão plenária, realizada em 1º de março de 2007), considera que o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, seja qual for sua origem ou motivação, não tem justificação alguma; afeta o pleno gozo e exercício dos direitos humanos e constitui grave ameaça à paz e a segurança internacionais, às instituições e aos valores democráticos consagrados na Carta da OEA, na Carta Democrática Interamericana e em outros

de estratégias contra terroristas, a Resolução n 1373/01 da ONU que prevê o intercâmbio de informações operacionais e a cooperação por intermédio de arranjos e acordos bilaterais e multilaterais. Foi também, um dos primeiros países a assinar em 2002, a Resolução 1840 – Convenção Interamericana Contra o Terrorismo - aprovada pela Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) que visa prevenir, combater e erradicar atividades terroristas.²⁸

Entre estes estão a precariedade das medidas de segurança e controle no Brasil, a facilidade de ingresso em território nacional face a grande extensão de fronteiras terrestres e marítimas e a existência de pontos de apoio constituídos por segmentos da comunidade árabe-palestina nos estados de São Paulo, Paraná, Pará e Rio Grande do Sul, contrários as políticas de paz com o estado de Israel (acordos de Oslo) e as ações militares adotadas pelos EUA em relação aos países árabes, notadamente no Iraque.²⁹

Mas não é só: no caso brasileiro, por exemplo, a tomada de decisões arbitrárias como forma de se evitar a prática de terrorismo criou um clima de desconfiança acerca do tema, o que implica em uma série de problemas a seu efetivo combate. Assim, verifica-se que, em nome de uma cultura de emergência, a supressão de direitos fundamentais foi muitas vezes eleita como forma de resposta ao terrorismo. Entretanto, sobre direitos fundamentais alguns posicionamentos devem ser apresentados.

Nas palavras de Miranda “somente há direitos fundamentais quando o Estado e a pessoa, a autoridade e a liberdade se distinguem e até, em maior ou menor medida, contrapõem-se”.³⁰ Nesse sentido, necessariamente encontram-se os direitos fundamentais submetidos a limites e/ou restrições. Assim:

instrumentos regionais e internacionais e reitera seu compromisso de prevenir, combater e eliminar atos de terrorismo e seu financiamento mediante a mais ampla cooperação e com pleno respeito às obrigações impostas pelo direito interno e pelo Direito Internacional, incluindo o Direito Internacional dos Direitos Humanos, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados. *In* <http://www.cicte.oas.org>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

²⁸ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.* p. 132.

²⁹ *Idem*; p. 133.

A restrição relaciona-se com o direito em si mesmo, com a sua extensão objetiva; o limite ao exercício de direitos contende com a sua manifestação. Com o modo de exteriorizar-se através de seu titular. A restrição afeta certo direito (em geral ou quanto a certa categoria de pessoas ou situações), envolvendo a sua compreensão ou, doutro prisma, a amputação de faculdades que a priori aí estariam compreendidas; o limite reporta-se a quaisquer direitos. A restrição funda-se em razões específicas; o limite, como acaba de se ver, em razões ou condições de caráter geral, válidos para quaisquer direitos.³¹

Já Canotilho e Moreira entendem que a restrição aos direitos fundamentais depende de quatro condições: que a restrição esteja expressamente admitida na Constituição, que vise a salvaguardar outro direito ou interesse constitucionalmente protegido, que a restrição exigida por esta salvaguarda seja apta para o efeito e se limite à medida necessária para alcançar esse objetivo e que não atinja o núcleo essencial do direito em causa.³²

A partir destas considerações se apresenta a construção de Günter Jakobs, que distingue entre cidadãos e inimigos da sociedade. Para o autor os inimigos são os adversários do ordenamento jurídico que não proporcionam a garantia cognitiva mínima necessária a um tratamento como pessoa. Não só não podem esperar ser tratados como pessoa, mas o Estado não deve tratá-los, sob pena de vulnerar o direito à segurança das demais pessoas. Jakobs entende a personalidade como uma construção irreal, exclusivamente normativa.³³

Isto demonstra que a questão do terrorismo e segurança pública pode trazer à baila diversos debates no tocante à sua prevenção, pois verifica-se que, em nome desta, a supressão de direitos fundamentais e outras garantias, foram,

³⁰ MIRANDA, Jorge. Os direitos fundamentais perante o terrorismo. In Terrorismo e Direito. Os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil: perspectivas político-jurídicas. Org. Leonardo Nemer Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Forense, 2003; p. 53.

³¹ MIRANDA, Jorge. Op. cit.; p. 60.

³² CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. Constituição anotada. Coimbra: Almedina, 2007; p. 167.

³³ Ver JAKOBS, Günter. CANCIO, Meliá, Manuel. Direito Penal do inimigo: noções e crítica. Tradução de André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2008; p. 42-43.

em um passado recente, utilizadas como forma de resposta ao terrorismo, gerando gravames que ainda ecoam no presente.

Também, a criação de leis dúbias com a anteriormente aludida Lei de Segurança Nacional e outras como a Lei nº 8072 de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), que em seu artigo 2º, *caput*, enuncia que: Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insusceptíveis de: I. anistia, graça e indulto; II. fiança.

Da análise podemos inferir que, em primeiro lugar, o legislador não entende o terrorismo como crime hediondo e apenas o cita no texto, caso contrário, teria especificado em um de seus incisos no artigo anterior ou mesmo, utilizando-se do termo “entre estes” no próprio artigo 2º. Em segundo, a exemplo da Lei de Segurança Nacional, não há a descrição da conduta em norma incriminadora ferindo desta forma, o princípio da legalidade que prevê a definição de uma conduta típica punível.

Desta forma, os gravames previstos na Lei de Crimes Hediondos são inócuos no que se refere ao crime de terrorismo, pois nos oferece uma incriminação vaga e indeterminada. Na mesma linha, Franco afirma que “a falta de um tipo penal que atenda, num momento presente, a denominação especial de terrorismo e que, ao invés de uma pura cláusula geral, exponha os elementos definidores que se abrigam neste conceito, torna inócua, sob o enfoque de tal crime, a regra do art. 2º da Lei nº 8.072/90”.³⁴

Assim, verificamos que inexistente tipo penal para o crime de terrorismo no Direito Penal brasileiro. Nos dois dispositivos legais existentes sobre o tema, ou seja, as Leis acima citadas e objeto de análise, não há a descrição da conduta típica punível, portanto “não há crime sem lei anterior que o defina”.

³⁴ *Apud* LEAL, João José. Crimes Hediondos: a lei 8.072/90 como expressão do direito penal da severidade. Curitiba: Editora Juruá, 2003; p. 79.

A QUESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL FRENTE AO TERRORISMO

Fragoso entende que a melhor prevenção para o terrorismo está na existência de uma sociedade aberta, capaz de tolerar a dissidência e de promover o desenvolvimento social em bases justas e humanas. Segundo o autor, existe uma relação entre terrorismo e violência oficial. Não há terrorismo fora do Estado violento. A prevenção mais eficaz é, de acordo com sua concepção, a que se expressa através das sociedades democráticas, que permitam amplo acesso aos centros de poder e decisão e a livre manifestação dos que se opõe ao sistema.³⁵

Todavia, o Brasil precisa estar atento a qualquer ameaça que possa transformar o país do samba e do futebol (como é conhecido mundialmente) em um pandemônio, e isso precisa ser feito por meio da prevenção e não apenas de leis e adesão a acordos internacionais. Como qualquer Estado, o Brasil pode vir a ser alvo de um ataque terrorista devido a suas próprias vulnerabilidades. Para um melhor entendimento, serão divididas didaticamente em dois segmentos, os estruturais e conjunturais.

No primeiro, destaca-se a grande extensão de fronteiras terrestres e marítimas (segundo dados do Ministério da Defesa o Brasil possui 17,5 mil km de fronteiras terrestres com nove tríplices fronteiras e 8,4 mil km de fronteiras marítimas). No segundo, estão incluídos os grandes vazios territoriais sem fiscalização e controle resultado da concentração demográfica na faixa litorânea do País, a falta de um Plano de Emergência Nacional contra atos terroristas, as deficiências no controle de entrada, permanência e saída de estrangeiros em território nacional, deficiências de efetivo e equipamentos nas Forças Armadas e na Polícia Federal e obstáculos na legislação penal brasileira que não tipifica o crime de terrorismo.³⁶

³⁵ FRAGOSO, Heleno Cláudio. Terrorismo e criminalidade política. Rio de Janeiro: Forense, 1981; p. 119-120.

³⁶ WOLOSZYN, André Luís. *Op. cit.* ; p. 129.

Os tríplices fronteiros Brasil-Colômbia-Venezuela e Brasil-Colômbia-Peru são motivo de especial atenção pelos constantes deslocamentos do grupo conhecido como Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) que poderão utilizar-se do território brasileiro (região da Floresta Amazônica) para a montagem de bases de guerrilha contra o Exército Colombiano e Forças dos EUA envolvidas no Plano Colômbia.³⁷

Do mesmo modo, existem carências no campo econômico, de recursos de toda ordem em instituições como as Forças Armadas e Polícia Federal o que nos torna vulneráveis a medida que não possuímos um controle eficiente das fronteiras marítimas, terrestres e em aeroportos, acompanhamento de estrangeiros e um banco de dados atualizado.

Também, no campo político, torna-se necessário à criação de uma legislação penal específica que tipifique o crime de terrorismo, a exemplo da Lei de Lavagem de Dinheiro, bem como a implantação de uma Comissão Nacional de Combate a Atos Terroristas com um plano emergencial que envolva vários segmentos do poder público e que tenha desdobramentos nos estados da federação.

Nesse sentido, as carências e vulnerabilidades apontadas nos tornam um alvo em potencial de possíveis ataques terroristas. Assim, a exigência de uma polícia melhor aparelhada, especializada e de órgãos que trabalhem de forma sigilosa, como a anteriormente citada Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), são fatores que podem atuar ao menos de forma a coibir uma possível ação terrorista no Brasil.

³⁷ *Idem.*; p. 136.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi apresentado, infere-se que o terrorismo é um fenômeno antigo e complexo, com definições variadas, ligado a aspectos políticos, sociais e econômicos que envolvem poder e dominação, seja cultural, territorial ou através da economia globalizada.

Por sua natureza de imprevisibilidade e com base no chamado novo terrorismo, mais cruel e violento, praticados com o suporte de tecnologia avançada, este crime está longe de ser extirpado da sociedade contemporânea e continuará sendo um sério problema para a segurança pública, espalhando o pânico, destruição e morte.

O Brasil vem aderindo a acordos internacionais, notadamente as resoluções e recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), que prevêm troca de informações, financiamento para treinamento de especialistas, dentre outras facilidades. A aprovação, em 1998, da Lei nº 9.613 sobre crime de Lavagem de Dinheiro e a criação da Comissão de Controle de Atividades Financeiras - COAF - constituiu-se em avanço nesta questão, porém, estes esforços não são suficientes para prevenir a ocorrência de atentados terroristas em território nacional, ainda que não se vislumbre, até o momento, a existência de grupos organizados, células terroristas ou intenção de agir deste modo, conforme dados da Escola de Inteligência, subordinada à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

No campo econômico, há carência de recursos de toda ordem em instituições como as Forças Armadas e Polícia Federal o que nos torna vulneráveis a medida que não possuímos um controle eficiente nas fronteiras marítimas, terrestres e em aeroportos, acompanhamento de estrangeiros e um banco de dados atualizado.

No campo político, torna-se necessário à criação de uma legislação penal específica que tipifique o crime de terrorismo, a exemplo da Lei de Lavagem de Dinheiro, bem como a implantação de uma Comissão Nacional de Combate a

Atos Terroristas com um plano emergencial que envolva vários segmentos do poder público e que tenha desdobramentos nos estados da federação.

De qualquer forma, pela análise do ambiente mundial podemos inferir três hipóteses possíveis para eventuais atividades terroristas em território nacional: como área de recrutamento, apoio, trânsito e homizio de militantes de organizações fundamentalistas islâmicas e de grupos palestinos opositores dos acordos de Oslo; eventuais ações na parte norte ocidental da região de fronteira; como base para lançamento de uma ação terrorista contra alvos tradicionais internacionais e como alvo de uma ação terrorista. Neste quadro, o questionamento mais sensato a ser feito não é se haverá atentado terrorista no Brasil, mas sim, quando este irá ocorrer e se estaremos devidamente preparados para as suas consequências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto *et alii*. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. Constituição anotada. Coimbra: Almedina, 2007.

CHOMSKY, Noam. 11 de setembro. Tradução de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COSTA, Rodrigo de Souza. Terrorismo: algumas anotações. *In* Direito Penal Internacional: estrangeiro e comparado. Coordenador Carlos Eduardo Adriano Japiassú. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Terrorismo e criminalidade política. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

JAKOBS, Günter. CANCIO, Meliá, Manuel. Direito Penal do inimigo: noções e crítica. Tradução de André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2008.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano e CARVALHO, Marcelo de. Os sistemas de Justiça Criminal e o desafio do crime organizado. *In* Revista da Faculdade de Direito de Valença. Ano 1, nº 1, Valença: Ed. Valença S/A, 1998.

JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. Tratado de derecho penal. Vol. II. Buenos Aires: Losada, 1951.

LEAL, João José. Crimes Hediondos: a lei 8.072/90 como expressão do direito penal da severidade. Curitiba: Editora Juruá, 2003.

MELLO, Celso R. D. de Albuquerque. Direito Penal e Direito Internacional. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978.

MIRANDA, Jorge. Os direitos fundamentais perante o terrorismo. *In* Terrorismo e Direito. Os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil: perspectivas político-jurídicas. Org. Leonardo Nemer Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PELEGRINO, Carlos Roberto Mota. Terrorismo e cidadania. Brasília: Revista Centro de Estudos Judiciários, nº 18, 2002.

WOLOSZYN, André Luís. Aspectos gerais e criminais do terrorismo e a situação do Brasil. Revista do Ministério Público do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre: Livraria do Advogado, n. 55, maio/ago. 2005.

PAGINAS DIGITAIS

http://pt.wikipedia.org/wiki/USA_PATRIOT_Act. Acesso em 08 de fevereiro de 2010.

<http://www.pucminas.br>. Acesso em 13 de fevereiro de 2010.

<http://www.onu-brasil.org.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

<http://www.abin.gov.br>. Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

<http://gtld.pgr.mpf.gov.br>. Acesso em 13 de fevereiro de 2010.

<http://www.cicte.oas.org>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

EDUCAÇÃO

Como citar: IGLESIAS, Viviane Santos. *Ética e sua Importância no Convívio Social e Profissional*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018.
Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

ÉTICA E SUA IMPORTÂNCIA NO CONVÍVIO SOCIAL E PROFISSIONAL

Por: VIVIANE SANTOS IGLESIAS³⁸

³⁸ PÓS-GRADUANDA (ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU) EM DOCÊNCIA E GESTÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA

RESUMO

Projeto proposto para a observação da importância da ética dentro do ambiente onde o ser humano esta inserido. Seja profissional, social ou educacional. O comportamento do ser humano é influenciado pela ética e bons costumes do ambiente e pelo *feedback*, positivo ou negativo, que ele recebe. A importância da existência de regras, conhecido como código de ética, que são criados pelos conselhos de cada grupo, vem crescendo a cada ano e se torna necessário e indispensável para se obter um ambiente acolhedor. Assim, evita o máximo a existência de comportamentos antiéticos, que são aqueles comportamentos reprováveis pelo ambiente o qual o ser humano está inserido, baseado no código de ética. O projeto envolve estudo sobre ética, ética profissional e o código de ética e ética na educação.

Palavras chave: Ética, Ambiente, Conselho, *Feedback*.

ABSTRACT

Proposed project for the observation of the importance of ethics within the environment where the human being is inserted, whether it is professional, social or educational. The human being behavior is influenced by the ethics and good costumes of the environment and by the feedback, positive or negative, that he receives. The importance of the existence of rules, known as code of ethics, which are created by the councils of each group, is growing every year and becomes necessary and indispensable for a welcoming environment. Therefore, it avoids to the maximum the existence of unethical behaviors, which are those behaviors reprehensible by the environment which the human being is inserted, based on the code of ethics. The project involves ethics study, professional ethics and the code of ethics and ethics in education.

Key words: Ethics, Environment, Councils, Feedback.

INTRODUÇÃO

Ética vem do grego *ethos*, que é o modo de ser de uma pessoa, seu caráter. Logo, ética é um conjunto de valores morais de um ser humano ou uma organização.

Para Vázquez (1984) “Tanto “ethos” (caráter) como “mos” (costume) indicam um tipo de comportamento propriamente humano que não é natural, o homem não nasce com ele como se fosse um instinto, mas que é “adquirido ou conquistado por hábito”. Cada grupo da sociedade ou empresa ou país possui a ética moral, que é baseada em seus valores históricos e culturais.

Uma maneira mais fácil de assimilar à ética é justamente fazer com as outras pessoas o que gostaria que fizessem com você, assim, todo ambiente que o ser humano está inserido teria boa convivência, nem tudo é conveniente, existem os antiéticos, são pessoas que não seguem nenhuma ética da sociedade que pertencem, que desrespeitam os princípios éticos do ambiente o qual estão inseridos.

Para que o comportamento do ser humano seja compatível com o ambiente o qual está inserido existem os códigos de ética profissional, como: ética educacional; ética jornalística; ética na política; ética nos esportes; ética empresarial; dentre milhões de áreas que observaram a necessidade de existir padrões ideais de conduta para evitar transtornos.

O código de ética profissional são normas criadas para os profissionais de cada área seguir, os Conselhos fiscalizam e representam cada profissão, elaborando o seu código de ética.

(FIORELLI 2007, p. 222) “feedback é um processo de ajuda para mudanças de comportamento; é comunicação a uma pessoa, ou grupo, no sentido de fornecer-lhe informações sobre como sua atuação está afetando outras pessoas”.

A maneira a qual o ser humano reage dentro do ambiente que está inserido, seja profissional, educacional ou religioso, será observada e sentenciado baseado no código de ética do ambiente. Pode receber um *feedback* positivo e ficar tudo bem ou pode receber um *feedback* negativo e ter um comportamento reprovável, fora dos padrões de ética estabelecidos.

Rhandy Di Stéfano afirma que “Dar *feedback* é ter a capacidade de

informar algo que ajude o outro a perceber o que funciona e o que não funciona nas suas ações”

Feedback é uma palavra inglesa que significa uma resposta, uma avaliação individual ou a um grupo, sobre ações ou resultado obtido.

METODOLOGIA

A pesquisa metodológica esta associada a caminhos, formas, maneiras, procedimentos para atingir determinado fim. Refere-se ao tipo de pesquisa voltada para a inquirição de métodos e procedimentos adotados como científicos.

O método utilizado para a pesquisa é exploratória, tem o objetivo de descobrir idéias e pensamentos. Explorar um problema para obter dados para um estudo mais preciso, obter um novo olhar para a ética, entender a importância no cotidiano.

Cervo e Silva (2006) diz que “A pesquisa exploratória estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses.”

A pesquisa exploratória nesse trabalho busca ampliar o conhecimento em prol de respostas racionais, em conformidade com a realidade do ambiente o qual o ser humano estará inserido; seja ele profissional ou pessoal.

O presente estudo baseou-se na pesquisa de livros, em situações do cotidiano do ser humano onde o comportamento adotado influencia no *feedback*, no retorno que terá de algo ou alguma situação sendo positivo ou negativo.

ÉTICA

“Toda arte e todo saber³⁹, assim como tudo que fazemos e escolhemos, parece visar algum bem. Por isso, foi dito, com razão, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem, mas há uma diferença entre os fins: alguns são atividades, ao passo que outros são produtos à parte das atividades que os produzem.”

³⁹ Aristóteles, Ética a Nicômano, 1094a 1 -5.

A ética está inserida em todo ambiente, em todo o convívio do ser humano, pois é o modo de ser de uma pessoa, seu caráter. Ética é um conjunto de valores morais de um ser humano ou uma organização. Cada grupo da sociedade ou empresa ou país possui a ética moral, que é baseada em seus valores históricos e culturais.

Segundo Arduini (2007, p.35), “o ser humano é chamado a estruturar, desde cedo, o sentido de sua personalidade. A pessoa constrói-se através de fases, desde a fecundação genética até a ida ao túmulo.”

O ser humano desde o nascimento constrói seus valores de acordo com o ambiente que vive, dos costumes e cultura da família ou orfanato. Os exemplos que tem durante toda a vida formam o ser humano, e podem ocorrer mudança de opinião e comportamento conforme os acontecimentos marcantes diários, bons ou ruins.

Para Fromm (1968, p.30), o homem não é uma folha de papel em branco em que a cultura pode escrever seu texto: É uma entidade com sua carga própria de energia estruturada de determinadas formas, que, ao ajustar-se, reage de maneira específica e verificável as condições exteriores.

O ser humano é mutável, logo a possibilidade de ensinar algo e nunca ocorrer mudanças é improvável. Através dos valores, que são princípios morais, o homem adquire o comportamento ético, que rege suas atitudes na sociedade em que vive. O comportamento ético conduz o homem a fazer o que considerar importante em sua vida.

Vásquez (1984, p.69) define a moral: A moral é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livres e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal.

Com seus valores formados desde o seu nascimento o ser humano segue a vida tomando decisões. Os rumos e acontecimentos de vida são baseados na convivência com as pessoas do ambiente, se vier de uma família rígida

provavelmente será uma pessoa mais fechada, porém se por acaso sofrer um trauma o comportamento possivelmente será outro.

Kanaane (2008, p.97) destaca que o conjunto de indivíduos associados forma a base da sociedade, fundamentado nos valores, normas e sistemas de comunicação. Inicialmente, pode-se considerar que o pensamento social se caracteriza por representações individuais que gradativamente vão constituir as representações sociais.

Logo, a ética auxilia a ter equilíbrio no ambiente e bom convívio social, para que ninguém se sinta importunado por algo. Ganhamos confiança, respeito e um ambiente saudável para se conviver; seja ele profissional ou educacional ou até mesmo religioso.

ÉTICA PROFISSIONAL

Ética profissional são normas consideradas ideais para se obter um bom convívio no ambiente de trabalho. Se agir dentro dos padrões estabelecidos, sem causar nenhum desconforto, será considerado uma pessoa ética.

A escolha de uma profissão é optativa, porém ao decidir a profissão que quer seguir os deveres profissionais passam a ser obrigatórios. Esses deveres são conhecidos como código de ética profissional. Porém, se a conduta ética na formação do cidadão for abordada naturalmente desde a sua formação inicial, sabendo qualificar seus valores e princípios, o código de ética não passará a ser visto como regras e obrigações a seguir e sim como boas maneiras e condutas para a melhor convivência em sociedade no dia a dia.

Essas condutas são estabelecidas pelos Conselhos, que fiscalizam e representam um grupo de trabalhador. Por exemplo: CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil); CFN (Conselho Federal de Nutrição); CRN (Conselho Regional de Nutrição); SBF (Sociedade Brasileira de Física); OAB (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil); OMB (Ordem dos Músicos do Brasil); COFECI (Conselho Federal de Corretores de Imóveis); dentre vários Conselhos existentes dentro de diversas profissões.

Os Conselhos estabelecem as condutas no ambiente profissional o qual são responsáveis, essas condutas ficam disponíveis nos famosos Códigos de Ética Profissional.

No código de ética médica (2009), em seu texto descreve “O presente código contém as normas éticas que devem ser seguidas pelos médicos no exercício da profissão, independentemente da função ou cargo que ocupem. [...] A fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas neste código é atribuição dos Conselhos de Medicina, das Comissões de Ética, das autoridades de saúde e dos médicos em geral. [...] Os infratores do presente Código, sujeitar-se-ão às penas disciplinares previstas em lei”.

Missel (2015) diz que “As pessoas são contratadas por suas habilidades técnicas e demitidas por suas dificuldades comportamentais e de comunicação”.

O *Feedback* é importante na interação e desenvolvimento profissional, permite saber se há necessidade de aperfeiçoamento em determinada área, saber as deficiências, saber o que se destaca no profissional, positivamente ou negativamente. É importante ser objetivo ao passar o *feedback* ao profissional, seja ele veterano ou iniciante, é essencial o colaborador tenha oportunidade de argumentar os fatos expostos, e saber lidar com a avaliação sem gerar perseguição ou punição para quem possa ter avaliado negativamente. Por isso, deve existir um diálogo aberto para resoluções de *feedback* negativo para não chegar ao ponto de obstruir nenhum código de ética profissional.

É importante ter ciência de como o seu trabalho ou desenvolvimento esta sendo visto pelas pessoas que convivem ou que estão inseridos no mesmo ambiente que o seu. O retorno, sendo ele esperado ou não, deve ser visto como estímulo e críticas construtivas.

ÉTICA NA EDUCAÇÃO

É possível formar cidadãos críticos, compromissados e capazes de lutar pelos seus direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária. Na ética educacional o educador deverá não apenas colocar o conteúdo científico e ignorar o aluno, ou seja, deve desenvolver o cognitivo e social também. Não apenas criticar negativamente e sim buscar saber se o desenvolvimento do aluno ou turma não é causado pelo profissional.

Cortella (2010, pg.106) fala que a ética, no seu sentido de conjunto de

princípios e valores, é usada para “responder as três grandes perguntas da vida humana: Quero? Devo? Posso?”. O educador amplia a visão de mundo do aluno, logo, nada melhor do que aplicar bem a ética que são os princípios e valores que norteiam as ações do ser humano e estabelecem as condutas para o bem comum.

Fica claro que devemos ter em mente bem definido o que realmente fazer, após verificar o que podemos fazer para atingir o que foi definido e por fim por em prática. Avaliando e se perguntando se é prejudicial a si ou a alguém, se estará sendo antiético.

Boff (1997) diz que “Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável psicologicamente integrada e espiritualmente fecundada”. Logo, na educação gira em torno dos educandos.

Entende-se que ética é o que torna o ambiente saudável, o que transforma o dia-a-dia sadio, a boa convivência. Algo que não seja visto como obrigação e sim ser natural fazer, de realizar, de querer o bem independente de quem seja, buscar sempre o melhor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 53 fala que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo assim, o professor precisa trabalhar e empenhar-se para que isso ocorra. Seja em suas atitudes docentes, nas relações com os educandos, na postura do professor em sala, no chamar a atenção nas conversas, no relacionamento com os profissionais da escola ou na forma como se comporta na sociedade, a ética se faz presente como algo muito fundamental.

O educador deverá buscar a melhor postura em sala de aula e no ambiente educacional, pois é exemplo para os acadêmicos, pois, é a referência do saber, da educação, da pessoa ética.

Cortella (2010, pg.106) diz que “A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ética é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos.”

A ética e o código de ética mostram o que é qualificado como melhor comportamento nos ambientes, seguir ou não o ser humano que decide.

Independente de seguir ou não à risca haverá consequências positivas ou não.

Cortella (2010, pg.107) também diz que: “A ética é uma plantinha frágil que deve ser regada diariamente”. Ética não é uma receita mágica, que segue e esta tudo pronto e no devido lugar, são regras que seguindo poderá ter uma melhor convivência nos ambientes.

Se isolar; não ser solidário; falar mal da instituição ou de colegas de trabalho sem possíveis diálogos com o questionado para melhorias; comentários negativos de docentes ou de alunos; dentre outros comportamentos torna a pessoas antiéticas, além de gerar conflitos desnecessários e mal-estar.

Existem situações com os profissionais da educação que o acadêmico pode relatar algo, e a forma que é tratada o assunto é primordial. Também qualificado como *feedback*, uma crítica pode trazer diversas consequências e o profissional deverá estar apto a escutar o questionamento, sendo ele positivo ou negativo.

Caso um educador receba críticas negativas de uma turma ou um aluno que tenha procurado um representante da direção ou coordenação, o mesmo não deverá receber perseguições ou ser prejudicado ou punido devido ao fato relatado. O ideal é abordar com o profissional o caso sem repassar nomes, falar de maneira geral. Daí o profissional observar como tem sido o comportamento dentro de sala de aula, o que pode melhorar ou o que deve mudar para uma melhor conduta ou uma melhor aula. Sem levar situações para o lado pessoal e sim para seu aprimoramento e crescimento pessoal e profissional.

Existem as avaliações institucionais, onde os profissionais de várias áreas da instituição são avaliados por condutas, atendimentos, resoluções de casos (atendentes, professores, colaboradores gerais, inspetores, coordenadores, supervisores, dentre outras funções que possam existir em uma unidade de educação) e também a estrutura da unidade de educação (as instalações como salas de aula, banheiros, sala de estudos, bibliotecas, dentre outras).

O ideal é após cada avaliação institucional, seja ela realizada semestralmente ou anualmente, e já com os dados obtidos em mãos, o responsável por analisar todos os resultados deverá dar o *feedback* aos profissionais, sendo positivos ou negativos.

Ao repassar o *feedback* obtido na avaliação ter sempre em mente os pontos que devem ser aprimorados para a melhoria contínua da instituição e

parabenizar os pontos qualificados como positivos pelas boas condutas já realizadas e não com intuito de cobranças ou ameaças e sim com.

Na atualidade, o ambiente educativo não é apenas onde se ensina e transmitir conteúdos programáticos didáticos. É o local onde se transmite valores transformando-os em ações e assim amadurecendo o acadêmico para a real compreensão do que é ser ético e viver em sociedade, buscando o melhor para a sociedade e não apenas melhorar para si próprio.

Saber respeitar as diferenças para melhor convivência em sociedade e não apenas ter um comportamento automático de regras por receber algum benefício, o ser humano tem a necessidade de ser educado e não apenas agir por instinto. A instrução faz com que o homem saiba identificar e qualificar os comportamentos para formar seus valores.

A formação ética influencia diretamente na vida pessoal do ser humano e em todos os ambientes que ele conviver, seja educacional, familiar, profissional, religioso, dentre outros. Para que não haja inversão de valores morais e humanos. Assim, poder viver com igualdade na sociedade, sem denegrir cidadãos e a ética passar a ser algo natural do comportamento humano e não apenas somente pensar que são regras que devem ser seguidas para melhorar a convivência no ambiente o qual está inserido.

Portanto, é extremamente importante viver eticamente com a consciência de formar cidadãos éticos, capazes de realizar mudanças e progressos na sociedade. A cidadania não é olhar apenas para si, mas sim agir com solidariedade.

CONCLUSÃO

É importante que se desenvolva um bom relacionamento com os colegas que dividem o mesmo ambiente o qual está inserido, para que isso seja possível, o respeito ao outro é fundamental.

O profissional deve agir no ambiente da forma adequada, ética. Educação e respeito são os pontos principais para uma boa convivência. Situações que causem constrangimento ou até mesmo ofensa devem ser sempre evitadas.

Este projeto contribui para a melhor harmonia de um ambiente de trabalho, o comportamento ético é essencial e o código de ética é primordial para garantir que respeitos básicos sejam estabelecidos. Para se chegar ao objetivo de obter um ambiente saudável o ser humano deverá estar disposto às mudanças.

A importância de manter um bom comportamento e existir um código que garanta a boa conduta trás segurança para o profissional. É muito importante saber lidar com o retorno que terá do trabalho realizado, *feedback*, sendo ele positivo ou negativo. Nem tudo que ocorre será do agrado do ser humano, e sim do comportamento adequado que deverá ter para um bom convívio em sociedade.

A ética é universal, em todo lugar no mundo existem regras que consideram primordiais para o bom convívio no dia-a-dia. E através das regras estabelecidas o indivíduo é julgado.

As regras estabelecidas podem ser questionadas ou podem ser aceitas pela sociedade. Cabe ao indivíduo saber escolher entre o que qualifica como certo ou errado, e avaliar qual decisão tomar. A ética deve prevalecer nas escolhas do cidadão, o comportamento e decisão escolhida definem o que é certo ou errado individualmente.

Não é fácil definir o que é ética, pois são diversas questões complexas que a envolvem. Contudo, subentende que agir com ética é agir de acordo com o bem. Já o que classifica o bem e o mal, o certo do errado, são as regras definidas para o bom convívio no ambiente em que o ser humano está inserido, o classificando como ético ou antiético. A genética do ser humano não pode ser alterada, mas como irá reagir a cada situação que vive em seu cotidiano pode ser mudada.

Observamos que o educador deverá buscar sempre a atualização, pois a nossa sociedade globalizada muda a cada momento. Não se pode simplesmente abordar conteúdo sem diálogos para observar a compreensão dos acadêmicos. É justamente neste momento que o profissional é avaliado pelos seus alunos, principalmente quando transmite conhecimento.

Identificamos a ética com as atitudes tomadas. Como respeito, consciência, compromisso e equidade no dia-a-dia. O docente conquista através de sua postura profissional e bom exemplo. Daí a importância da conduta profissional, ética, no ambiente inserido.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARDUINI, Juvenal. **Ética responsável e criativa**. São Paulo: Paulus, 2007.
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª ed.. São Paulo: Pearson, 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Princípios de administração: o essencial em teoria geral da administração**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.
- Conselho Federal de Medicina – **Código de ética médica** - Resolução CFM nº 1.931, de 17 de setembro de 2009.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Qual é a tua obra?: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. 9ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.
- Estatuto da Criança e do Adolescente - **ECA** - Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990
- FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores: integrando teoria e prática**. São Paulo, Atlas, 2004.
- FROMM, Erich. **Análise do Homem**. Tradução Octavio Alves Vellho. 6ª edição – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- KANAANE, Roberto. **Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI**. 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2008.
- MISSEL, Simoni. **Feedback Corporativo. Como saber se esta indo bem**. 2ª edição – São Paulo: Saraiva, 2016.
- STÉFANO, Rhandy Di. **O líder Coach: Líderes criando líderes**. 1ª edição – Curitiba: Qualitymark, 2009.
- VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução João Dell'Anna. 7ª edição – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1984.

GEOGRAFIA

Como citar: MOTA, Jerlan da Silva. *Aquecimento Global por um Ótica Assertiva*

In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018. Disponível em:

www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

AQUECIMENTO GLOBAL POR UMA ÓTICA ASSERTIVA

POR: JERLAN DA SILVA MOTA

RESUMO

Muito se fala desde a Antiguidade em grandes Apocalipses. É questionável se por fé ou evidências, não é somente um costume contemporâneo essas discussões sobre as diversas possibilidades que podem acarretar um temido “fim do Mundo”. Primeiramente, espera-se a compreensão de que o Planeta permanecerá, a humanidade e as espécies é quem podem sumir. O fato é que a comunidade científica ainda não chegou a um consenso sobre as causas do aquecimento global, um grupo defende as ações naturais e outro grupo, ações antropogênicas. O objetivo central deste trabalho é munir com informações de ambas vertentes, não responsabilizando simplesmente as ações humanas em sua breve existência na Terra, entretanto não creditar apenas ciclos ao acaso que se deterioram naturalmente, mas embasar o leitor sob a ótica científica; a realidade dos fatos. Inevitavelmente é preciso aumentar as pesquisas neste campo com a finalidade de comparar os aquecimentos contemporâneos com os climas que haviam em outras Eras e ainda poder concluir um raciocínio com constatações de fatos, finalmente migrando de uma via teórica para uma via empírica.

PALAVRAS-CHAVE Aquecimento global, efeito estufa, ciclos de Milankovitch, leis de Kepler.

ABSTRACT:

GLOBAL WARMING FOR AN ASSERTIVE OPTICAL

Much has been said since Antiquity in the great Apocalypse. It is questionable whether by faith or evidence, it is not only a contemporary practice these discussions about the various possibilities that can lead to the dreaded "end of the World." In the primacy, one is expected to understand that the Planet will remain, humanity and species is who can disappear. The fact is that the scientific community has not yet reached a consensus on the causes of global warming, one group defends natural actions and another group, anthropogenic actions. The central objective of this work is to provide information on both sides, not simply blaming human actions in their brief existence on Earth, but not only to credit random cycles that deteriorate naturally, but to base the reader from the scientific perspective on the reality of the facts. Inevitably it is necessary to

increase research in this field in order to compare the contemporary heating with the climates that were in other Eras and still be able to conclude a reasoning with facts, finally migrating from a theoretical to an empirical way.

KEYWORDS Global warming, greenhouse effect, Milankovitch cycles, laws of Kepler.

1. INTRODUÇÃO

Aos que pertencem a esta geração o assunto mais temido da vez seria o aquecimento global e todas as suas consequências. Inevitavelmente a Terra está de fato a aquecer, existem algumas vertentes e teorias no campo científico.

“Há modelos matemáticos climáticos que projetam as temperaturas globais de superfície provavelmente aumentando, se a humanidade proceder continuamente provendo gases de efeito estufa e com o desmatamento, no intervalo entre 1,1 e 6,4°C, o nível médio das águas do mar subirá entre 9 a 88 cm entre 1990 e 2100.”

(IPCC 2007 Intergovernmental Panel on Climate Change. eds. 1990, p364).

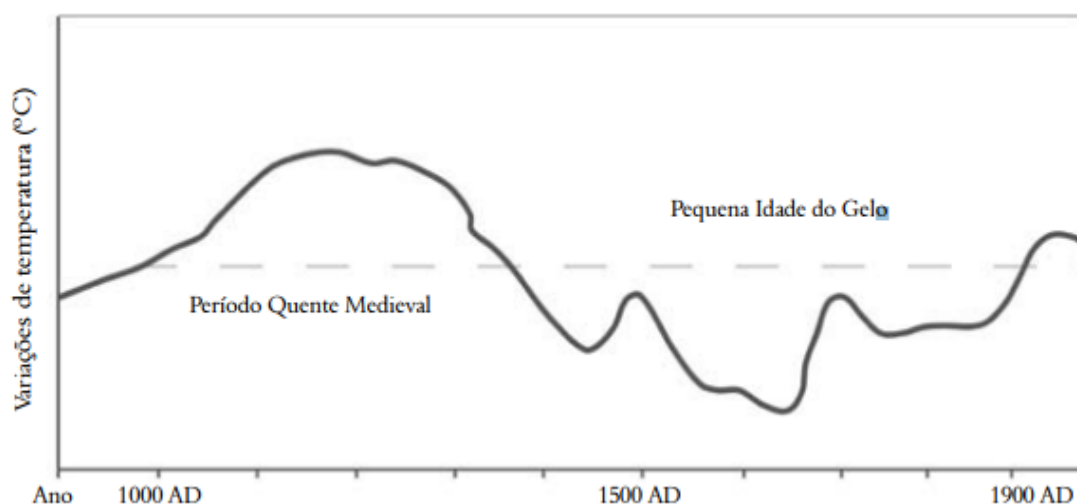
“No período estimado de 7 mil e 3 mil anos atrás, entre os anos 800 e 1200 d.C., o clima teria estado até 10°C mais quente. Nessa época, os vikings colonizaram áreas do Canadá e da Groenlândia que hoje são cobertas de gelo – a concentração de CO₂, porém, era pelo menos 50% menor que a atual. Os céticos alegam que, se há mais CO₂ na atmosfera hoje, é porque o volume desse gás sempre reage com 800 anos de atraso em relação às variações de temperatura. É o tempo que leva para o oceano esquentar ou esfriar, liberando ou retendo CO₂. No polo Sul, houve acúmulo de 300 trilhões de litros de gelo por ano – 4% do volume que o rio Amazonas descarrega anualmente no Atlântico.”

Tiago Jokura - 19 ago 2016, - Publicado em 23 mar 2011, <https://mundoestranho.abril.com.br/ambiente/quais-sao-os-principais-argumentos-contr-a-teoria-do-aquecimento-global>, acesso em 12/01/2018.

Entretanto, a única vertente por vezes a ser explorada são as ações antrópicas. Ora, o homem só com sua presença já traz prejuízos ao Planeta e é capaz de gerar impactos ambientais com seus dejetos, necessidade de alimentação, moradia, higiene, conforto, produção de lixo, até nossa locomoção

é capaz de causar impactos, pois ao andar pela mata, o solo se compacta e esta repetição forma caminhos e trilhas. A humanidade nunca deixará de ser nociva à Natureza, o que se pode esperar é a redução dessa capacidade destrutiva. Doravante, sem o ensino de uma conscientização e práticas eficientes, o homem segue em frente potencializando suas ações demasiadas, diminuindo os recursos naturais e a Terra responde com escassez e com o clima que, desequilibrado gerará futuras catástrofes naturais. Porém, o intrigante neste tema é a compreensão de que o estudo da climatologia é relativamente novo e que precisam ser levados em consideração alguns aspectos físicos, no campo da Geografia e Física, com a finalidade de complementar a cosmovisão ao se tratar de Aquecimento Global.

Figura 1 – Curva de variações de temperaturas durante o último milênio (Fonte: IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change 1990)



Para se estereotipar⁴⁰ algum posicionamento sobre o clima, é preciso observar ciclos em que nosso Planeta sofreu com as mudanças climáticas. A Idade Média é tratada como exemplo, em sua primeira metade, foi um ciclo em que a temperatura estava a aquecer e com isso, o que impede de superarmos estas temperaturas que tivemos no período Medieval ocasionado por manchas

⁴⁰ Como se discute Hall (1997), estereotipar faz parte da manutenção da ordem social, estabelecendo uma fronteira entre o “normal” e o “desviante”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o que “pertence” e o “que não pertence”, o “nós” e o “eles”. Estereotipar reduz, traz essência, naturaliza e conserta as ‘diferenças’, excluindo ou expelindo tudo aquilo que não se enquadra, tudo aquilo que é diferente. [ROSO et AL, 2002, p. 78].

solares e recorrentes erupções vulcânicas ou de entrarmos em uma Era Glacial, que pode durar em torno de mil anos, novamente em um futuro próximo?

“No Espaço temos o privilégio de ver a beleza da Terra, mas também o nosso impacto no Meio Ambiente.”

(SCOTT KELLY, Astronauta Americano – Em seu perfil no Twitter em 30/11/2016).

2. OBJETIVO GERAL

Promover a dicotomia e um raciocínio assertivo quanto ao aquecimento global.

3. OBJETIVO ESPECÍFICO

Propõe-se municiar os leitores sob a ótica científica nas vertentes naturais e antrópicas, ilustrando de modo objetivo os indícios que causaram variações no clima global.

4. REVISÃO DA LITERATURA

A maioria das pesquisas científicas tem seu começo através de uma revisão de literatura executada de forma ad hoc⁴¹. Entretanto, caso esta revisão não esteja completa e justa, terá pouco valor científico. Esta é a principal razão pela qual se deve considerar o uso de uma revisão sistemática. Esta revisão sistemática da literatura é uns dos meios existentes para identificar, avaliar e interpretar a pesquisa pertinente ao objeto deste estudo em particular (KITCHENHAM, 2004). Além disso, existem outras razões mais específicas que justificam o uso da revisão sistemática (KITCHENHAM, 2004):

- Resumir as evidencias existentes sobre uma determinada teoria ou afirmação por exemplo;
- Identificar pontos em aberto para a pesquisa em questão, possibilitando as investigações foram realizadas e comparadas ao longo do processo de pesquisa;
- Prover um embasamento teórico para novas atividades de pesquisas relacionadas com o tema

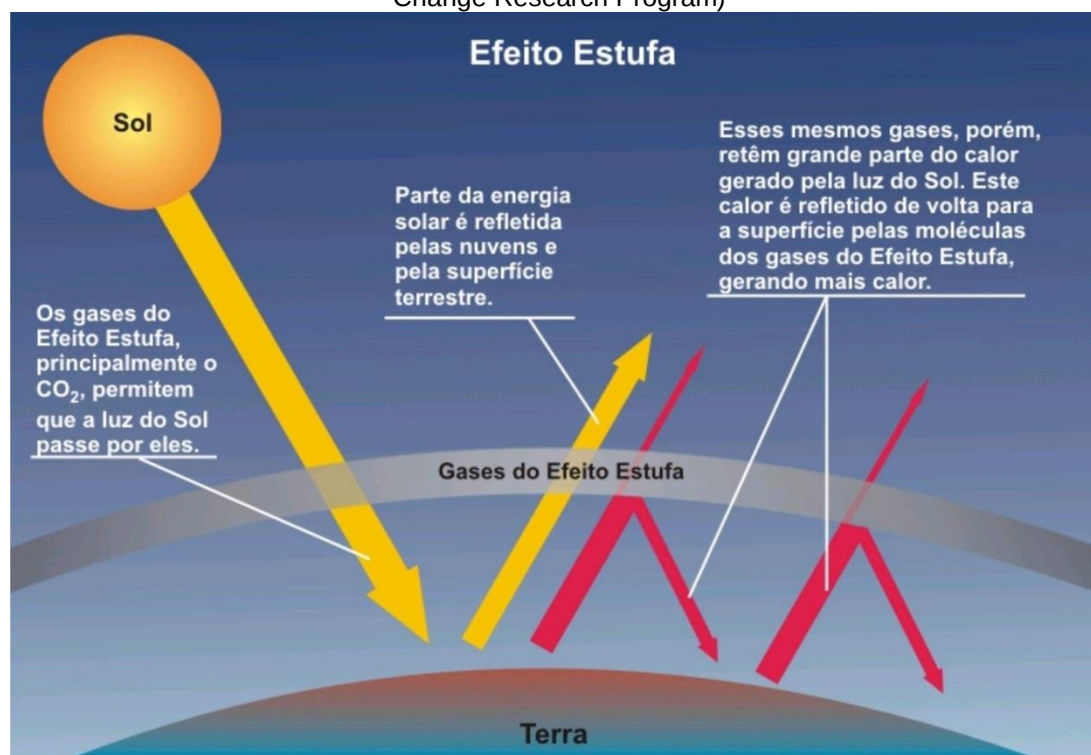
⁴¹ Expressão latina, geralmente usada para informar que determinado acontecimento tem caráter temporário e que se destina para aquele fim específico.

O escopo para aplicação desta revisão sistemática relaciona-se à utilização de estudos comparativos sobre os efeitos climáticos e suas relações com as opiniões, auxiliando no processo de aprendizagem.

4.1 EFEITO ESTUFA

Conceituado como fenômeno natural, o efeito estufa basicamente não é resultado das ações humanas. Ele ocorre quando a atmosfera terrestre repleta de gases (principalmente o CO_2 que é oriundo do vapor de água troposférico, onde sua concentração provém de fontes naturais, tais como evapotranspiração e atividades vulcânicas) retendo a radiação solar aquecendo a Terra possibilitando as condições de vida no Planeta. Sem esta interferência os raios solares seriam em grande parte, refletidos de volta para o Espaço sendo assim, atravancando o único Planeta que sabemos até o presente momento, com condições de vida.

Figura 2 – Esquema do efeito estufa na Terra (Fonte: adaptado de Efeito Estufa, U.S. Global Change Research Program)

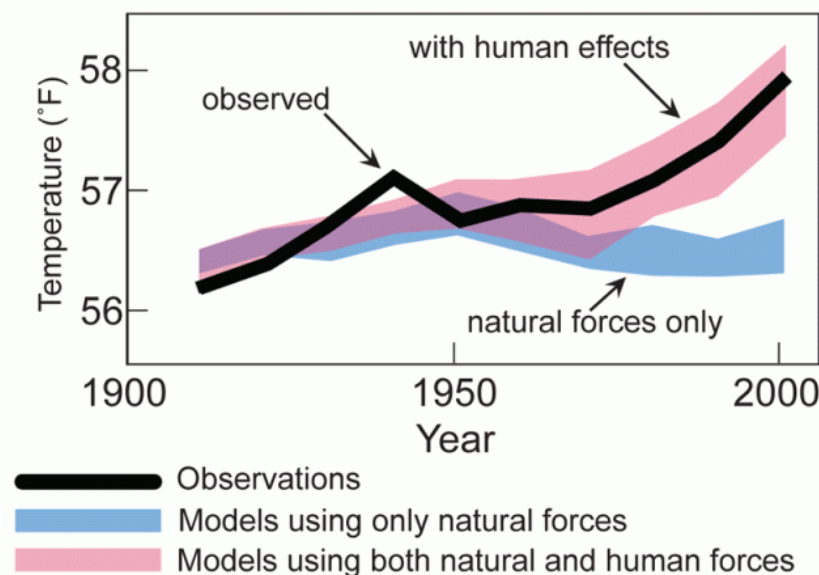


Tais efeitos podem ser potencializados pelo homem, portanto alguns teóricos supõem que a antropogenia⁴² é a causa principal do efeito estufa em

⁴² Antropogenia: "[...] capacidade humana para alterar ambientes e substâncias [...]." WALDMAN, Maurício. *Meio ambiente & antropologia*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006, p. 36.

demasia, superaquecendo a superfície terrestre. Gases como vapor de água, ozônio, dióxido de carbono, CFC's (os chamados gases do efeito estufa – GEE) absorvem parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra e irradiam por sua vez parte da energia absorvida de volta para a superfície. Assim, a superfície recebe quase o dobro de energia da atmosfera do que recebe do Sol, ficando cerca de 30°C mais quente do que estaria sem a presença desses gases. Os gases responsáveis pelo efeito estufa, como vapor de água, clorofluorcarbono (CFC), ozônio (O₃), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e dióxido de carbono (CO₂), absorvem uma parte da radiação infravermelha emitida pela superfície da Terra e irradiam, por sua vez, uma parte da energia de volta para a superfície. Assim recebemos quase o dobro de energia da atmosfera em detrimento a energia solar proporcionada a nós. Sem este incrível fenômeno, seria improvável pensarmos em vida terrestre.

Figura 3 – Comparação das mudanças observadas na temperatura da superfície em escalas continental e global (Fonte: IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change 2007)



No entanto, a ação do ser humano na natureza tem feito aumentar a quantidade de dióxido de carbono na atmosfera, através de uma queima intensa e descontrolada de combustíveis fósseis e do desmatamento. A derrubada de árvores provoca o aumento da quantidade de dióxido de carbono na atmosfera pelas queimas e também por decomposição natural. Além disso, as árvores

aspiram dióxido de carbono e produzem oxigênio. Uma menor quantidade de árvores significa também menos dióxido de carbono sendo absorvido. Também é válido enfatizar atividades agrícolas, industriais e transportes que são grandes contribuintes para a emissão dos GEE.

Os principais gases antrópicos são o CO₂, o CH₄ (20 vezes mais potente que o CO₂ como gás-estufa), e o N₂O. O Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC), descreveu no seu relatório de 2007 que a concentração atmosférica global de CO₂ aumentou de 280 ppm em 1750 para 379 ppm em 2005, significando um aumento de 35,35%. A concentração atmosférica global de CH₄ aumentou de 715 ppb em 1750 para 1732 ppb no início da década de 1990, e 1774 ppb em 2005, significando um aumento de 148%, e a concentração atmosférica global de N₂O aumentou de 270 ppb em 1750 para 319 ppb em 2005, significando um aumento de 18,15%.

Nos últimos 50 anos, foram observados parte do aquecimento que se deve ao aumento dos gases-estufa que são de origem antrópicas. Em um período de 100 anos houve um aumento médio da temperatura global dos continentes de 0,85°C, da temperatura global do oceano de 0,55°C e da temperatura global da Terra de 0,7°C.

“Durante 345 milhões de anos da suposta Era Paleozoica (570 milhões a 225 milhões de anos atrás) a temperatura média da Terra era superior à atual, que é de 15°C. Desde cerca de 300 milhões de anos atrás foram descobertas assembleias de fósseis vegetais representativos de climas quentes e úmidos em diversas partes da Terra. Durante cerca de 80 a 90% da Era Paleozoica as regiões polares da Terra não se apresentaram recobertas de geleiras, mas entre os períodos Siluriano-Ordoviciano (500 milhões a 430 milhões de anos) ocorreram glaciações não muito intensas. Além disso, entre os períodos Permiano e Carbonífero (345 milhões à 280 milhões de anos atrás) ocorreu uma glaciação mais intensa.”

(Suguio K. 2008. Mudanças Ambientais da Terra. São Paulo: Inst. Geológico. 336 p.)

4.2 MANCHAS SOLARES

A radiação solar é determinante para a quantidade de calor solar que chega à superfície da Terra, o que vai ditar o estado do tempo. O Sol não tem uma atitude uniforme, algumas vezes ele pode ser estável e sua superfície aparentemente se comporta uniformemente, outras vezes sua instabilidade aflora e ocorrem explosões que são as tempestades solares apresentando marcas escuras, denominadas por manchas solares. Cientistas notaram que os ciclos das manchas duram aproximadamente 11 anos, desde um Sol estável até um Sol de tempestade. Embora se saiba que o brilho do Sol varia apenas 1% durante seu ciclo de atividade relativamente regular, numa escala temporal longa, o nível médio das tempestades solares poderá estar ligado a alterações na atmosfera, responsáveis por alterações no clima. Essa alteração na atmosfera relaciona-se com as partículas vindas do Sol através do espaço, que afetam a transparência na atmosfera da Terra e não com a quantidade de calor emitido.

Figura 4 – Explosão solar desencadeando um período de manchas solares (Fonte: NASA 2017)



O ciclo de 11 anos é apenas uma característica de um padrão das variações da atividade solar. E durante este ciclo de manchas, o Sol mantém um campo eletromagnético orientado numa direção com o campo da Terra. Contudo, ao fim de cada ciclo de manchas solares, o campo magnético extingue-se e reaparece depois no sentido oposto, ou seja, com os polos norte e sul invertidos, quando surge um novo ciclo de manchas solares. Designado ciclo das manchas duplas.

Não está completamente explicada a causa e o efeito, mas não há dúvida de que as tempestades solares afetam o estado do tempo e quando o Sol está “calmo” a Terra está mais fria. Os astrônomos usam como medida padrão para tais atividades o número de manchas solares. As manchas solares são ainda responsáveis pela luminosidade do céu noturno e por perturbações da ionosfera⁴³. A existência da ionosfera é atribuída quase exclusivamente à ação da radiação ultravioleta recebida do Sol, a qual penetrando na atmosfera Terrestre vai provocar nos constituintes do ar, a diferentes altitudes, ionização relativamente forte, conforme o comprimento de onda. Daí resulta que a ionosfera apresenta constituição heterogênea, que se manifesta pela existência de cinco camadas em níveis diferentes, com densidade eletrônica variável.

4.3 KEPLER E MILANKOVITCH

Na história da humanidade, existem inúmeros homens que foram importantes no campo científico que embasam os impactos climáticos por consequências naturais. Dentre esses nomes, Kepler ⁴⁴ e Milankovitch⁴⁵ são os

⁴³ Parte superior da atmosfera terrestre, onde se realiza a ionização, situada acima da estratosfera. A ionosfera é composta de íons, plasma ionosférico, sua composição faz com que reflita ondas de rádio até aproximadamente 30Mhz. A ionosfera está localizada entre 80Km e 550Km de altitude. O Sol os Meteoritos e Raios Cósmicos são os causadores da ionização da ionosfera, destes o Sol é o principal agente de ionização. Dependendo da hora do dia, estação do ano, e a composição química da atmosfera, a densidade dos elétrons livres variam na ionosfera.

[Fonte: <https://otaviomello.wordpress.com/2012/08/29/a-importancia-da-ionosfera-para-as-ondas-de-radio/>]

⁴⁴ Kepler foi um importante astrônomo, astrofísico e matemático da época do Renascimento Científico (século XVI e XVII). Seus estudos e descobertas foram de grande importância para o desenvolvimento das ciências astronômicas. Mesmo tendo vivido numa época de intensa intolerância religiosa, que não aceitava as novas descobertas, conseguiu obter grandes resultados com seus estudos. É considerado um dos mais importantes cientistas da história. As Leis de Kepler revolucionaram o conhecimento astronômico, pois acreditava-se até então que os planetas realizavam movimentos circulares ao redor do Sol, Kepler provou que estes movimentos eram elípticos. Nasceu na cidade de Weil der Stadt (Alemanha) em 27 de dezembro de 1571. Kepler morreu na cidade de Ratisbona (Alemanha) em 15 de novembro de 1630, descobriu as leis do movimento planetário, conhecidas como Leis de Kepler. Suas principais obras são: *Mistérios do Universo* (1597); *Nova Astronomia* (1609); *Stereometria* (1615); *Sobre a harmonia do mundo* (1619); *Compendium da Astronomia Copernicana* (1621). [ARAGÃO, Maria. 2006. *História do Clima*. São Paulo: Editora Interciência, p. 15].

⁴⁵ Milankovitch foi um astrofísico sérvio nascido em Dalj em 1879 e morreu em 1958, famoso por ser o primeiro a desenvolver teorias sobre como o movimento da Terra são influenciados e mudanças no clima global. Milankovitch estudou no Instituto de Tecnologia de Viena e em 1904 recebeu seu doutorado em Ciências Técnicas. Mais tarde, ele se especializou em matemática aplicada, onde trabalhou na Universidade de Belgrado. Ele usou a matemática para desenvolver teorias climáticas com base em variações das estações e latitudes, dependendo da radiação solar recebida pela Terra. Ele também correlacionou essas mudanças com a remoção do gelo. A teoria de Milankovitch baseia-se no fato de que a trajetória da Terra ao redor do Sol varia; é o

mais citados quando se trata das diferenças temperaturas climáticas. Doravante, é notório que as influências externas do raio de ação Terrestre podem decidir se haverá vida ou não no Planeta. O grande questionamento nesta dicotomia proposta, se de fato, o homem é capaz de produzir gases poluentes, somado a irresponsabilidade da falta de consciência ambiental, suficiente para extinguir sua espécie.

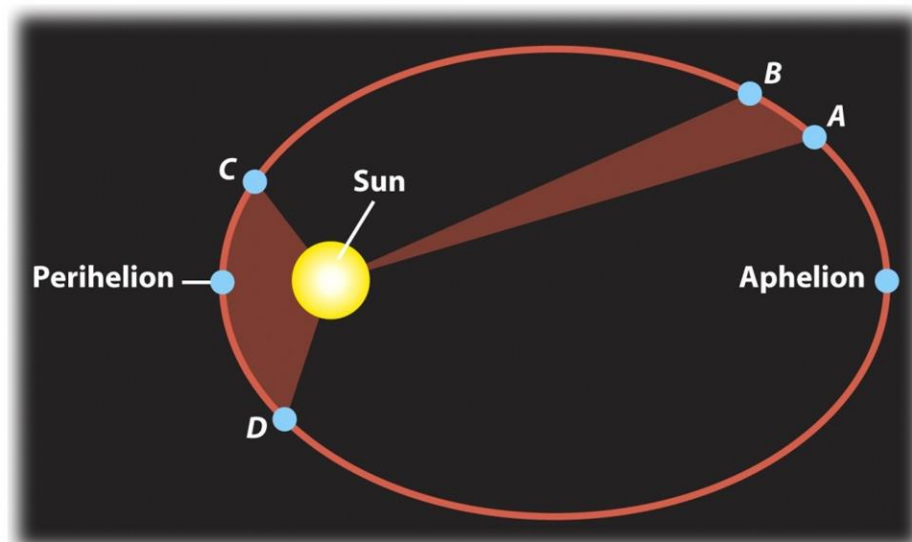
O matemático e astrônomo Johhanes Kepler da época do renascimento científico (séculos XVI e XVII), foi responsável pela compreensão dos movimentos Planetários, que podem ser responsáveis pela mudança de uma Era.

Kepler consolida a configuração elíptica da órbita da Terra, e não circular como havia se pensado, com isso ilustrando fases em que o Planeta se aproxima do Sol e em outras fases se distanciando do mesmo. Em sua teoria, Kepler afirma que nos períodos em que a Terra orbita mais próxima a Estrela denominado periélio, a velocidade é maior em detrimento ao período em que está mais distante, quando longe se denomina afélio, corroborando com a Teoria da Relatividade Geral de Albert Einstein, afirmando que o Universo teria a configuração semelhante a um “tecido” chamado de espaço-tempo, e que o tempo não é uma constante e sim relativo.

que se chama excentricidade da órbita, uma medida da elipse. Portanto, a distância que separa a Terra do Sol não é sempre a mesma. Por esse motivo, os movimentos orbitais são chamados de ciclos Milankovitch e são baseados em teorias atuais sobre glaciações. Deduziu que houve mudanças no ângulo do eixo da Terra e na direção do eixo de rotação da Terra, ainda o movimento de precessão planetário e como calcular todas essas variações. As mudanças que ocorrem na inclinação do eixo da Terra são aquelas que tornam as estações mais ou menos severas. [ARAGÃO, Maria. 2006. *História do Clima*. São Paulo: Editora Interciência, p. 19].

A velocidade no movimento de translação influencia toda a Atmosfera Terrestre e consequentemente, seu macro clima.

Figura 5 – Periélio e Afélio da Terra em seu movimento de translação (IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change 1990)



Quando o ser humano iniciou a agricultura, ele necessitou de uma referência para identificar as épocas de plantio e colheita. Ao observar o céu, os nossos ancestrais perceberam que alguns Astros descrevem um movimento regular, o que propiciou a eles obter uma noção de tempo e de épocas do ano. Por volta do século XVI, Nicolau Copérnico (1473-1543) apresentou um modelo Heliocêntrico, em que o Sol estava no centro do universo, e os planetas descreviam órbitas circulares ao seu redor. No século XVII, Johhanes Kepler (1571-1630) enunciou as leis que regem o movimento planetário, utilizando anotações do astrônomo Tycho Brahe (1546-1601).

Lei das Órbitas, a qual os Planetas descrevem órbitas elípticas em torno do Sol, tendo momentos de proximidades e distância. Se apenas fosse circular, a distância da Terra para a Estrela seria constante, e com isso com menor variação climática.

Lei das Áreas, o segmento que une o Sol a um Planeta descreve áreas iguais em intervalos de tempo iguais. Neste raciocínio, a variável está na velocidade em que os Planetas efetuam o movimento de translação.

Lei dos períodos, o quociente do quadrado dos períodos e o cubo de suas distancias média do Sol é igual a uma constante “k”, igual a todos os Planetas. Esta intrigante lei, estabelece que o modelo da equação não aplicada

apenas para a Terra, ela é considerável para todos os Planetas já estudados pelo homem.

Figura 6 – Lei das órbitas (IPCC Intergovernmental Panel on Climate Change 1990)

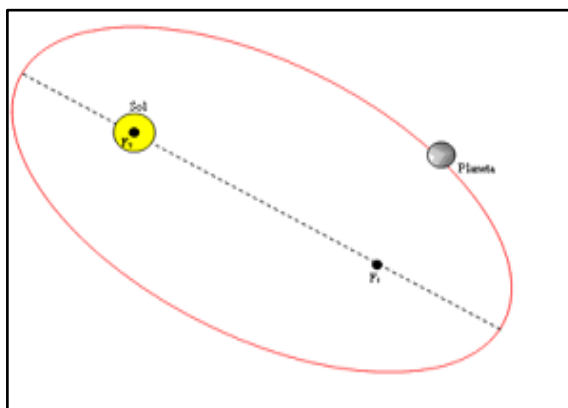
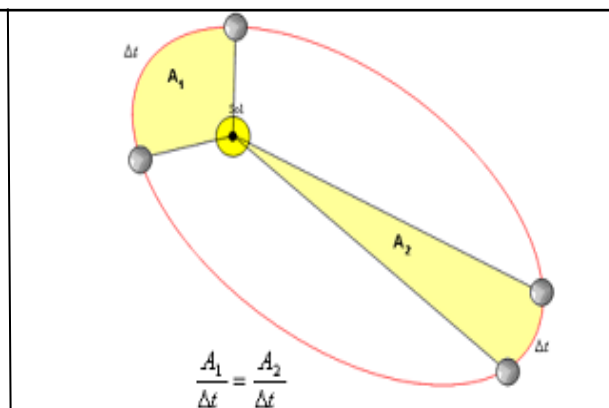


Figura 7 – Lei das áreas (IPCC Intergovernmental Panel on Climate Change 1990)

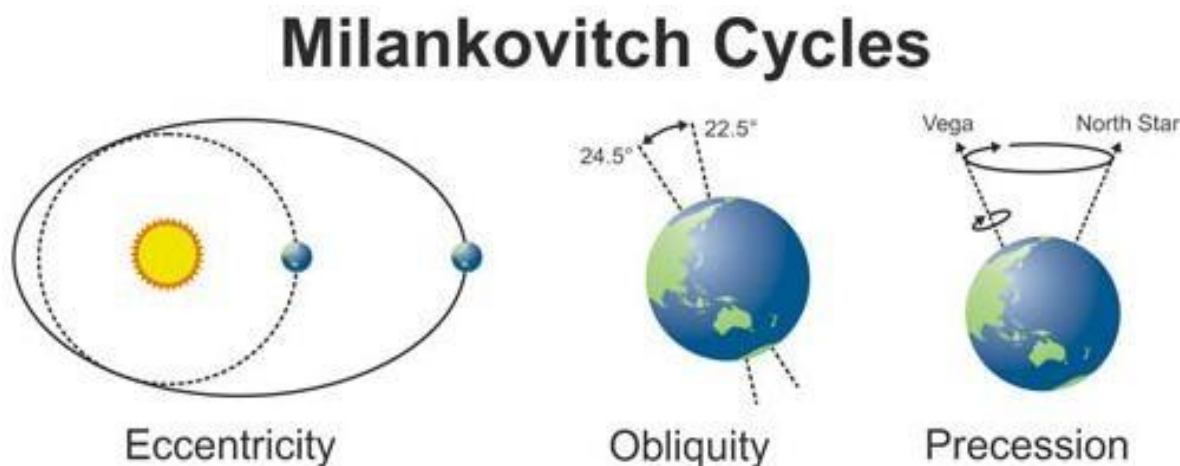


Milutin Milankovitch matemático, astrônomo e geofísico do século XX, evidência outros condicionamentos astronômicos. O ângulo de inclinação da Terra, as diversas variações de inclinação de seu eixo, podendo ser de $21,8^\circ$ a $24,4^\circ$ essa variável, em um período de 41 mil anos.

O ângulo de inclinação terrestre é quem determina o ciclo das estações, logo, se hoje estamos com o ângulo aproximadamente de $23,5^\circ$ as diferenças entre as estações são menos extremas do que em 10 mil anos atrás. Os verões são menos quentes e os invernos menos frios do que costumavam ser. Caracterizando extrema importância para a teoria de Milankovitch apontando para a determinação no mecanismo climático na Terra, que quando promovem a sinergia dos ciclos de precessão com a influência do ângulo de inclinação, somado as estações de radiações solares intensificadas, irão ditar o ritmo da Era em que o Planeta se encontra Era Glacial ou Era Interglacial.

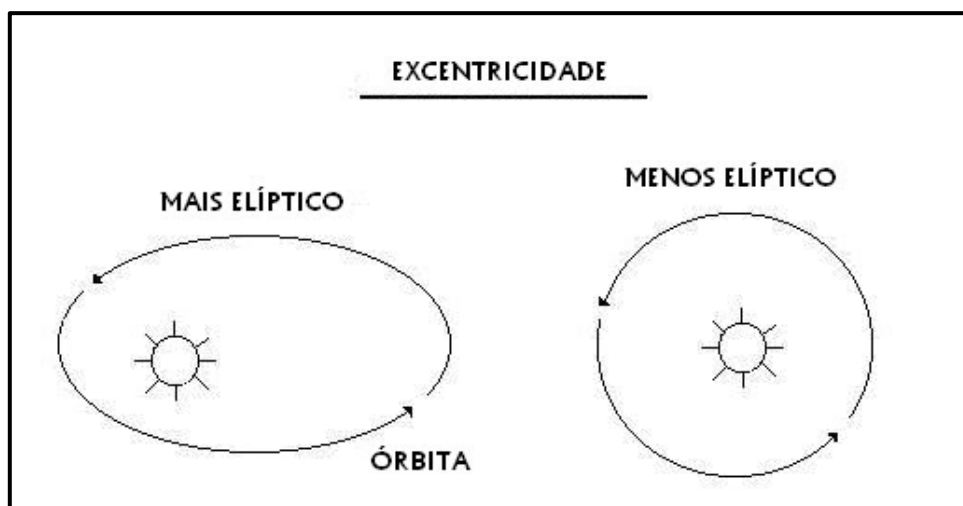
A excentricidade da órbita Terrestre é por vezes excêntrica demais quando ilustrada, porém sua elipse não pode ser igual à zero, pois seria uma órbita obviamente circular, e existem variações de diâmetro do Sol em diferentes épocas do ano, afirmando a ideia de que a órbita é excêntrica.

Figura 8 – Ciclos de Milankovitch movimentos que interferem no macro clima Planetário
(Fonte: <https://sites.google.com/site/greenprojectcom/Pgina-inicial/alteracoes-climaticas-antropogenicas>).



Devido a um complexo jogo de forças gravitacionais entre os Planetas do nosso Sistema Solar, a órbita elíptica da Terra muda de maneira regular e previsível. A forma sempre é de uma elipse excêntrica, o que varia são os alongamentos desta excentricidade. Atualmente, a excentricidade é aproximadamente de 6% deixando a órbita quase circular (isto explica invernos menos rigorosos e uma constante de calor, quanto à distância que estamos do Sol), uma órbita quase circular corresponde às condições climáticas mais quentes do Interglacial, enquanto uma órbita mais alongada pode determinar períodos de extremo arrefecimento provenientes para a Era Glacial ou Idade do Gelo, logo estamos em um período quase circular.

Figura 9 – Órbita elíptica mais excêntrica e órbita elíptica menos excêntrica (Fonte: CANALLE, J. - Revista Geouerj, p. 76, 1998)



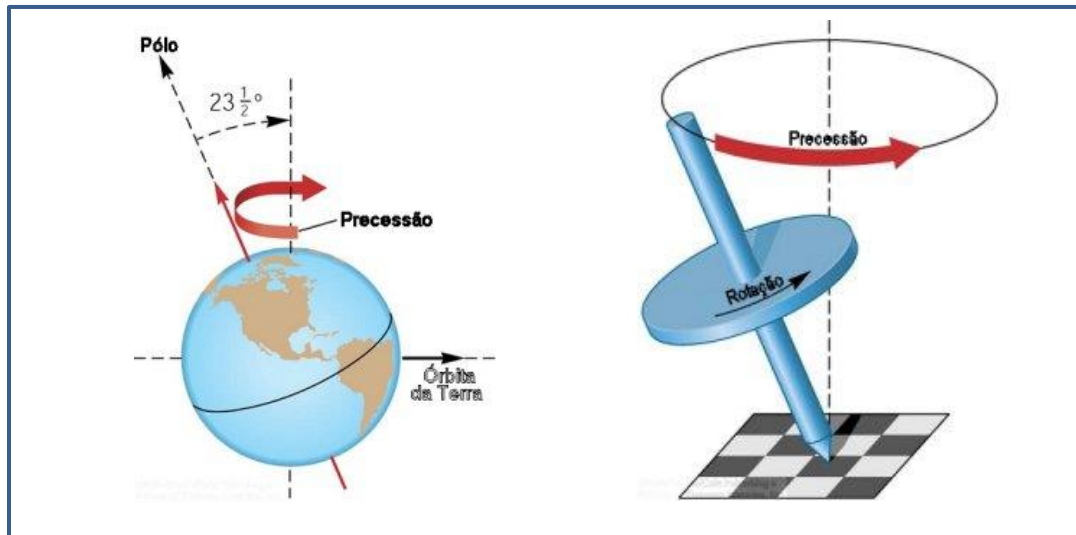
Já o movimento de Precessão da Terra demonstra que a Terra não é perfeitamente esférica, mas sim achatada nos polos e bojuda no Equador. O plano do “bojo” Equatorial está inclinado: $23^{\circ} 26' 21,418''$ em relação ao plano da eclíptica, que por sua vez está inclinado $5^{\circ} 8'$ em relação ao plano da órbita da Lua.

Por causa disso, as forças diferenciais (que ficam mais importantes nos dois “bojos” da Terra) tendem não apenas a achatá-la ainda mais, mas também tendem a “endireitar” o seu eixo, alinhando-o com o eixo da eclíptica.

Este movimento de precessão é o responsável pelos solstícios (verão e inverno) e equinócios (outono e primavera) que se alternam de acordo com os hemisférios, pois esta rotação dos polos caracterizando uma obliquidade, concomitante com a inclinação do eixo terrestre, é que demanda a intensidade com que a radiação emitida pelo Sol vai atingir a superfície Terrestre, principalmente na região do Equador, se diretamente ou de modo oblíquo, também um agente climático do Planeta.

São correlações interessantes com bases científicas, mas há outros numerosos fatores, que não são possíveis de ser anunciados no raciocínio deste artigo, por isso exigem relativa complexidade no conhecimento das alterações climáticas.

Figura 10 – Movimento de precessão da Terra (Fonte: Fonte: SILVA, José G.R. Ciclos Orbitais ou Ciclos de Milankovitch. Textos de Glossário Geológico Ilustrado. 2007. p. 1.)



5. CONCLUSÃO

Sendo assim, derruba-se um grande mito em que a falta de aspirações e as deficiências na construção de ideias de grande parte da população brasileira criou, as estações do ano, não tem haver com o período de frio e calor, neve e sol, umidade ou seca, são fenômenos astronômicos compreendidos pela Matemática, Física e Geografia. Contudo, afirmar o Aquecimento Global e direcionar apenas ao homem é vago e infundamentado. Devemos considerar todos os aspectos físicos que contribuem para este ciclo de esquentamento, até mesmo os Oceanos são conservadores de temperatura, agentes atmosféricos e as diversas influências externas que estão no Cosmos, devem ser objetos de pesquisas e estudos quando se trata de Climatologia.

A verdadeira dimensão das causas que reconhecidamente interferem entre si continuará sendo objeto de muitos debates entre os cientistas, e de notável interesse pelo público em geral para o entendimento dos processos naturais e dos efeitos das ações antropogênicas e suas interações. O aquecimento global é real, mas não se tem certeza sobre as suas causas. Pode se tratar de atividade solar e parte de um ciclo de aquecimento e esfriamento das temperaturas na Terra. Nesse caso, não há nada que os governos possam fazer a respeito. Mas vale salientar de que o homem vem corroborando para tal esquentamento, nossas ações precisam ser mudadas e que seja por prevenção e não por necessidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Maria. 2006. História do Clima. São Paulo: Editora Interciência, ps. 13 à 36.

BECK, Ernst-Georg 2007. 180 Years of CO₂ gas analysis by chemical methods. Energy & Environment, ps. 1-17.

FUNDAÇÃO ARGENTINA DE ECOLOGIA CIENTÍFICA. A fraude do aquecimento global. URL: <http://www.mitosyfraudes.org>, acesso 03.10.2017.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK, National Footprint Accounts, 2006 Edition; UNDP. Human Development Report, 2003. Ecological Footprint and Human Wellbeing WWF – Gland, Switzerland and Global Footprint Network (GFN), Oakland, California USA. ISBN 978-2-88085-290-0.

HITWISE. Online Searches for “Global Warming” Heating Up In February. URL: <http://www.hitwise.com/press-center/hitwiseHS2004/globalwarming.php>, acesso 30/11/2017.

HAWKING, Stephen. 2016. O Universo Numa Casca de Noz. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. Cap 1, ps 11 à 17.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. eds. 2007. Climate change 2007: The physical science basis. Contribution of working group I to the fourth assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge Univ. Press, p. 996.

IPCC AR4/SPM, 2007. Contribution of Working Group I for the Fourth Assessment Report (AR4), Summary for Policy Makers (SPM), WMO/UNEP, Genebra, Suíça.

JOKURA, Tiago - 19 ago 2016, 17h55 - Publicado em 23 mar 2011, 20h10. <https://mundoestranho.abril.com.br/ambiente/quais-sao-os-principais-argumentos-contr-a-teoria-do-aquecimento-global>, acesso em 12/01/2018.

KITCHENHAM, B., 2004. Procedures for Performing Systematic Reviews, Keele technical report SE0401 and NICTA technical report 0400011T.1.

MOLION, Lucas Carlos. (1988). A Amazônia e o clima da terra. Revista Ciência Hoje, v.8, n.48, p.42-46.

MOLION, Lucas Carlos. 1995. Global warming: a critical review. Revista Geofísica 43 (2):77-86, Instituto PanAmericano de Geografia e Historia, Mexico, DF.

MOLION, Lucas Carlos, 2005. Aquecimento global, El Niños, manchas solares, vulcões e Oscilação Decadal do Pacífico. *Climanálise* 8 (agosto), disponível em <http://www6.cptec.inpe.br/revclima/revista>.

NASA 2017/ National Aeronautics and Space Administration – <https://www.nasa.gov/feature/jpl/dust-on-snow-controls-springtime-river-rise-in-west>, acesso em 23/11/2017.

NASA 2017/ National Aeronautics and Space Administration - <https://www.nasa.gov/feature/goddard/2018/nasa-covers-wildfires-from-many-sources>, acesso em 24/11/2017.

NCAR, The National Center for Atmospheric Research, ESSL LAR 2009. Disponível em <http://www.nar.ucar.edu/2009/ESSL/i1/>. Acessado em 21/11/2017.

ROSO, Adriane et. al. Cultura e Ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicol. Soc.* (online). 2002, vol.14, n.2, pp. 74-94. ISSN 1807-0310.

SUGUIO, Kenitiro. 2008. Mudanças Ambientais da Terra. São Paulo: Inst. Geológico. 336 p. U.S. Global Change Research Program. O que é efeito estufa?. URL: <http://ambiente.hsw.uol.com.br/questao746.htm>. Acesso 03.10.2017.

UNEP, United Nations Environment Programme / GRID-Arendal, Disponível em <http://www.inforse.org/europe/dieret/Climate/climate%20graphics/41.htm>, acesso em 21/11/2017.

WALDMAN, Maurício. Meio ambiente & antropologia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 226 p.

GEOGRAFIA

Como citar: SILVA, Loraine Vitória Aguiar. *A Cartografia como Ciência, Arte, Modernização e Sua Utilização* In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

A CARTOGRAFIA COMO CIÊNCIA, ARTE, MODERNIZAÇÃO E SUA UTILIZAÇÃO.

POR: LORAINE VITÓRIA AGUIAR SILVA

Resumo: Este artigo vem apresentar a Cartografia que, como ciência, é responsável pela representação visual do espaço geográfico, podendo ser feita por meio de produtos cartográficos como mapas, globos, entre outros. E como arte, objetiva fazer a comunicação com os leitores inter-relacionando-o com o espaço geográfico com informações específicas, que através de tais produtos pode-se identificar a localização dos lugares, orientar, estudar relações políticas e econômicas, saber a ocorrência de fenômenos naturais e entre outras informações que nos permite entender o espaço em que vivemos. Contudo, a arte na cartografia, está relacionada à forma estética, afinal, o mapa é um documento que obedece a um padrão em sua organização e ordem de seus elementos como: símbolos, cores, traços, legendas. Ou seja, explorando da lei estética com clareza naquilo que será apresentado. A cartografia utiliza técnicas e meios cada vez mais modernos para a representação dos elementos que compõem o espaço ou uma área. E, com crescimento do geoprocessamento, em especial dos SIG's (Sistemas de Informações Geográficas), foi preciso uma padronização de um formato de aquisição da geometria dos dados geoespaciais com o objetivo de garantir o trabalho em conjunto para a obtenção de resultados por maneiras nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia, Ciência, Arte, Técnicas.

Abstract: This paper presents the Cartography that, as a science, is responsible for the visual representation of the geographic space, and can be done through cartographic products such as maps, globes, among others. And as an art, it aims to make the communication with the readers interrelating it with the geographic space with specific information, that through such products one can identify the location of places, guide, study political and economic relations, know the occurrence of natural phenomena and other information that allows us to understand the space in which we live. However, the art in cartography is related to the aesthetic form, after all, the map is a document that obeys a pattern in its organization and order of its elements as: symbols, colors, traces, legends. That is, exploring the aesthetic law with clarity in what will be presented. Cartography uses increasingly modern techniques and means for representing the elements that compose the space or an area. And, with the growth of geoprocessing, especially of GIS, a standardization of a geospatial data geometry acquisition format was necessary in order to guarantee the work together to obtain results in national ways.

KEY WORDS: Cartography. Science. Art. Technical.

INTRODUÇÃO.

Localizar-se e orientar-se no meio geográfico foi uma das primeiras preocupações do ser humano. Nos primórdios da humanidade, isso acontecia devido à necessidade de encontrar alimento e abrigo, mas com o passar do tempo, outras necessidades surgiram: Traçar rotas de navegação e comércio, planejar outros caminhos no campo de batalha, encontrar recursos no subsolo, definir o melhor local para a instalação de uma indústria e etc. Para o ser humano, desde o homem paleolítico (passando pelo egípcio, sumério, chinês, grego, romano e o navegador europeu) até o homem atual (cada vez mais sendo influenciado pelas tecnologias sofisticadas do mundo globalizado como satélites e computadores), a localização do espaço geográfico sempre foi uma necessidade. Ao longo da história, isso explica, a importância e o crescimento da cartografia que pode ser definida como o conjunto de conhecimentos científicos, artísticos e técnicos voltados para a elaboração de mapas, plantas, cartas e o mais importante a nossa localização no espaço. Mesmo em nosso cotidiano, estamos em busca de orientação e localização no espaço. Às vezes, perguntamos: “Por favor, você saberia me informar onde fica a rua tal?”

Frequentemente, perguntamos e respondemos essas coisas, o meio mais eficaz de nos localizarmos no espaço urbano, principalmente, em grandes cidades é recorrer a um guia de ruas (planta da cidade ou um mapa se estivermos numa estrada), porém, hoje em dia temos formais mais atualizadas. E, se quisermos conferir a localização de um país, podemos utilizar um atlas ou um globo terrestre. Nos deparamos com diferentes tipos de gráficos diariamente em panfletos, jornais, revistas, televisão e etc. São gráficos como de crescimento populacional, taxa de inflação, de desemprego, ou seja, é importante saber interpretar os diversos tipos de representações gráficas, sobretudo, os mapas que nos permitem localizar nossa posição em relação a outros lugares e pessoas no espaço geográfico.

Os objetivos principais do presente material foram: apresentar a cartografia como ciência/arte e o quanto a disciplina é importante em nosso cotidiano, unificando com as atualizações adquiridas ao longo do tempo.

DESENVOLVIMENTO

A cartografia é uma das ciências mais antigas e que teve origem na mais remota antiguidade quando o homem primitivo registrava algo ao seu redor em simples pinturas (rupestre que é a arte primitiva dos povos nativos) e aos poucos utilizaram pedra, argila. Nesse método, o homem já estava desenvolvendo um trabalho de cartografia desde então, têm-se evoluído em seus métodos e instrumentos, de tal sorte que nos dias atuais dispões de diversas ferramentas tecnológicas para produzir documentos cartográficos com as mais diferentes propostas e para diversas áreas de aplicações mas essa ciência se apoia em outras bem sedimentadas e em evolução mas que dão apoio à cartografia como a astronomia (utilizada para determinar a posição geográfica de coordenadas da superfície terrestre; topografia e a agrimensura (utilizadas para determinação da posição relativa tridimensional e relativa de pontos terrestres); geodésia (estuda as dimensões e forma da Terra, estabelecendo o apoio geodésico básico utilizando instrumentos parecidos aos de topografia mas com alta precisão e métodos sofisticados), desta forma podemos afirmar que:

A cartografia é o conjunto de estudos e operações lógico-matemáticas, técnicas e artísticas que, a partir de observações diretas e da investigação de documentos e dados, intervém na construção de mapas, cartas, plantas e outras formas de representação, bem como no seu emprego pelo homem. Assim a cartografia é uma ciência, uma arte e uma técnica. (CASTRO GIOVANNI, 2000, P.39)

No Decreto Federal 89.817 de 1984 existente há 3 décadas, o primeiro artigo define de forma promissora:

Este decreto estabelece as normas a serem observadas por todas as entidades públicas e privadas produtoras e usuárias de serviços cartográficos, de natureza cartográfica e atividades correlatas, sob a denominação de Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional.

O segundo capítulo desse decreto estabelece o PEC (Padrão de Exatidão Cartográfica), onde o produto da cartografia seria classificado em A, B ou C (ou seja, um selo de qualidade e posição exata, onde a classe A é a melhor). Recentemente, o Exército Brasileiro, definiu o PEC para (PEC-PCD) Produtos

Cartográficos Digitais e como o decreto tem mais de 30 anos, estava desatualizado para o meio tecnológico atual, então, ficou reconhecido como Especificação Técnica dos Produtos de Conjuntos de Dados Geoespaciais (ET-PCDG) que também foi adotada na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde). Entretanto, apenas alguns produtos criados pelo IBGE e pelo Exército informam o PEC ou PEC-PCD, ou seja, uma parcela pequena da produção cartográfica nacional desde que o decreto 89.817/84 foi criado. Veremos, então, a cartografia atual com mais recursos, equipamentos que são utilizados diariamente e que em algumas situações não notamos, mas utilizamos essa ciência e os principais locais e áreas que trabalham constantemente nesse meio cartográfico.

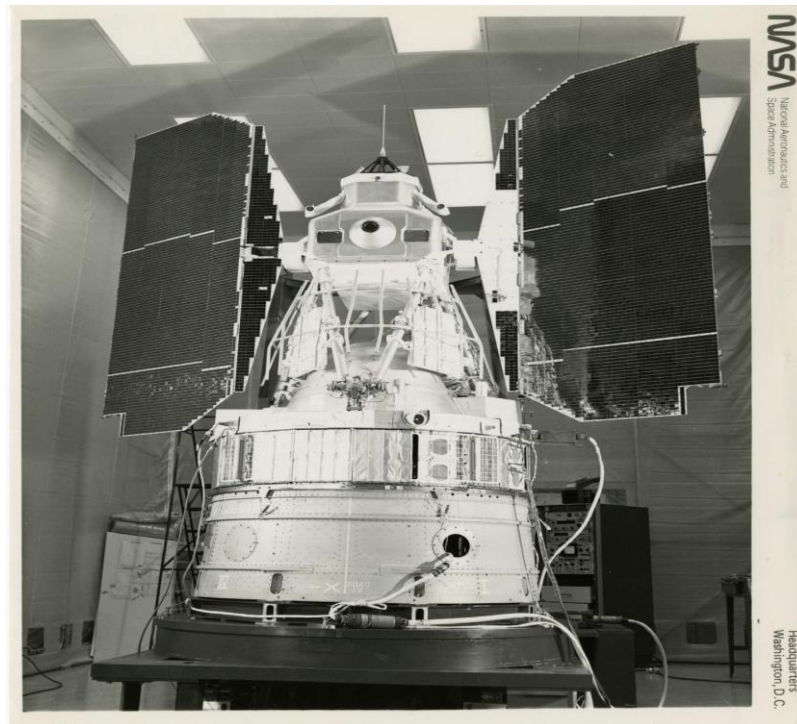
Todo mapa apresenta algumas informações importantes e “responde” determinadas perguntas. Quando observamos um mapa, a primeira pergunta é: “Onde se localiza determinado lugar?”. Para facilitar a localização dos elementos, o mapa apresenta uma rede de coordenadas de latitude e longitude ou uma quadrícula (geralmente, usada em plantas) constituída de números e letras. Em toda representação cartográfica há uma escala, que nos revela a proporção entre os elementos geográficos representados no mapa e esses mesmos elementos na realidade.

A CARTOGRAFIA E A TECNOLOGIA.

Atualmente, as tecnologias avançadas, tomaram conta do nosso dia a dia, tornando a cartografia digital em um importante instrumento para os estudos ambientais e geográficos, pois, é possível ter acesso de imagens através de sites especializados em mapeamento ou por um GPS. Os primeiros sensores remotos utilizados para o mapeamento⁴⁶ foram as câmeras fotográficas, hoje, tornou-se comum em qualquer veículo ou aparelho digital e até mesmo a bordo de aviões para serem feitas imagens aéreas, o primeiro satélite por sensor foi construído pelos norte-americanos e lançado em 1972 com o nome de Landsat-1.

⁴⁶ Mapeamento, segundo o IBGE: Entende-se por mapeamento a aplicação do processo cartográfico sobre uma coleção de dados ou informações, com vistas à obtenção de uma representação gráfica da realidade perceptível, comunicada a partir da associação de símbolos e outros recursos gráficos que caracterizam a linguagem cartográfica.

Figura 1: Exemplo do Sensor do LandSat – Fonte: Air and space. Disponível em <https://airandspace.si.edu/collection-object/landsat-1-earths-1-1-photograph-0>



CARTOGRAFIA TEMÁTICA E MÉTODOS DE TRABALHO.

Porém, os mapas podem apresentar mais do que a localização de algo no espaço geográfico e sua proporção (tamanho). Ou seja, podem mostrar a diversidade desses fenômenos, por exemplo, seus aspectos qualitativos (qualidade), quantitativos (quantidade), ordenador (ordem em que estão organizados), dinâmicos (variação ao longo do tempo e movimentação no espaço) e etc.

Para a representação desses aspectos, podemos utilizar pontos, linhas ou áreas conforme a forma como o fenômeno analisado se manifesta no espaço geográfico. Por exemplo, uma linha ou ferrovia será uma linha atravessando uma determinada região ou país. Então, tendo tais características, querendo mostrar a realidade estamos entrando no domínio da cartografia temática (facilita a intervenção planejada porque nos ajuda a compreender os temas que compõem o espaço geográfico) e é importante ressaltar que esses temas (sociais e naturais) organizam-se de forma sistêmica, ou seja, estão

interligados qualquer intervenção em um aspecto mudará outro.

A astronomia (estuda os corpos celestes como estrelas, planetas, cometas e fenômenos que se originam fora da atmosfera da Terra) é a ciência mais antiga de apoio à cartografia e é utilizada para a determinação de pontos da superfície terrestre, pois, os observatórios de estudo da astronomia divulgam as coordenadas em relação ao meio celeste. No passado, as localizações eram de acordo com o sol ou um “ponto fixo” que guiava as antigas navegações, porém, atualmente as determinações estão mais claras, modernas, metodologias melhores e eficientes.

A Agrimensura está responsável por captar dados geográficos (GPS⁴⁷ ou medições) com o objetivo de desenhar mapas topográficos de certo local para facilitar a realização de obras, ou seja, baseia-se no preparo das áreas seja urbanas ou rurais que sofrerão alguma modificação. O profissional desta área é importante que se tenha uma capacidade de observação; visão do projeto e excelente visão espacial; metodologia e proatividade.

A Topografia é a descrição/observação de um ponto da Terra, mas com todos os detalhes como estradas, vales, casas, rios e etc. Podemos dividir em:

- Levantamento topográfico: Representação das características de um terreno como as dimensões de um lote oferecendo dados confiáveis para que após a sua interpretação e manipulação, possam ser utilizados. Geralmente, são utilizados através de desenho de curvas de nível (linha imaginária que une dois pontos com altitudes semelhantes, através delas são projetados os mapas topográficos, pois, com base na sua observação o profissional pode entender suas informações com uma visão tridimensional do relevo) e perfis.
- Levantamento altimétrico: Determina a altura do relevo no solo, ou seja, instrumentos, métodos e procedimentos de distâncias verticais ou diferenças de nível.
- Levantamento planimétrico: Determina as projeções horizontais dos pontos do terreno, ou seja, as medidas exatas do terreno, pois nem sempre as medidas que estão escritas são semelhantes com as reais.

⁴⁷ GPS: *global positioning system*, ou seja, sistema de navegação através de satélite, por um equipamento móvel, que envia informações sobre a posição de algo em qualquer horário e em qualquer condição climática.

- Aplicações da topografia: Urbanismo; Mapeamento topográfico e cartográfico; Construção civil; Urbanismo e etc.

ESCALAS, MAPA, CARTA E PLANTA.

Para a representação da realidade no mapa, é preciso estabelecer uma correspondência entre as dimensões do terreno e as do papel, então, essa relação é feita por meio de uma escala, que expressa quanto os elementos do espaço geográfico foram reduzidos para caberem uma folha do papel ou na tela de um computador. É considerada pequena quando se reduzem os elementos e grande quando os elementos não são muito reduzidos. Por exemplo, é impossível encontrar uma rua de uma cidade qualquer em um mapa-múndi, afinal, a escala utilizada nesse tipo até mesmo uma metrópole se torna apenas um ponto e para representar uma rua, é preciso usar uma escala certa como a de 1:10 000.

As representações em escala pequena mostram áreas muito extensas, poucos detalhes e são chamadas de mapas; diferentemente da escala grande mostram áreas pequenas com maior grau de detalhamento e são chamadas de cartas. Representações em escalas muito grandes e com um grau enorme de detalhes são chamadas de plantas. Assim, para localizar um estado importante, podemos utilizar o mapa do Brasil; mas se quisermos uma cidade pequena em um estado temos que utilizar o mapa desse estado e, para localizar as ruas ou avenidas, a planta da cidade.

Também podemos utilizar as cartas topográficas, como as publicadas e vistas no IBGE (visita dia 04/04) na escala 1:50 000, para obter as informações sobre determinada região do território brasileiro como área urbana, vilarejo, fazenda, rio e etc.

O advento dos satélites e dos computadores permitiu inúmeros avanços nos meios de coleta, manipulação, armazenamento e representação de informações da superfície terrestre, causando um impacto no processo de elaboração de mapas e nos conceitos da cartografia. Desde os tempos da navegação, ao discutir sobre as rotas, os primeiros rabiscos surgiram e sendo tão útil para os navegadores. Tanto mapa quanto carta, se relacionam com a parte sólida do relevo, porém, o mapa encarrega-se da parte descoberta e a carta com a porção submersa (ou seja, interna com os aspectos naturais e

artificiais da Terra, destinada aos trabalhos humanos). Portanto, mapa (superfície plana e em uma determinada escala, apresentando acidentes culturais e físicos da superfície da Terra) é o termo generalizado, enquanto carta é voltada para a representação náutica ou marítima.

A principal característica da planta é a área representada e ausência de qualquer referência à curvatura da Terra, ou seja, representa uma área de extensão restrita, a escala pode ser considerada constante (muito grande e variedade de detalhes) e sua curvatura não é representada. Por exemplo, planta de uma casa.

Geodésia.

Segundo o IBGE:

“Geodésia é a ciência que se ocupa da determinação da forma, das dimensões e do campo de gravidade da Terra. Na prática, a atuação do IBGE, instituição responsável no País por essas atividades, caracteriza-se pela implantação e manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), formado pelo conjunto de estações, materializadas no terreno, cuja posição serve como referência precisa a diversos projetos de engenharia -construção de estradas, pontes, barragens, etc. –, mapeamento, geofísica, pesquisas científicas, dentre outros.”

Essa ciência estuda a forma e as dimensões da Terra e utiliza instrumentos parecidos com os de topografia, mas com alta precisão e métodos sofisticados, calculando posições e utilizando fórmulas geodésicas complexas. Essa atividade tem passado por uma revolução após o crescimento do GPS (Sistema de Posicionamento Global).

GPS, A BÚSSOLA ATUAL E AEROFOTOGRAMETRIA.

Esse sistema foi desenvolvido durante a Guerra Fria, um grande resultado da corrida armamentista entre os Estados Unidos e a União Soviética, sendo projetado para localizar com grande projeção um objeto ou pessoa, assim se estiver em movimento (fornece a sua velocidade), na superfície terrestre ou em um ponto qualquer próximo. Atualmente, esse sistema é composto por 24 satélites (21 em operação e 3 reservas) que giram em torno da Terra em 6 órbitas diferentes a 20 200 km de altitude.

No passado, não existia bússola⁴⁸, portanto, os antigos navegadores se orientavam somente de forma visual, ou seja, consultando os astros (Sol e as estrelas), traçando suas rotas. A partir do século XV, o uso da bússola tornou-se importante para os grandes descobrimentos em alto-mar. Entretanto, conforme alguns dados históricos, o primeiro relato sobre o uso desse instrumento de orientação não se deu na Europa, e sim na China, por volta do ano 2000 a.C. Alberto Luís da Silva, engenheiro agrimensor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a bússola consiste em um instrumento capaz de determinar a direção do meridiano norte-sul a partir das propriedades formadas pelos polos magnéticos da Terra. É composta, basicamente, por uma agulha magnetizada suspensa, a qual, estando em repouso, indica a direção do alinhamento norte-sul magnético.

“É importante destacar que esse alinhamento não coincide, propriamente, com o alinhamento norte-sul geográfico.”

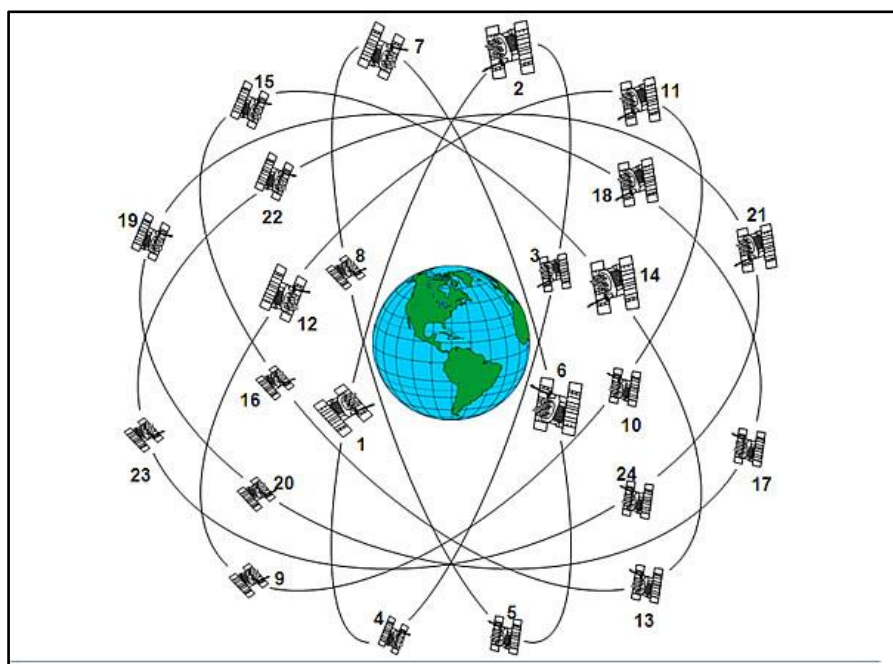
Figura 2-Bússola: Fonte: almadepapel.blogspot.com



⁴⁸ Um instrumento de navegação e orientação baseado em propriedades magnéticas dos materiais ferromagnéticos e do campo magnético terrestre.

O uso do GPS tornou a orientação de rotas na primeira década do século XXI mais objetiva, sendo empregado em inúmeros segmentos, desde o rastreamento de veículos até a navegação tradicional.

Figura 3-Constelação de GPS. Fonte: Redeglobo.globo.com



Consiste de um equipamento que trabalha através de informações emitidas por uma constelação de 24 satélites na órbita da Terra, possibilitando determinar coordenadas em qualquer lugar do mundo, 24 horas por dia e sob quaisquer condições atmosféricas (exceto em locais onde os sinais dos satélites sejam fracos, como túneis e grutas, por exemplo). O surgimento da tecnologia iniciou em 1973, quando o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (*DOD*) uniu dois projetos de sistemas de satélites: o *Timation (Time Navigation)*, da Marinha, e o *System 612B*, da Força Aérea, originando ao *Navigation Satellite with Time and Ranging (Navstar)*, ou *Global Positioning System (GPS)*. O sistema foi feito para fornecer a posição natural, bem como a velocidade de um ponto sobre a superfície terrestre ou próximo a ela, em um referencial tridimensional. Com precisão, o GPS é muito utilizado no nosso dia a dia, por exemplo, se vamos em um local e não sabemos como chegar ligamos o GPS do nosso aparelho móvel ou no carro. Além do uso militar como presenciamos na visita à Escola de Sargentos de Logística, esse sistema tem muita utilidade civil e com a ajuda de satélites é possível saber as variações de

fertilidade do solo, pois, utilizando o GPS, um agricultor pode distribuir a quantidade ideal de adubo em cada parte da área cultivada, proporcionando eficácia e economia. Há tratores modernos que já vem equipados com um computador de bordo conectado ao GPS. Nos últimos anos, órgãos do Brasil vêm utilizando imagens de satélites e o GPS para identificar com clareza os limites de fazendas improdutivas a serem desapropriadas para a reforma agrária. E outras aplicações também como em caso de roubo, é possível localizar com precisão possibilitando o trabalho da polícia.

Alberto destaca que a precisão das coordenadas depende de alguns fatores, mas o principal é o tipo de receptor GPS utilizado.

“Existem diferentes tipos de receptores GPS, desde os mais precisos, que podem determinar coordenadas com poucos milímetros de erro, até aqueles utilizados em navegação, fornecendo precisão de dezenas de metros. Uma das aplicações do posicionamento com GPS são os sistemas de localização e rastreamento de veículos”.

Explicando o funcionamento do sistema, Ricardo Elias Cosendey, tenente-coronel da Aeronáutica e chefe da Subdivisão de Planejamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), ressalta que o GPS é uma tecnologia que faz uso da triangulação por satélite, o seu princípio está na medição da distância entre três satélites e o receptor (aparelho que recebe o sinal em Terra). É feita a medição dessas três distâncias para realizar a medição com base no tempo em que a onda de rádio, que viaja à velocidade da luz, percorre entre o satélite e o receptor.

Para captar imagens da superfície terrestre com equipamentos fotográficos especiais acoplados no piso de um avião, voando em velocidade constante e em rotas preestabelecidas, o equipamento tira fotos parcialmente sobrepostas, em intervalos regulares. Após, para a correção de falhas ou imperfeições, as fotos passam por equipamentos chamados restituidores. Este material serve de base para a elaboração de mapas e cartas. A escala de uma foto aérea ou uma área fotografada, é definida pela distância focal da câmera e da altura da aeronave (quanto mais alto for o voo e mais curta a distância focal, menor é a escala), até hoje a grande maioria dos mapas topográficos são produzidos por aerofotogrametria. Suas etapas:

- Meta do voo;
- Condições da região;
- Levantamento dos pontos da superfície onde será executada;
- Reambulação;
- Restituição/Correção fotogramétrica.

Figura 4

Aerofotogrametria. Fonte: http://g3geotecnologias.com/portfolio_categories/aerofotogrametria/



SIG - Sistema de Informação Geográfica.

Exemplifica a enorme possibilidade de coletar e processar dados sobre a geografia do planeta, geradas pela utilização da informática. São o resultado da utilização conjunta de mapas digitais, elaborados crescentemente com o apoio do GPS e de banco de dados informatizados. Esses sistemas permitem coletar, armazenar, processar, recuperar e analisar várias informações sobre o espaço geográfico, gerando uma grande diversidade de mapas e gráficos para cada necessidade e é um instrumento poderoso para o planejamento seja urbano como rural, facilitando a solução de problemas espaciais complexos. Há diversos exemplos de aplicação na prática dos

Sistemas de Informação Geográfica, onde estão cada vez mais presentes nas empresas e nos órgãos públicos de gerenciamento territorial, como prefeituras. Podem ser utilizados para:

- Planejar a distribuição, calcular os custos dos serviços prestados pela prefeitura no território de cada município como a coleta do lixo;
- O planejamento de investimentos em obras públicas, por exemplo, um novo viaduto e avaliar os benefícios;
- Ajudar no levantamento de imóveis para controle de arrecadação das taxas de impostos;
- Aperfeiçoar a qualidade do sistema de transportes coletivos e do tráfego urbano;
- Realizar o cadastro de propriedades, empresas e moradores com grande número de informações, tornando mais rápidos e eficientes os programas de atendimento;

Os SIGs também são utilizados para a localização e orientação no trânsito das cidades grandes, pois, com os sistemas é possível calcular a distância entre dois pontos quaisquer de uma metrópole, identificar rotas alternativas ou menos congestionadas, itinerários de ônibus, localizar endereços (Google Maps) e etc. A união dos aparelhos com GPS e SIGs têm sido cada vez mais utilizados em navegadores de bordo de automóveis.

As empresas que trabalham com pesquisas de opinião, comportamento ou de intenção de voto, conseguem resultados bem mais rápidos e precisos com SIG.

As informações coletadas são apresentadas rapidamente em tabelas, gráficos e mapas integrados, servindo de base para as decisões das empresas. Os SIG's servem para apoio de turismo, seja no planejamento como alocação das atividades de passeio ou localização turística na planta de uma cidade para orientar os usuários.

O mapeamento com Drone.

Cada vez mais os Drones têm mostrado a sua eficiência e têm se consagrado como uma nova tecnologia que veio como solução para alguns mercados, a sua aplicação aliada e eficiência tem despertado a confiança de

setores como construção civil, mineração, meio ambiente, infraestrutura e a agricultura, principal mercado para esta tecnologia. Os Drones também surgiram com finalidade militar (assim como a maioria das geotecnologias), o primeiro registro da utilização dos drones em guerras foi em 1982 no Vale do Bekaa onde Israel utilizou dois modelos para bombardear a Síria, com o passar do tempo, o drone como outras características criaram força no mercado, tornando-se importante e protagonizando grandes avanços tecnológicos, inclusive os drones que são guiados por receptores GPS. Os drones podem ser uma tecnologia mais recente, mas a ciência por trás dos drones já tem mais tempo (Fotogrametria). O Drone é uma evolução na tecnologia de obtenção dos dados para esta ciência, o que antes era realizado com grandes câmeras embarcadas em aeronaves com pilotos, hoje é feito de forma autônoma por um robô voador, teleguiado através de um sistema GPS.

Figura 5 – O Drone. Fonte: <http://blog.droneng.com.br>



A **Secretária de Defesa Civil – Rio de Janeiro**, por meio do Corpo de Bombeiros, planeja aumentar o uso de drones. O equipamento que transmite imagens em tempo real poderá ser utilizado em diversas ações, como busca de pessoas em matas fechadas, deslizamentos de terra e incêndios florestais. Dois drones já funcionam em caráter experimental: um no resgate de pessoas em risco de afogamento e outro na busca por focos do mosquito **Aedes aegypti**.

Segundo o responsável pela **Coordenadoria de Operações com Veículo Aéreo Não Tripulado (Covant)**, tenente-coronel Rodrigo Bastos.

“O objetivo é adquirir aproximadamente 15 drones para garantir mais agilidade aos procedimentos de atendimentos emergenciais. Os drones poderão ser usados para salvamentos na água e em outras atividades do Corpo de Bombeiros. Junto com a aquisição destes equipamentos, pretendemos realizar treinamentos para que os nossos bombeiros aprendam a utilizá-los.”

O drone é usado como medida preventiva. É com ele que monitoramos as áreas de perigo e avisamos aos guarda-vidas para que preparem os locais com placas sobre correntezas, afinal, sendo utilizado no verão o uso desse equipamento tem facilitado em salvamentos de vítimas de afogamento, além de auxiliar os bombeiros em ações de prevenção. Na atualidade, a informática faz parte do cotidiano das pessoas, sendo comum encontrar computadores na maior parte das atividades cotidianas, em que a informatização atingiu recentemente o nosso cotidiano contribuindo para o desenvolvimento de meios e instrumentos que facilitam em trabalhos, pesquisas e etc.

CONCLUSÃO.

Hoje, os mapas e os trabalhos cartográficos em geral são feitos em computadores e equipamentos digitais (tendo cores, linhas, pontos, legendas, texto e etc), sendo analisados antes de serem impressos, ou seja, sem o uso de borracha ou lápis, mas no passado era feito manuscrito ainda na época primitiva em pedra ou argila. E, antes do descobrimento do Brasil, as antigas navegações tinham medo do mar, pois, achavam que existia algum monstro, mas não existia um mapa ou algum elemento qualquer que poderiam utilizar de apoio. A cartografia, conta com várias disciplinas como vimos nesta pesquisa e muitos instrumentos que quando estão interligados se resumem nessa ciência para transmitir informações e utilizarmos em nosso dia a dia ou nas empresas/órgãos públicos que passarão o conhecimento. E, com as novas tecnologias (satélites, computação e telecomunicações), os caminhos cartográficos estão cada vez mais abertos, facilitando a utilização de novas técnicas de coleta e processamento de dados de tudo que ocorre no nosso espaço geográfico. Sobre a importância da cartografia, percebe-se que os docentes, aferidos, não, tem definido a verdadeira função do mapa sendo identificado pelo descritivismo de um espaço considerado externo, fora do contexto do mundo social (CARLOS, 2003, P.76) “A cartografia pode apreender e representar o objeto da geografia, que é o espaço que é o espaço produzido, essencialmente humano”

A cartografia hoje está voltada para além de uma técnica de representação voltada à leitura e a explicação do espaço geográfico, onde o aluno passa a ser orientado a desenvolver uma consciência crítica em relação ao mapeamento que realizará em sala de aula, sendo que o discente deixou de ser visto como um mapeador, mecânico para ser um mapeador, consciente, de um leitor passivo para um leitor crítico dos mapas. E também passa por um processo de transformação e os recursos da cartografia digital junto com os, Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

Entender, portanto, a espacialidade das práticas desenvolvidas pela sociedade é o que se deve colocar em foco nos discursos que rodeiam o processo de ensino-aprendizagem da ciência geográfica, uma das finalidades do ensino de Geografia na escola é encontrar caminhos para que o aluno possa vir a ser ativo da sociedade da qual faz parte, conduzindo-o a um engajamento dentro e fora da sala de aula. Por isso, todos os mecanismos didáticos

metodológicos que facilitem a compreensão da realidade, a partir de uma visão espacial, serão apropriados na construção do saber geográfico. A linguagem cartográfica contribui um instrumento necessário metodológico à disposição do professor de Geografia. Ela deve estar presente na análise geográfica, com o intuito de apresentar práticas e pensamentos que levem o aluno à compreensão do espaço no qual está inserido e que nele possa se localizar e agir. Neste contexto, a referida linguagem assume um papel de destaque na ciência geográfica, pois se torna uma das vias capazes de fornecer os conteúdos adequados para somar na localização pretendida da realidade.

Não possuir o domínio ou pelo menos conhecimento básicos sobre a linguagem cartográfica para a vida cotidiana é uma deficiência na atualidade moderna, que requer, cada vez mais, conhecimentos. É tão grave, na sociedade presente, quanto não saber lidar com os códigos digitais e culturais contemporâneos. Faz parte da exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Araribá Plus Geografia. **Editora Moderna**. 4. ed. - São Paulo: Moderna, 2014.

BRETONES, Paulo. **O que é astronomia?** Disponível em: <<http://www.erea.ufscar.br/?q=noticia/o-que-%C3%A9-astronomia>>. Acesso em> 22/11/2017.

CASTELLAR, Sonia. Educação geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005, v.5

CASTRO GIOVANNI, Antonio Carlos (ORG). Ensino de geografia: Práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000

Dia a dia educação. Disponível em: <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1046&evento=1>>. Acesso em> 17/01/2018.

GEODÉSIA. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/default.shtm>>. Acesso em> 25/11/2017.

Mundo Geo. Disponível em: <<http://mundogeo.com/blog/2016/03/29/defesa-civil-planeja-ampliar-o-uso-de-drones-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em> 19/01/2018.

National Air and Space Museum. **Landsat 1 (Erts-A, Erts-1)**. Disponível em: <<https://airandspace.si.edu/collection-objects/landsat-1-erts-1-photograph>>. Acesso em> 19/01/2018.

Noções básicas de cartografia. **IBGE**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/processo_cartografico.html>. Acesso em> 19/01/2018

RAMOS, Cristhiane da Silva. Visualização cartográfica e cartografia multimídia: Conceitos e tecnologias. São Paulo: Editora UNESP, 2005

REDE GLOBO. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2011/10/da-bussola-ao-gps-entenda-como-funciona-navegacao-na-era-digital.html>> Acesso em> 19/01/2018.

SCUSSEL, Alexandre. **Os 30 anos do padrão de exatidão cartográfica no Brasil**. Disponível em: <<http://mundogeo.com/blog/2014/11/13/artigo-aborda-os-30-anos-do-padrao-de-exatidao-cartografica-no-brasil/>>. Acesso em> 22/11/2017.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia**. 1. ed. - São Paulo: Scipicione, 2008.

Só Geografia. Disponível em:

<<http://www.sogeografia.com.br/Conteudos/GeografiaFisica/Cartografia/>>

Acesso em> 19/01/2018.

VIEIRA, Mauro Sérgio; **Apostila de Cartografia**. Rio de Janeiro, 2017.

Visita ao **EsSLOG** (Escola de Sargentos de Logística) – 26/04/2017.

ENGENHARIA

Como citar: RONDON, Danielle; NÓBREGA, Marcelo de Jesus Rodrigues; MAGDALENO, Anna Carolina Ribeiro Mendes. *Estudo de Acidentes de Trabalho na Construção de Edifícios*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941.

ESTUDO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Por: DANIELLE RONDON⁴⁹; MARCELO DE JESUS RODRIGUES
MAGDALENO⁵⁰ e

ANNA CAROLINA RIBEIRO MENDES MAGDALENO⁵¹

1.1 ⁴⁹ Engenheira Civil, danyrondon@yahoo.com.br

1.2 ⁵⁰ Engenheiro de Segurança do Trabalho, Pós Doutor em Engenharia, Professor Adjunto do Cefet-Rj, engmarcelocefet@terra.com.br

1.3 ⁵¹ Mestre Em Ciências, Engenheira Civil, Consultora Ambiental, anna.cmmm@gmail.com

RESUMO

A construção civil apresenta altos índices de acidentes de trabalho segundo consulta ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Câmara Brasileira da Indústria da Construção. O objetivo foi criar um indicador que relacionasse a quantidade de acidentes no setor de construção de edifícios e comparar a situação no país, nas regiões e nos estados. A metodologia consistiu no tratamento dos dados de 2003 a 2014 e sua análise. No Brasil 2004 foi o ano crítico, apresentando o maior índice de acidentes de trabalho por edifício construído. O sudeste foi a região que apresentou o maior número de acidentes e O maior número de edifícios construídos no período, porém as regiões norte e nordeste apresentaram os maiores índices de acidentes por edificação construída. Entre os estados, o Amazonas apresentou os maiores índices desde 2006, porém Tocantins apresentou o maior índice (2,17 acidentes por edificação construída) registrado em 2004. Tal estudo permitiu uma reflexão crítica e realista sobre a segurança do trabalho na construção civil que os trabalhadores estão expostos.

PALAVRAS-CHAVES : Segurança; Acidentes; Edifícios; Construção.

INTRODUÇÃO

Atualmente a construção civil é um dos setores industriais fundamentais na economia no Brasil. É notória sua importância, pois têm o papel de fomentar a economia brasileira e ajudar no desenvolvimento do país, trazendo um bem-estar para a sociedade, preservando o meio ambiente, reduzindo os crimes ambientais e evitando desperdícios que este setor da economia gera ano a ano. Além disso, gera milhões de empregos no mercado de trabalho, absorvendo uma boa porcentagem da mão-de-obra nacional.

As condições de segurança de trabalho no setor da indústria de construção, apresentam os menores e os maiores índices de acidentes. Assim sendo, avaliar estes índices relacionados à construção de edifícios no Brasil e suas respectivas regiões, inclusive nos Estados ao longo dos anos é de suma importância. O auxílio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além do referencial que é desenvolvido pelos comitês permanentes regionais sobre condições de trabalho e meio ambiente na construção civil, concomitantemente com as diretrizes das Normas Regulamentadoras (NR), em particular a NR 18 que dispõe das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, nos ajuda a realizar um estudo sobre a situação crítica quando o assunto é segurança e saúde do trabalho.

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

A construção de edifícios, de acordo com o Dicionário de Urbanismo (2004, p.91) “é ato, efeito, modo ou arte de construir edifícios, fábricas, barragens, estradas, pontes, viadutos, redes de esgoto, de água, de gás, etc. Um dos tipos de construção é a edificação.”.

Os edifícios atualmente representam investimentos de grande valia. Mas além desse dinheiro e tempo gasto em uma construção, é notório observar a grande quantidade de recursos naturais consumidos na construção e ocupação desses edifícios. Consomem-se quantidades enormes de materiais e geram-se grandes parcelas de poluição ambiental. É necessária a conscientização urgente de sustentabilidade na construção e operação de edifícios. (ALLEN, 2015, p. 90).

A conceituação de edifício, de acordo com o Dicionário de Urbanismo (2004, p. 135):

Edifício é uma espécie de construção destinada ao abrigo e uso pessoal do homem: casa, prédio de apartamento, escola, hospital, templo, etc. Já a edificação é um tipo de construção destinada a usos pessoais, como habitação, recreação, trabalho ou culto, segundo o conceito jurídico e etimológico do termo. (DICIONÁRIO DE URBANISMO, 2004, p.135).

A construção de edifícios passou por muitas mudanças ao decorrer dos anos, a tecnologia nas áreas de mecânica, elétrica e de comunicações, foram essenciais para o desenvolvimento desse segmento. A partir daí, pesquisadores acrescentaram novos conhecimentos, àqueles de que já possuíam a respeito da função dos edifícios. Atualmente surgem novas perspectivas de interesses sociais, trazendo assuntos de cunho ambiental acessíveis a pessoas e construções sustentáveis. (ALLEN, 2015, p. 115).

A importância e a evolução das construções no Brasil

Segundo Ribeiro (2011 *apud* AMANTE & SILVA, 2017), “o processo de povoamento do Brasil aconteceu em diferentes momentos da sua história, assim é difícil dizer quando deu-se início à documentação da construção civil.” Poucos são os registros encontrados antes do século XX que relatam como ocorreu a evolução da engenharia no País:

Talvez o mais antigo documento produzido no Brasil e que discorra de uma forma mais sistemática (e não meramente ocasional) sobre práticas construtivas seja um manuscrito de 1684 intitulado “Declarações de obras” de Frei Bernardo de São Bento, um beneditino que foi responsável por uma importante reforma no mosteiro da ordem situado no Rio de Janeiro. Trata-se de um documento em que o arquiteto, de formação completamente autodidata como ele mesmo faz questão de informar, descreve não apenas processos técnicos empregados na obra como também as dificuldades de percurso encontradas e como as mesmas foram superadas. O documento é o que chamaríamos hoje um “Diário de obras”, um documento ideal com o qual os historiadores da construção vivem sonhando, mas que é tão raro de ser encontrado. (RIBEIRO, 2011)

Classificação das edificações

De acordo com a ABNT através da NBR 9077:2001, “dispõe sobre a classificação das edificações, quanto à natureza da ocupação, altura e área.”

Para cada ocupação ou uso criam-se grupos de acordo com a descrição da edificação, são estabelecidos também a altura para cada tipo de edificação e suas características construtivas.

Segundo a ABNT através da NBR 12721:2006, dá-se uma avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária:

Os projetos selecionados para representar os diferentes tipos de edificações, que são usualmente objeto de incorporação para construção em condomínio e conjunto de edificações, definidos por suas características principais:

- a) número de pavimentos;
- b) número de dependências por unidade;
- c) áreas equivalentes à área de custo padrão privativas das unidades autônomas;
- d) padrão de acabamento da construção; e
- e) número total de unidades

As etapas de obra para construção de edifícios

Para construir uma edificação é necessário determinar e ordenar todas as etapas que deverão ser desenvolvidas. O planejamento é essencial para cumprir prazos, organizar a obra sem gastos desnecessários e alcançar um padrão de qualidade.

De acordo com a ABNT através da NBR 12722:1992:

Discrimina os serviços técnicos necessários à elaboração de planejamento, projetos, fiscalização e condução das construções, destinados especialmente às edificações de propriedade pública ou privada, residenciais, comerciais, industriais ou agrícolas. Abrange os serviços técnicos relacionados com as quatro fases que se podem distinguir na realização de um empreendimento de construção de edificações: estudos preliminares, projeto, construção e recebimento. (NBR 12722:1992)

Apresenta-se 4 etapas de uma obra para construção de edifícios. Cada fase tem sua definição, a fase de estudos preliminares é quando ocorrem os estudos da viabilidade, a escolha de lugar, etc. Também chamada de “Fase de planejamento do empreendimento”, já a fase de projetos é onde se elaboram os

projetos; esta fase pode ser entendida como “Fase de planejamento de construção”. A fase da construção, uma das mais importantes, é a fase que ocorre a construção da edificação e por último a fase de recebimento da edificação que se verifica o adequado funcionamento da edificação e sua entrega formal ao proprietário da obra.

As sub-etapas de uma obra para construção de edifícios, nela expande as fases de planejamento do empreendimento, fase de projetos, fase de construção e pôr fim a fase de recebimento. Todas as fases são importantes e qualquer edificação pode obedecer aos mais diversos padrões, a critério dos proprietários ou usuários, dentro de disposições legais em vigor e segundo as condições de cada caso. Os serviços técnicos necessários à sua execução devem obedecer, no todo ou em parte, à presente Norma.

SEGURANÇA DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O panorama atual das condições de segurança e saúde do trabalhador na construção civil é um desafio em pleno século XXI, tanto para o governo quanto para a sociedade de uma forma geral, pois exige envolvimento dos trabalhadores e empresários. A garantia da segurança deve estar suportada por um conjunto de normas e sistemas que identificam e avaliam os riscos e implementam controles que possam minimizar a probabilidade de ocorrências devido a falhas humanas, bem como decisões gerenciais equivocadas, métodos de trabalhos inadequados e falta de confiança nos equipamentos.

Conceito legal dos acidentes de trabalho

Conforme aprovação da Lei da Presidência da República, nº 6.367 de 19 de outubro de 1976, sancionada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, em seu artigo 2 conceitua acidente de trabalho como:

[...] aquele que ocorrer pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (LEI 6.367, 1976)

Esta lei, ganha o acidente um sentido amplo, lato, abrangendo também as moléstias profissionais. Equiparou a lei, por uma questão de técnica legislativa, o acidente do trabalho às moléstias profissionais, para fins de reparação do dano sofrido pelo trabalhador.

Conforme aprovação da Lei da Presidência da República, nº 8.213 de 24 de julho de 1991, sancionada pelo então Presidente da República Fernando Collor, em seu artigo 19 conceitua acidente de trabalho como:

[...] aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. (LEI nº 8.213, 1991)

De acordo com a ABNT através da NBR 14280: 2001, define-se acidente de trabalho “como ocorrência imprevista e indesejável, instantânea ou não, relacionada com o exercício do trabalho, de que resulte ou possa resultar lesão pessoal.”

Segundo Araújo (2007, p.11), a definição legal de acidente de trabalho é muito importante, ele conceitua o acidente de trabalho como:

[...] aquele que acontece no exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional podendo causar morte, perda ou redução permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equiparam-se aos acidentes de trabalho: a) o acidente que acontece quando você está prestando serviços por ordem da empresa fora do local de trabalho; b) O acidente que acontece quando você estiver em viagem a serviço da empresa; c) O acidente que ocorre no trajeto entre a casa e o trabalho ou do trabalho para a casa; d) Doença profissional (as doenças provocadas pelo tipo de trabalho); e) Doença do trabalho (doenças causadas pelas condições de trabalho). (ARAÚJO, 2007, p. 11)

Segundo a ABNT através da NBR 22301:2013 “os incidentes são situações que podem representar ou levar à interrupção de negócios, perdas, emergências ou crises.” Quando um incidente provocar interrupção e resultar na ativação dos seus procedimentos de continuidade dos negócios ocorre, a

organização deve fazer uma análise crítica pós-incidente e registrar os resultados.

Pode-se dizer que os incidentes são eventos não programados, nem planejados, portanto indispensável, porém não resulta nenhum tipo de lesão ao indivíduo ou danos a propriedade, apenas tem como consequência a perda de tempo.

Segundo Araújo (2008, p. 191), o conceito sobre incidentes, acidentes e quase-acidentes define-se por:

- Incidente: Evento relacionado ao trabalho no qual uma lesão ou doença (independente da gravidade) ou fatalidade ocorreu ou poderia ter ocorrido. Uma situação de é um tipo particular de incidente.
- Acidente: Incidente que resultou em lesão, doença ou fatalidade.
- Quase-acidente: Incidente que não resulta em lesão, doença ou fatalidade, também denominado “quase-perda”, “ocorrência anormal” ou “ocorrência perigosa”. (ARAÚJO, 2008, p. 191)

Método da árvore de causas e a teoria das múltiplas causas

A metodologia explica “as causas das causas”, visando encaminhar o processo de análise e investigação de acidentes, até o término das informações possíveis de serem levantadas ou até o esclarecimento de todos os aspectos julgados importantes.

Segundo Cuny, 1970 e Monteau, 1983 *apud* Bartolomeu, 2002, o Método de Árvore de Causas (ADC):

Foi criado na França, no *Institut National de Recherche et de Sécurité* – INRS, há mais de vinte anos. Trata-se de método baseado na teoria de sistemas, o qual aborda o acidente do trabalho como fenômeno complexo, pluricausal e revelador de disfunção na empresa, considerada como um sistema sócio-técnico aberto. Sua aplicação exige reconstrução detalhada e com a maior precisão possível da história do acidente, registrando-se apenas fatos, também denominados fatores de acidente, sem emissão de juízos de valor e sem interpretações, para, retrospectivamente, a partir da lesão sofrida pelo acidentado, identificar a rede de fatores que culminou no acidente do trabalho.

ESTUDO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS NO BRASIL

A Previdência Social através do seu AEAT, publicação do MPS que está disponível na internet, abastece com o número dos acidentes de trabalhos registrados no período. Esses dados são fornecidos a partir das atividades econômicas, que são obtidas através da tabela do CNAE, apresentada através dos códigos padronizados de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do País.

Segundo o MPS (2015), os códigos representam os agentes econômicos que estão empregados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física). Foi utilizado o aplicativo AEAT Infologo, que permite a seleção e cruzamento de variáveis e a construção de tabelas personalizadas. Além disso, os dados foram selecionados para todos os acidentes ocorridos em empresas enquadradas nos códigos vinculados à Seção F da CNAE, versão 2.0.

Análise de dados reativos a construção de edifícios

Inicialmente obtemos a quantidade de estabelecimentos construídos nos Estados e grandes regiões do Brasil no período de 2003 até 2014, através da tabela anual com o número de estabelecimentos na construção civil por grupo de atividade econômica no Brasil, grandes regiões e as unidades da federação fornecido pela CBIC. Essas informações sobre o número de estabelecimentos na construção civil são segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do MTE.

Quadro 1 - Número de estabelecimentos por grupos de atividade econômica da construção civil – subgrupo construção de edifícios.

Localidade	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Rondônia	934	782	743	763	648	615	578	555	575	584	652	584
Acre	501	492	470	452	422	433	381	319	327	259	267	185
Amazonas	501	507	494	475	436	449	431	338	351	475	485	480
Roraima	204	192	198	203	196	235	216	200	186	135	127	110
Pará	1.672	1.594	1.450	1.362	1.234	952	884	748	704	1.074	1.001	927
Amapá	244	236	201	222	210	185	195	148	131	192	191	212
Tocantins	915	853	794	755	739	607	488	424	418	544	513	538
NORTE	4.971	4.656	4.350	4.232	3.885	3.476	3.173	2.732	2.692	3.263	3.236	3.036
Maranhão	1.457	1.276	1.183	1.139	1.074	793	708	600	510	733	777	901
Piauí	1.542	1.381	1.231	1.159	1.080	919	813	644	626	707	615	657
Ceará	4.008	3.845	3.818	3.467	2.933	2.443	2.193	1.898	1.893	2.192	2.225	2.330
Rio Grande do Norte	2.710	2.631	2.327	2.116	1.884	1.645	1.502	1.404	1.445	1.637	1.485	1.321
Paraíba	3.006	2.766	2.694	2.294	1.925	1.403	1.213	1.119	1.024	1.316	1.368	1.566
Pernambuco	2.510	2.426	2.357	2.134	1.922	1.653	1.511	1.384	1.342	1.837	1.981	1.993
Alagoas	1.061	1.090	983	834	756	584	556	564	500	582	592	581
Sergipe	930	850	903	960	915	826	820	806	724	806	788	799
Bahia	3.853	3.807	3.595	3.543	3.112	2.752	2.460	2.273	2.042	3.157	3.063	3.222
NORDESTE	21.077	20.072	19.091	17.646	15.601	13.018	11.776	10.692	10.106	12.967	12.894	13.370
Minas Gerais	16.903	16.490	16.040	16.349	15.507	13.446	12.824	11.484	10.646	15.196	14.658	15.319
Espírito Santo	2.266	2.319	2.531	2.485	2.274	2.114	2.250	2.069	1.844	2.400	2.277	2.345
Rio de Janeiro	4.117	3.898	3.702	3.490	3.150	2.877	2.834	2.679	2.644	4.473	4.755	4.726
São Paulo	16.788	16.595	16.534	17.172	15.782	14.180	13.525	12.521	11.486	16.151	16.492	16.500
SUDESTE	40.074	39.302	38.807	39.496	36.713	32.617	31.433	28.753	26.620	38.220	38.182	38.890
Paraná	8.894	8.639	8.342	8.367	7.753	6.692	6.093	5.135	4.644	6.350	6.691	6.635
Santa Catarina	7.079	6.667	6.386	6.039	5.429	4.791	4.432	3.818	3.527	4.251	4.153	4.007
Rio Grande do Sul	8.675	8.188	8.303	8.356	7.692	6.597	6.306	5.365	5.124	7.239	7.346	7.604
SUL	24.648	23.494	23.031	22.762	20.874	18.080	16.831	14.318	13.295	17.840	18.190	18.246
Mato Grosso do Sul	1.226	1.168	1.192	1.109	1.034	962	846	664	573	958	1.014	999
Mato Grosso	2.414	2.280	2.097	1.972	1.727	1.348	1.294	924	876	1.212	1.128	956

Goiás	3.719	3.694	3.639	3.387	3.049	2.472	2.175	1.927	1.777	2.780	2.651	2.539
Distrito Federal	2.508	2.744	2.715	2.396	1.831	1.535	1.271	1.000	909	1.303	1.277	1.223
CENTRO-OESTE	9.867	9.886	9.643	8.864	7.641	6.317	5.586	4.515	4.135	6.253	6.070	5.717
TOTAL BRASIL	100.637	97.410	94.922	93.000	84.714	73.508	68.799	61.010	56.848	78.543	78.572	79.259

Fonte: CBIC (2017) e adaptado pela autora (2017)

Análise de dados relativos aos acidentes de trabalho

A partir daí, são enumeradas o total de acidentes no ano vigente de acordo com a base de acidentes históricos de acidentes do trabalho e o CNAE do MPS. Tal classificação corresponde a Divisão da Construção de Edifícios e a Classe de Construção de Edifícios (4120), conforme visto anteriormente e que podemos constatar na Quadro 2 - Número de acidentes de trabalho ocorridos anualmente.

Quadro 2 - Número de acidentes de trabalho ocorridos anualmente

Localidade	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Rondônia	217	205	163	145	168	185	119	99	57	132	142	133
Acre	78	66	94	101	104	77	42	25	51	76	65	31
Amazonas	345	659	756	694	444	416	384	324	170	271	218	199
Roraima	79	54	57	68	37	48	57	30	14	16	9	14
Pará	895	916	852	800	737	654	638	550	521	1.050	933	870
Amapá	85	111	84	47	29	30	28	29	20	39	51	33
Tocantins	123	109	90	86	97	108	93	73	49	930	1.111	204
NORTE	1.822	2.120	2.096	1.941	1.616	1.518	1.361	1.130	882	2.514	2.529	1.484
Maranhão	501	497	509	473	429	294	208	146	150	287	225	180
Piauí	639	607	483	379	299	249	230	124	183	227	229	149
Ceará	832	786	715	588	483	371	398	268	154	405	360	300
Rio Grande do Norte	437	444	487	406	320	277	310	231	169	309	265	188
Paraíba	463	426	382	349	219	209	162	147	70	161	166	154
Pernambuco	1.163	1.229	1.187	1.076	945	836	680	433	406	496	536	636
Alagoas	301	425	566	668	331	256	191	121	95	197	140	110

Sergipe	326	309	331	240	222	202	164	146	119	223	204	177
Bahia	1.054	1.241	1.517	1.625	1.371	1.240	942	701	593	1.346	1.247	1.176
NORDESTE	5.716	5.964	6.177	5.804	4.619	3.934	3.285	2.317	1.939	3.651	3.372	3.070
Minas Gerais	2.992	3.435	3.436	2.997	2.455	2.495	2.550	1.749	1.343	3.868	4.225	3.489
Espírito Santo	631	661	782	736	706	791	1.027	727	574	1.026	766	724
Rio de Janeiro	1.674	1.603	1.729	1.231	1.273	1.198	1.456	955	697	2.332	2.197	1.826
São Paulo	5.912	6.051	6.125	6.375	6.271	6.053	5.355	3.916	3.219	8.930	8.376	8.205
SUDESTE	11.209	11.750	12.072	11.339	10.705	10.537	10.388	7.347	5.833	16.156	15.564	14.244
Paraná	1.792	1.771	1.693	1.702	1.403	1.237	1.349	877	655	1.463	1.504	1.518
Santa Catarina	1.594	1.574	1.613	1.561	1.275	1.332	1.203	845	659	1.304	1.271	1.233
Rio Grande do Sul	1.470	1.658	1.579	1.606	1.498	1.591	1.471	1.017	857	1.983	2.467	2.405
SUL	4.856	5.003	4.885	4.869	4.176	4.160	4.023	2.739	2.171	4.750	5.242	5.156
Mato Grosso do Sul	273	282	406	439	234	266	382	201	124	298	339	290
Mato Grosso	490	547	514	464	366	397	340	230	95	317	378	359
Goiás	722	699	779	698	583	483	505	381	353	956	866	947
Distrito Federal	657	803	796	728	629	664	607	395	244	586	585	430
CENTRO-OESTE	2.142	2.331	2.495	2.329	1.812	1.810	1.834	1.207	816	2.157	2.168	2.026
TOTAL BRASIL	25.745	27.168	27.725	26.282	22.928	21.959	20.891	14.740	11.641	29.228	28.875	25.980

Fonte: AEAT Infologo – base de dados históricos de acidentes de trabalho do MPS (2014) e adaptado pela autora (2017)

Cruzamento dos dados relativos à quantidade de construção de edifícios e o número de acidentes

Por fim, podemos quantificar através do Índice de Acidentes de Trabalho por Quantidade de Construções de Edifícios (I), a partir dos dados anteriormente fornecidos pelo CBIC e INSS. E essa informação pode ser obtida através da divisão dos valores referentes ao Número de Acidentes de Trabalho Ocorridos Anualmente (N) e a Quantidade de Edifícios Construídos Anualmente (S), conforme a equação abaixo e identificação na Quadro 3 - Índice de acidentes de trabalho ocorridos anualmente / quantidade de construção de edifícios.

Equação 1 – N° de acidentes por n° de edificações

Onde:

I : índice de acidentes de trabalho

N : número de acidentes de trabalho

S : quantidade de edificações construídas

Além disso, durante a obtenção das informações referentes aos acidentes, identificamos na Quadro 2 - Número de acidentes de trabalho ocorridos anualmente a possibilidade de aquisição da informação requerida em todas as UF e seus respectivos anos. Esta correspondência é determinada pelo período ao longo desses 12 anos.

Mais que isso, identificamos ao longo do estudo proposto que, existe um número significativo de acidentes com os trabalhadores expostos a essas construções de edifícios, como observado na Quadro 1 - Número de estabelecimentos por grupos de atividade econômica da construção civil – subgrupo construção de edifícios. E com isso, entendemos que tal motivo deve-se ao fato de que os referidos trabalhadores são vítimas dos acidentes na fase de construção inicial destas construções. E partindo deste princípio, o resultado, tem um aspecto importante para a identificação de uma informação mais fidedigna possível. Sendo assim, o estudo proposto tem o caráter de analisar os acidentes a nível nacional e dos Estados em que ocorreram significativas obras de construção de edifícios. A média utilizada foi a média aritmética ponderada, pois leva o peso de cada informação em consideração no cálculo, neste caso, a quantidade de construções de edifícios, trazendo assim uma média mais realista.

Quadro 3 - Índice de acidentes de trabalho ocorridos anualmente / quantidade de construção de edifícios

Localidade	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	MÉDIA
Rondônia	0,23	0,26	0,22	0,19	0,26	0,30	0,21	0,18	0,10	0,23	0,22	0,23	0,22
Acre	0,16	0,13	0,20	0,22	0,25	0,18	0,11	0,08	0,16	0,29	0,24	0,17	0,18
Amazonas	0,69	1,30	1,53	1,46	1,02	0,93	0,89	0,96	0,48	0,57	0,45	0,41	0,90
Roraima	0,39	0,28	0,29	0,33	0,19	0,20	0,26	0,15	0,08	0,12	0,07	0,13	0,22

Pará	0,54	0,57	0,59	0,59	0,60	0,69	0,72	0,74	0,74	0,98	0,93	0,94	0,69
Amapá	0,35	0,47	0,42	0,21	0,14	0,16	0,14	0,20	0,15	0,20	0,27	0,16	0,25
Tocantins	0,13	0,13	0,11	0,11	0,13	0,18	0,19	0,17	0,12	1,71	2,17	0,38	0,40
NORTE	0,37	0,46	0,48	0,46	0,42	0,44	0,43	0,41	0,33	0,77	0,78	0,49	0,48
Maranhão	0,34	0,39	0,43	0,42	0,40	0,37	0,29	0,24	0,29	0,39	0,29	0,20	0,35
Piauí	0,41	0,44	0,39	0,33	0,28	0,27	0,28	0,19	0,29	0,32	0,37	0,23	0,33
Ceará	0,21	0,20	0,19	0,17	0,16	0,15	0,18	0,14	0,08	0,18	0,16	0,13	0,17
Rio Grande do Norte	0,16	0,17	0,21	0,19	0,17	0,17	0,21	0,16	0,12	0,19	0,18	0,14	0,17
Paraíba	0,15	0,15	0,14	0,15	0,11	0,15	0,13	0,13	0,07	0,12	0,12	0,10	0,13
Pernambuco	0,46	0,51	0,50	0,50	0,49	0,51	0,45	0,31	0,30	0,27	0,27	0,32	0,42
Alagoas	0,28	0,39	0,58	0,80	0,44	0,44	0,34	0,21	0,19	0,34	0,24	0,19	0,39
Sergipe	0,35	0,36	0,37	0,25	0,24	0,24	0,20	0,18	0,16	0,28	0,26	0,22	0,26
Bahia	0,27	0,33	0,42	0,46	0,44	0,45	0,38	0,31	0,29	0,43	0,41	0,36	0,38
NORDESTE	0,27	0,30	0,32	0,33	0,30	0,30	0,28	0,22	0,19	0,28	0,26	0,23	0,28
Minas Gerais	0,18	0,21	0,21	0,18	0,16	0,19	0,20	0,15	0,13	0,25	0,29	0,23	0,20
Espírito Santo	0,28	0,29	0,31	0,30	0,31	0,37	0,46	0,35	0,31	0,43	0,34	0,31	0,34
Rio de Janeiro	0,41	0,41	0,47	0,35	0,40	0,42	0,51	0,36	0,26	0,52	0,46	0,39	0,42
São Paulo	0,35	0,36	0,37	0,37	0,40	0,43	0,40	0,31	0,28	0,55	0,51	0,50	0,41
SUDESTE	0,28	0,30	0,31	0,29	0,29	0,32	0,33	0,26	0,22	0,42	0,41	0,37	0,32
Paraná	0,20	0,21	0,20	0,20	0,18	0,18	0,22	0,17	0,14	0,23	0,22	0,23	0,20
Santa Catarina	0,23	0,24	0,25	0,26	0,23	0,28	0,27	0,22	0,19	0,31	0,31	0,31	0,26
Rio Grande do Sul	0,17	0,20	0,19	0,19	0,19	0,24	0,23	0,19	0,17	0,27	0,34	0,32	0,23
SUL	0,20	0,21	0,21	0,21	0,20	0,23	0,24	0,19	0,16	0,27	0,29	0,28	0,22
Mato Grosso do Sul	0,22	0,24	0,34	0,40	0,23	0,28	0,45	0,30	0,22	0,31	0,33	0,29	0,30
Mato Grosso	0,20	0,24	0,25	0,24	0,21	0,29	0,26	0,25	0,11	0,26	0,34	0,38	0,25
Goiás	0,19	0,19	0,21	0,21	0,19	0,20	0,23	0,20	0,20	0,34	0,33	0,37	0,24
Distrito Federal	0,26	0,29	0,29	0,30	0,34	0,43	0,48	0,40	0,27	0,45	0,46	0,35	0,34
CENTRO-OESTE	0,22	0,24	0,26	0,26	0,24	0,29	0,33	0,27	0,20	0,34	0,36	0,35	0,27
TOTAL BRASIL	0,26	0,28	0,29	0,28	0,27	0,30	0,30	0,24	0,20	0,37	0,37	0,33	0,29

Fonte: autora (2017)

A partir das informações pré-estabelecidas e do cruzamento das mesmas, podemos identificar a problemática existente através da elaboração de gráficos em barra de colunas agrupadas, que tem como intuito comparar o valor da

categoria acidente por quantidade de edifícios construídos no Brasil em duas situações: Estadual e Regional evidenciando a média nacional em cada gráfico.

Comparativo estadual do número de acidentes de trabalho por quantidade de edifícios construídos em relação ao Brasil

De acordo com os gráficos dispostos, os Estados da região norte caracterizam-se por apresentar um elevado índice de acidentes quando comparamos a pequena quantidade de construções de edifícios. Mais que isso, em determinados períodos ao longo desses 12 anos, o índice de acidentes de alguns Estados da região norte ultrapassa a média nacional.

A atenção especial deve ser voltada para o Estado do Amazonas na

Figura 1, onde o mesmo apresentou durante doze anos a incidência de acidentes acima da média nacional, ressaltando evidentemente que o referido Estado foi alvo de acidentes de trabalho.

Contudo, cabe ressaltar que analisando a região norte como um todo, se realizar uma proporção do número de acidentes de todos os Estados acima da média nacional, verifica-se que a região norte está aquém das outras regiões brasileiras, conforme veremos posteriormente.

Apresenta que o Estado do Amazonas é o Estado que têm os piores índices de acidente de trabalho em todo o País, sempre ultrapassou a média nacional ao longo desses 12 anos.

Figura 1 - Gráfico do Comparativo (AM) *versus* Média Nacional (BR)

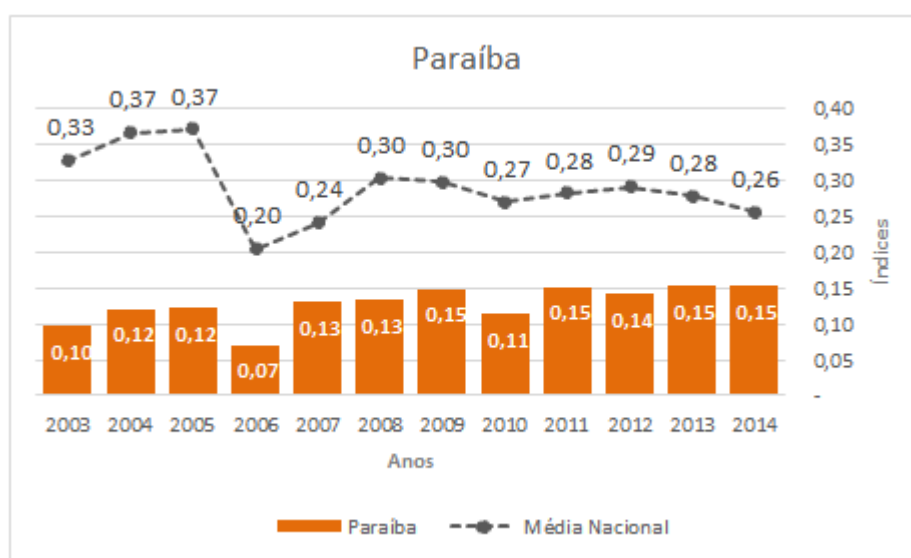
Fonte : A autora



A atenção especial vai para o Estado do Amazonas, onde obteve durante 8 anos os piores índices de acidentes de trabalho por quantidade de edificações construídas. E em contrapartida o Estado da Paraíba obteve o melhor índice juntamente com o Estado do Tocantins.

A Figura 2 ilustra que Estado da Paraíba nunca ficou acima da média nacional e está em 1º lugar com os melhores índices brasileiros nestes 12 anos analisados neste trabalho.

Figura 2 - Gráfico do Comparativo (PB) *versus* Média Nacional (BR)



Fonte: A autora

Comparativo regional do número de acidentes de trabalho por quantidade de edifícios construídos em relação ao Brasil

Todas as regiões do Brasil têm características distintas, a região Centro-Oeste é a segunda maior em extensão territorial, atrás apenas da região Norte. Uma peculiaridade dessa região é que ela não é banhada pelo mar. A região Nordeste é a segunda maior do Brasil em quantitativo populacional, porém a região Norte é a maior região em área territorial. Já a região Sudeste é o complexo regional do Brasil mais industrializado e o mais populoso, a região Sul é a menor entre as regiões brasileiras. As características regionais influenciam na atividade econômica de um País, é notório que a região Sudeste possui a maior quantidade de construções de edifícios, segundo a CBIC (2017). Em virtude disso, a seguir o comparativo das regiões pela média nacional.

A Figura 3 é um comparativo entre as regiões do Brasil, pode-se observar que a região norte é aquela que obtêm os maiores índices de acidente do País, em 2004 e 2005 teve um pico no índice. E a região Sul nunca obteve os índices de acidentes acima da média nacional.

Figura 3 - Gráfico do Comparativo Brasil por Regiões *versus* Média Nacional (BR) Fonte: A autora

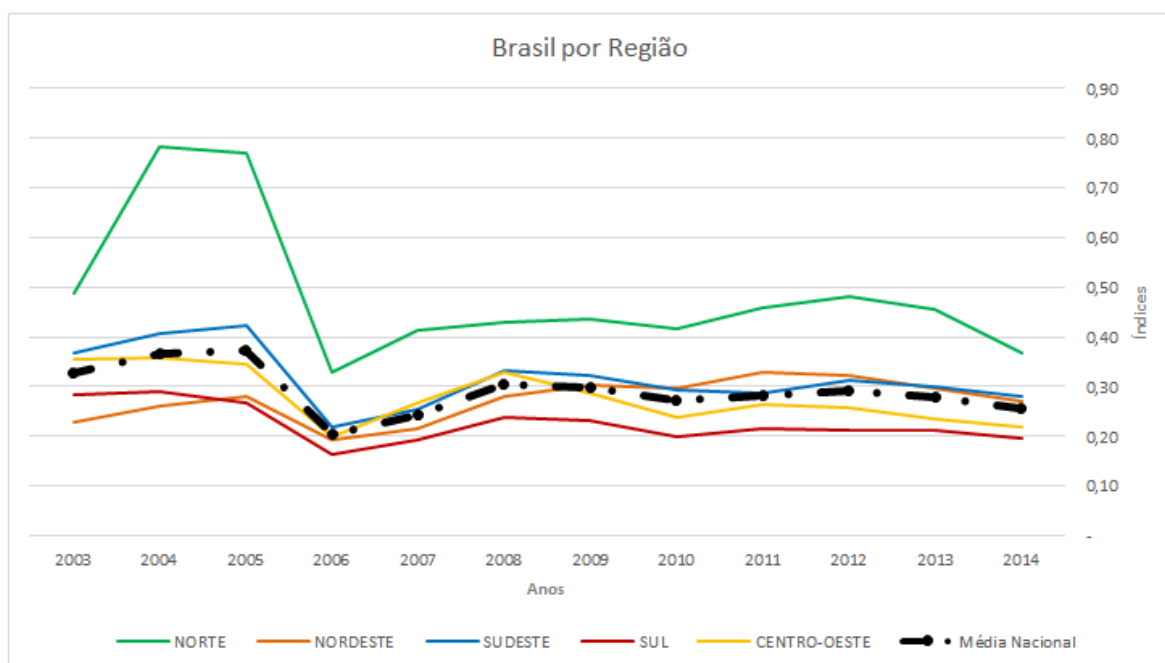
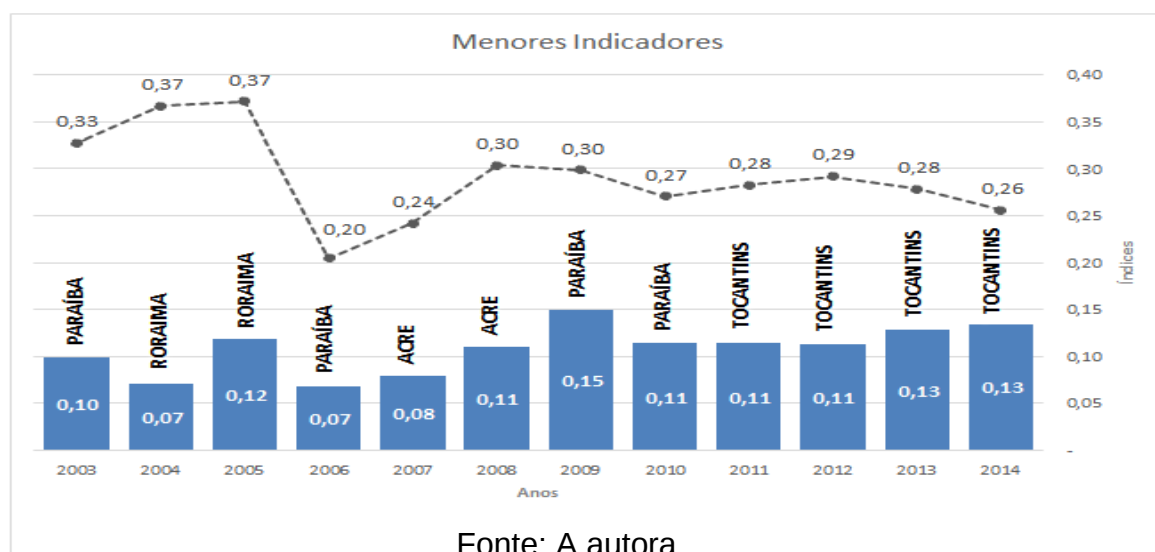
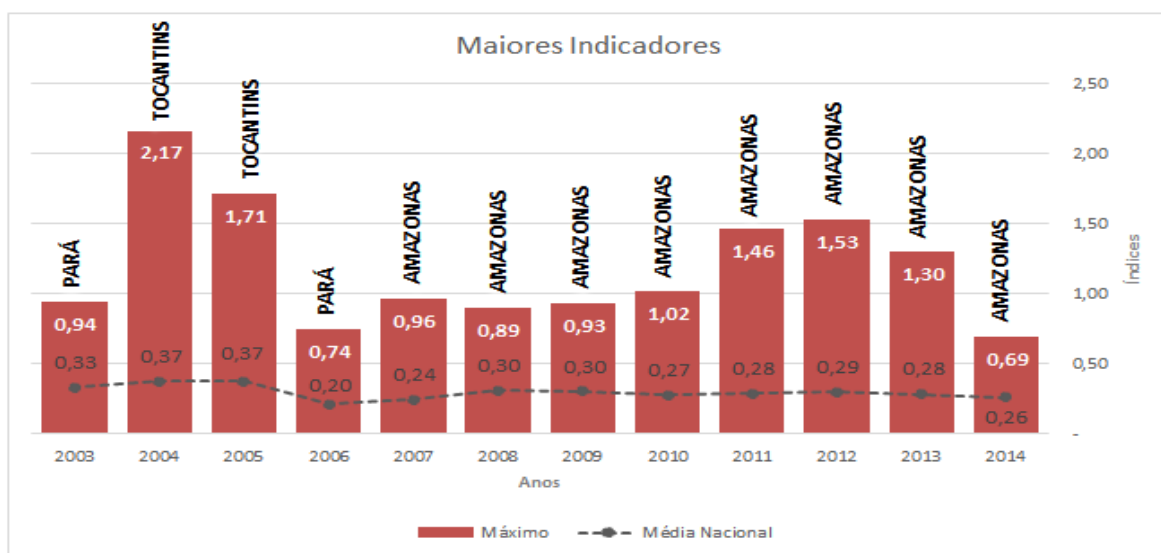


Figura 4 - Gráfico dos Estados mais seguros dos 12 anos



Fonte: A autora

Figura 5 - Gráfico dos Estados menos seguros dos 12 anos



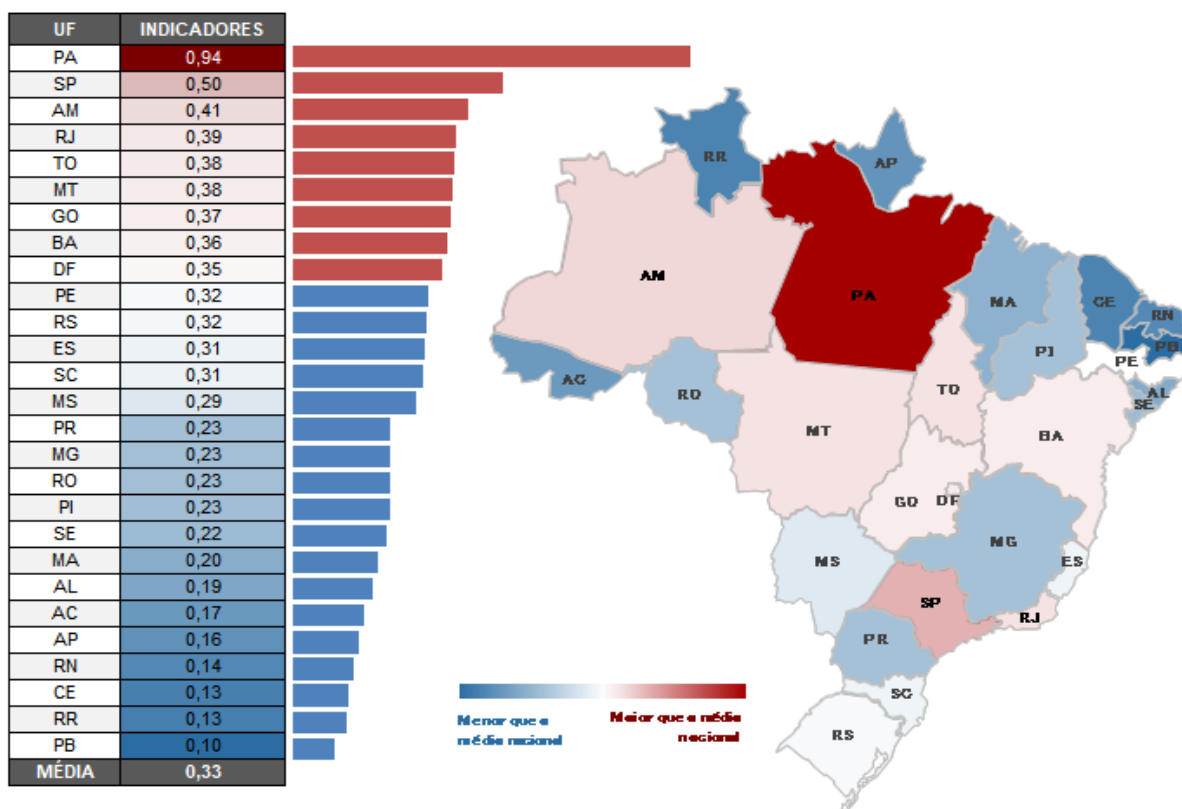
Fonte: A autora

Comparativo dos indicadores através de mapa do Brasil

Para uma melhor análise e visualização, foram distribuídos os indicadores no mapa do Brasil. Neste gráfico é possível identificar visualmente quais são os Estados que obtiveram os melhores e piores índices de acidentes de trabalho ao longo do período de 2003 até 2014.

A Figura 6 é um comparativo entre os Estados do Brasil no ano de 2003, pode-se observar que o Estado do Pará obteve um índice elevado e a média nacional neste ano foi 0,33.

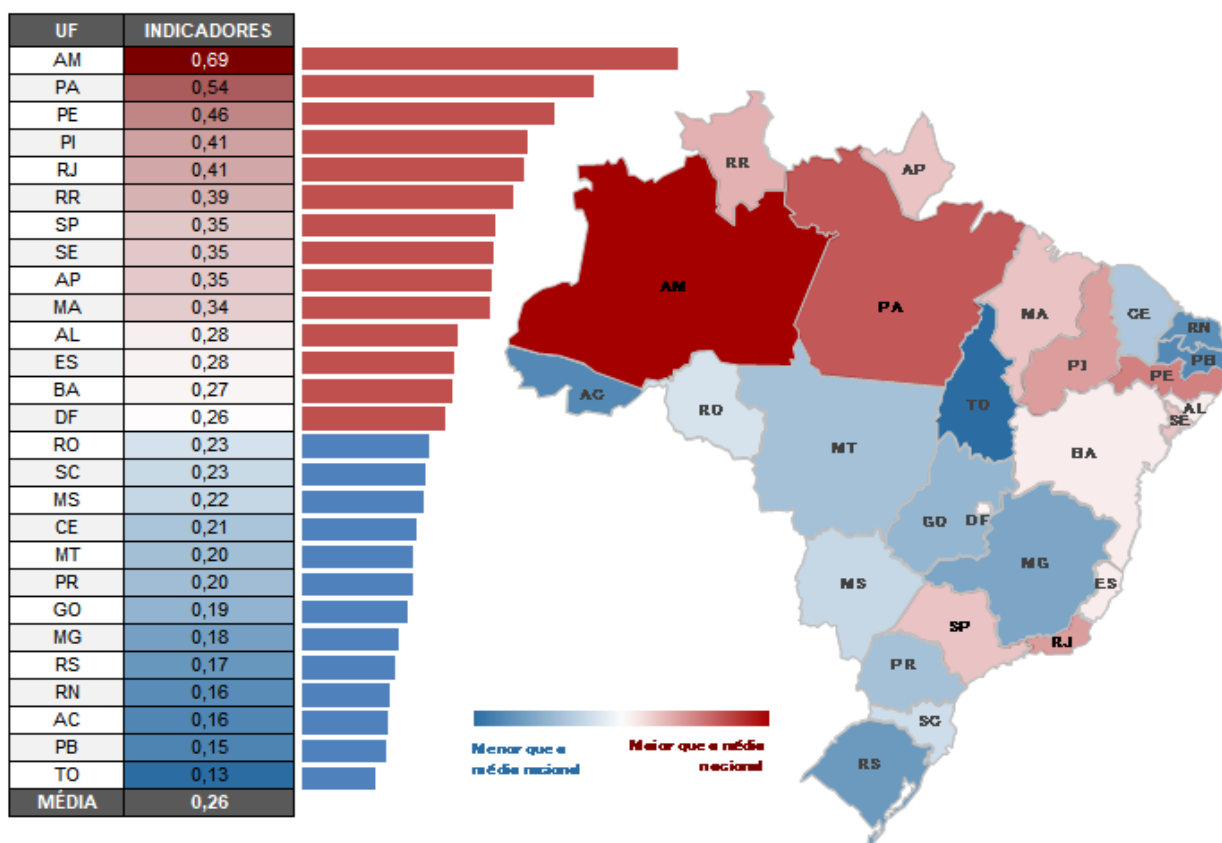
Figura 6 – Mapa do Brasil no ano de 2003



Fonte: A autora

A Figura 7 é um comparativo entre os Estados do Brasil no ano de 2014, pode-se observar que o Estado do Amazonas obteve um índice elevado e a média nacional neste ano foi 0,26.

Figura 7 - Mapa do Brasil no ano de 2014



Fonte: A autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados obtidos a partir dos gráficos dos indicadores, é possível observar que a Região Sudeste (SE) foi a região que obteve o maior crescimento na construção de edifícios, em especial o Estado de São Paulo, nos últimos anos, tendo o maior crescimento observado no ano de 2011.

Conclui-se que, a abordagem do assunto segurança do trabalho acerca dos acidentes nos canteiros de obra em especial a construção de edifícios nos Estados e regiões do País no período de 2003 a 2014, apresenta um quadro tão preocupante quanto aos diversos estudos que tratam a segurança do trabalho na construção civil de uma maneira generalizada.

Mais que isso, os estudos demonstraram que através da elaboração dos gráficos, identificou-se a problemática dos Estados da região norte visto de forma isolada, em especial o Estado do Amazonas. Levando-nos a reflexão que os investimentos em infraestrutura no decorrer dos 12 anos analisados não acompanharam a metodologia de segurança pelos diversos meios que fazem os acidentes se tornarem mínimos ou nulos. É válido ressaltar que a situação do Estado do Pará também é alarmante por apresentar um quadro semelhante. São Estados que ficaram por mais vezes acima da média nacional. No entanto, a região Sul é a única por apresentar todos os Estados abaixo da média nacional ao longo desses 12 anos.

Contudo, ao invés de analisar os Estados do País, e sim as regiões em que os mesmos estão inseridos através de comparação com o índice nacional, observa-se que a região sudeste só não está mais bem classificada que a região sul, porque possui o maior investimento na construção de edifícios, fazendo com que os índices sejam equilibrados.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9077: **Saídas de emergência em edifícios**. Rio de Janeiro. 2001.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 12721: **Avaliação de custos unitários e preparo de orçamento de construção para incorporação de edifícios em condomínio – Procedimento**. Rio de Janeiro. 2006.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 12722: **Discriminação de serviços para construção de edifícios – Procedimento**. Rio de Janeiro. 1992.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14280: **Cadastro de acidente do trabalho – Procedimento e classificação**. Rio de Janeiro. 2001.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 22301: **Segurança da sociedade — Sistema de gestão de continuidade de negócios — Requisitos**. Rio de Janeiro. 2013.

ALLEN, Edward. **Como os edifícios funcionam: a ordem natural da arquitetura**. 1.ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fonte, 2011.

AMANTE, Bianca, SILVA, Jéssica Godinho da. **Trabalho em altura na construção civil: benefícios e dificuldades de implantação das NR 18 e 35 na grande Florianópolis/SC**. 2017. 68f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade de Santa Catarina. Palhoça - Santa Catarina, 2017.

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18.001/2007 e OIT SSO/2001**. 2.ed. Rio de Janeiro. Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual, 2008.

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Normas regulamentadoras Comentadas Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho**. 6.ed. Rio de Janeiro. Gerenciamento Verde Editora e Livraria Virtual, 2007.

BARTOLOMEU, Tereza Angélica. **Modelo de investigação de acidentes do trabalho baseado na aplicação de tecnologias de extração de conhecimento**. Florianópolis, 2002. 301 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002

BRASIL. Lei 6.367, de 19 de outubro de 1976. **Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6367.htm>. Acesso em: 30 jul. 2017.

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 30 jul. 2017.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Banco de Dados - nº de estabelecimentos por grupos de atividade econômica da construção civil – Brasil, Regiões e UF**. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/empresas-de-construcao/estabelecimentos-na-construcao>>. Acesso em: 03.mai.2017.

FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. 1.ed. São Paulo. Editora Disal, 2004.

Ministério da Previdência Social (MPS). **AEAT – Base de dados históricos de acidentes de trabalho**. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>>. Acesso em: 08.mai.2017.

HISTÓRIA

Como citar: ARANTES, Jorge. *Uma Breve Visão Crítica Sobre a Situação da Educação Básica no Brasil e seus Reflexos Negativos no Desempenho Profissional*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

UMA BREVE VISÃO CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NEGATIVOS NO DESEMPENHO PROFISSIONAL

Por: JORGE ARANTES⁵²

⁵² Graduado em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Licenciatura Plena em Sociologia e História, também pela UERJ. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/AVM - RJ). Livros Publicados: “Programa Especial de Educação: Um Projeto Político”, Editora Mauad, 1998, e “Pequeno Dicionário Crítico: Histórico, Geográfico, Econômico, Político e Social”, Editora Interciência, 2003. E-mail: prof_arantes@yahoo.com.br

RESUMO: A extensa literatura em torno da educação no Brasil prestigia, de modo geral, aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais, resultando num verdadeiro manancial de ideias progressistas e retrógradas, humanistas e materialistas, emancipatórias e tolhedoras, reformistas e conservadoras, enfim, num leque de opções, que agradam a todos os perfis ideológicos e pedagógicos, desde os mais conservadores e herméticos, até os mais liberais e abertos. O fim a que se propõe este artigo, não é discutir as diversas correntes ideológicas que se constituem em pano de fundo, para o debate em torno do sistema educacional brasileiro, com todos os seus acertos e desacertos, mazelas e avanços. O objetivo básico do texto é propor uma discussão em torno da qualidade dos serviços profissionais, que requerem formação universitária, e que são oferecidos à sociedade brasileira. Sabe-se que, historicamente, o sistema educacional brasileiro carece de vontade política e de empenho do poder público, no sentido de formar um povo – e não uma mera população –, com largos horizontes, intelectualizado e capaz de conquistar a posse do exercício da cidadania plena e participativa. No mesmo caminho, a formação profissional promovida pelos centros universitários, vem acenando com dificuldades para oferecer ao mercado, quantidades suficientes de profissionais capazes e competentes. O Ensino Básico, no Brasil, segundo pesquisas nacionais e internacionais, tornou-se um verdadeiro fracasso. Este fracasso, por sua vez, vai produzir nefastos reflexos e fracassos, ainda maiores, nas universidades. Trata-se de uma verdadeira bola de neve. O aluno passa do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, levando consigo deficiências cognitivas e dificuldades que produzirão, no Ensino Médio, efeitos devastadores para sua vida acadêmica. Daí para frente, na Universidade, explodem todas as carências acumuladas durante o processo, resultando em altos níveis de abandono e reprovações. Na pior das hipóteses, tais explosões vão se dar no desempenho de suas funções profissionais. Objetivando evidenciar os graves perigos a que toda a sociedade fica exposta, devido à ação de tais profissionais, optou-se por pesquisar a qualidade dos serviços prestados na área da saúde, especialmente pelos médicos. O resultado foi alarmante. Verificou-se um significativo aumento dos processos judiciais, decorrentes de erros médicos, que têm se mostrado numa espiral ascendente nos últimos anos.

A conclusão a que se chegou foi que o profissional, com carência de conhecimentos técnicos, nada mais é do que a obra acabada de um Ensino Básico (Fundamental e Médio) cheio de imperfeições e falhas, bem como de um poder público incapaz de oferecer ao povo um sistema de educação de qualidade que atenda às reais necessidades na nação.

A EDUCAÇÃO COMO VÍTIMA DO SISTEMA

“O que mais preocupa, não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons”.

Luther King

Muito se fala, se debate e opina, no Brasil, e no mundo, entre os profissionais dos mais variados segmentos – professores, pedagogos, psicólogos, políticos, etc. – acerca da importância da educação. Ao que parece trata-se, mesmo, de um tema envolvente que povoa a ocupação mental e intelectual das pessoas.

A literatura em torno da questão é bastante extensa, não apenas no Brasil, mas, principalmente, no exterior, onde os resultados do processo educativo são bem mais promissores. As informações resultantes de pesquisas realizadas pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), segmento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontam um profundo abismo entre o nível de aproveitamento escolar existente entre os alunos brasileiros e seus congêneres dos países centrais e, mesmo, de alguns países periféricos.

Neste ponto, entra-se na antiga discussão em torno dos níveis de qualidade do sistema educacional brasileiro. Questões de ordem ética, moral, política e ideológica, permeiam todo este secular debate que, não obstante a participação de pessoas altamente habilitadas e, verdadeiramente, empenhadas no processo de otimização do nosso sistema de educação, apresenta pífios resultados.

Evidentemente que esta questão não se esgota em singelas e esclarecedoras palestras de cunho histórico, sobre as mazelas da educação

brasileira ao longo dos séculos, e muito menos, nas orientações de perfil político-ideológico que, certamente, sempre estiveram, e que sempre estarão presentes, em tais discussões. Um elemento, extremamente importante e, portanto, de presença quase obrigatória nestes debates, é a figura do povo em geral, a quem se destina o modelo de sistema educacional que é oferecido pelas classes dominantes.

Lamentavelmente não se tem, no Brasil, uma tradição de participação popular, em nível nacional, nos assuntos diretamente ligados aos seus maiores interesses. Raríssimos casos, ocorridos ao longo de nossa História, totalmente desconectados entre si, não avançaram, exatamente pela falta de visão nacional dos problemas, e do alcance dos movimentos sociais, bem como de um maior empenho e conagração por parte dos mais interessados. Logicamente, este estado de coisas nos remete a situações críticas de ordem ética e moral, nas quais nos deparamos com um povo amorfo – política e ideologicamente –, sem nenhuma noção do que seja o exercício da cidadania plena e participativa e, portanto, alijado dos mais elementares direitos assegurados à pessoa humana, formado por autênticos marginais sociais. Todavia, ficam as questões: Como esperar dessas camadas populacionais uma atitude para a qual não foram preparadas? Como julgá-las “alienadas” e “desinteressadas”, se não foram educadas para a participação do fazer social e político? Seria ético condenar alguém por não conhecer temas dos quais nunca teve a oportunidade de estudar e aprender? Cai-se, portanto, num perverso e perigoso círculo vicioso, do qual as camadas dominantes tanto tem se beneficiado ao longo dos cinco séculos de História do Brasil.

Portanto, ao que parece, a discussão em torno da dramática situação na qual se debate a educação no Brasil transcende, em muito, os debates em gabinetes refrigerados envolvendo os mais variados interesses – políticos, econômicos, culturais e sociais. Todavia, extrapola os limites estabelecidos para o presente artigo.

OS ÍNDICES DE APROVEITAMENTO DOS ALUNOS BRASILEIROS

“A cultura forma sábios; a educação, homens.”

[Louis Bonald](#)

Durante séculos o sistema educacional brasileiro vem se constituindo numa verdadeira indústria do analfabetismo – ou, quando muito, do analfabetismo funcional –, não despertando o menor interesse do poder público no sentido de oferecer ao alunado em geral, um ensino de qualidade voltado para a formação da cidadania como, aliás, prevê a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no caput de seu artigo 32.

Esta realidade torna evidente o histórico desinteresse das elites econômicas, políticas e culturais, pela qualidade do ensino no país. O que se vive hoje nada mais é do que o resultado de séculos de descaso com a educação do povo, sobretudo e especialmente, das camadas mais desamparadas, que dependem do sistema público de ensino. Basta lembrar, apenas a título de exemplificação, que durante o século XVI eram ensinadas pelos jesuítas as disciplinas de Retórica, Lógica e Moral, entre outras, em grego e em latim⁵³. Ao que parece, desde os tempos iniciais de formação do que, hoje, se entende por Brasil, não se ensinava nada a ninguém nas suas primeiras escolas. Daí a argumentação do professor Darcy Ribeiro no sentido de que o atual caos na educação do Brasil possui raízes históricas, ao afirmar que o descalabro vivenciado já nos idos dos anos 1980 veio “*da Colônia que nunca quis alfabetizar ninguém, ou só quis alfabetizar uns poucos homens para o exercício de funções governamentais. Veio do Império que, por igual, nunca se propôs a educar o povo. A República não foi muito mais generosa e nos trouxe à situação atual de calamidade na educação*”⁵⁴.

E o resultado desse verdadeiro descaso do poder constituído, na Colônia, no Império e, por fim, na República, bem como da falta de sensibilidade das camadas dominantes, que sempre orquestraram o processo de exclusão

⁵³ VER KOSHIBA, LUIZ & PEREIRA, DENISE MANZI FRAYSE. HISTÓRIA DO BRASIL. 5ª EDIÇÃO, SÃO PAULO, EDITORA ATUAL, 1987, P. 53.

⁵⁴ RIBEIRO, DARCY. O LIVRO DOS CIEPS. RIO DE JANEIRO, BLOCH EDITORES, 1986, P. 15.

imposto aos segmentos mais marginalizados da população, para com este importante elemento de formação do social nacional, implica numa profunda deformação do exercício da cidadania e num intenso processo de deterioração do próprio sistema educacional, bem como dos seus nefastos resultados, não apenas para os alunos em si, mas para toda a sociedade, a partir do momento em que profissionais mal preparados ingressam nos mercados de trabalho.

O processo educacional, em seu sentido mais amplo, além da formação dos quadros profissionais que vão atender as necessidades da sociedade nas mais diversas áreas, constitui-se num requisito fundamental para o processo de desenvolvimento econômico, político, cultural e social, de toda e qualquer comunidade nacional, daí a importância de sua qualidade. Além disso, analisando a questão do ponto de vista estritamente político-construtivo, tem-se, também, que dela depende o fortalecimento dos princípios democráticos de um povo, o êxito dos processos de inclusão social, uma significativa redução das desigualdades sociais e o exercício da cidadania plena e participativa. Daí o interesse que desperta em vários segmentos da sociedade, desde as camadas mais simples até às elites econômicas, políticas e culturais.

Para o professor Nelson Piletti, as classes desassistidas são excluídas do processo educacional, ainda que o poder público desenvolva programas com o fim de eliminar as desigualdades sociais relacionadas ao acesso à educação. Neste sentido argumenta que *“na prática, continua o dualismo, em que se oferecem boas escolas para a elite e escolas precárias, sem recursos, para a maioria da população”*⁵⁵.

Evidentemente que esta realidade não se trata de uma situação individualizada, isto é, independente da questão socioeconômica e política. Quem se propõe a oferecer alternativas a qualquer sistema educacional fundamenta-se, necessariamente, em ideais políticos, ainda que despartidarizados. Aliás, como já dizia o professor Gadotti, educar *“é um ato essencialmente político”*⁵⁶.

⁵⁵ PILETTI, NELSON. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO. 15ª EDIÇÃO, SÃO PAULO, EDITORA ÁTICA, 1995, P. 129.

⁵⁶ MOACIR. A NOVA POSTURA DO EDUCADOR NUMA SOCIEDADE EM CONFLITO. IN ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, VOLUME XX, RIO DE JANEIRO, EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1980, P. 91.

Convive-se hoje, no Brasil, com o fantasma do chamado “analfabeto funcional”. Figura resultante de um Ensino Fundamental ineficiente que transfere, para o Ensino Médio, o resultado de todas as suas mazelas. O Ensino Médio, por sua vez, acaba reproduzindo e aprofundando tais mazelas. Pesquisas demonstram o baixo rendimento escolar dos alunos dos dois segmentos.

Em 2011, através da Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em parceria com Todos pela Educação, na qual os concluintes do 3º Ano do Ensino Fundamental foram avaliados, constatou-se que 43,9% não haviam aprendido o que se esperava em Leitura, e 46,6% não alcançaram as expectativas em Escrita. Ou seja, mais de 40% dos alunos pesquisados não sabiam ler e escrever.⁵⁷

Na ocasião, a Secretária de Educação do município do Rio de Janeiro, e conselheira do Todos pela Educação, Claudia Costin, com seus 28 mil alunos analfabetos funcionais no 4º, 5º e 6º Anos do Ensino Fundamental, reconheceu um autêntico regime de apartheid educacional no Brasil.

De acordo com Priscila Cruz, diretora-executiva do Todos Pela Educação, *“nenhuma criança pode concluir esse período, chamado de ciclo de alfabetização [1º, 2º e 3º Anos], sem estar plenamente alfabetizada”*⁵⁸, sob pena de comprometer profundamente todo o seu processo de aprendizagem nos anos subsequentes. A respeito da importância da alfabetização nos primeiros anos de estudo, a professora Leila Medeiros de Menezes, ex Diretora da Divisão de Programas Especiais da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro, ao defender a proposta político pedagógica do Programa Especial de Educação (PEE), implantado nos anos 1980, em todo o Estado do Rio de Janeiro, já argumentava que *“se o indivíduo domina a sua língua, se ele lê, em toda a acepção da palavra, ele tem um caminho aberto para buscas e*

⁵⁷ DISPONÍVEL EM [HTTP://OGLOBO.GLOBO.COM/SOCIEDADE/EDUCACAO/PROVA-MOSTRA-QUE-MAIS-DE-40-DOS-ALUNOS-ALFABETIZADOS-NAO-SABEM-LER-ESCREVER-3216605](http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/prova-mostra-que-mais-de-40-dos-alunos-alfabetizados-nao-sabem-ler-escrever-3216605). ACESSADO EM 05/04/2017.

⁵⁸ IDEM.

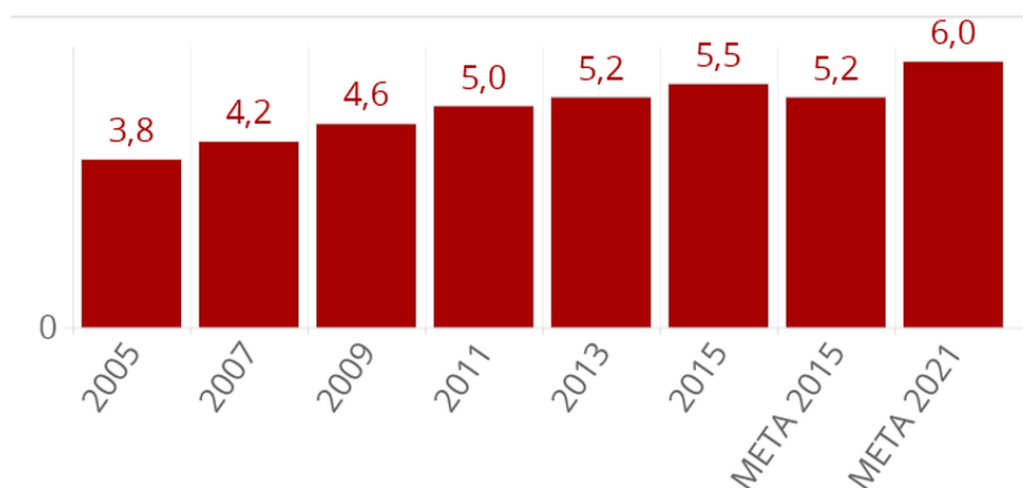
descobertas, (...). É a partir do ler que o indivíduo vai ler em História, Geografia, etc."⁵⁹.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgado em março de 2017 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), revela que o primeiro segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) tinha como meta 5,2 e alcançou IDEB 5,5, apresentando, portanto, resultado positivo. O mesmo não ocorreu com o segundo segmento (6º ao 9º Ano), que ficou aquém das expectativas. Tinha como meta 4,7, mas alcançou apenas 4,5 de IDEB. (ver quadros 1 e 2)

Figura 1

Ideb - Anos iniciais do fundamental

Veja a evolução do Ideb Brasil entre 2005 e 2015



FONTE: MEC/Inep

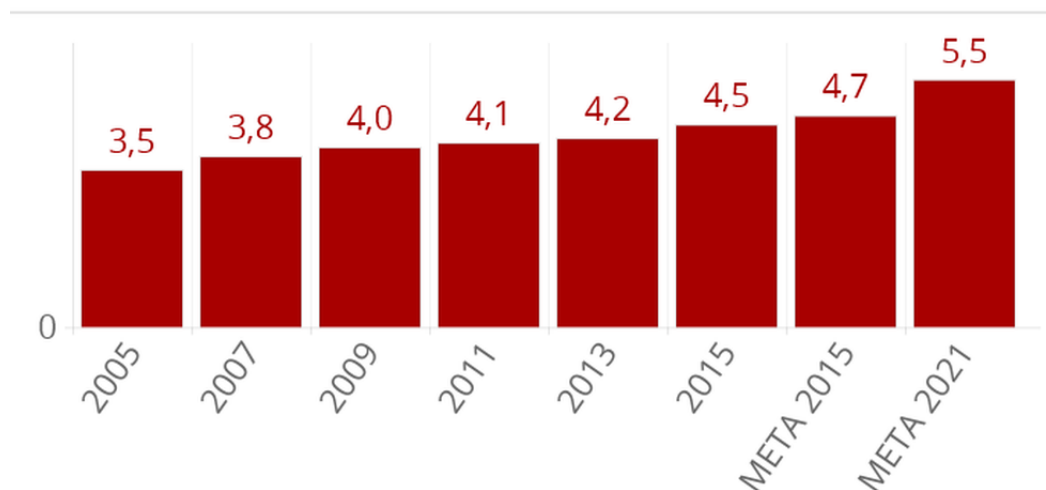
Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ideb-no-ensino-medio-fica-abaixo-da-meta-nas-escolas-do-brasil.ghtml>. Acessado em 04/04/2017.

⁵⁹ APUD ARANTES, JORGE. PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO: UM PROJETO POLÍTICO. 1ª EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO, EDITORA MAUAD, 1998, P. 51.

Figura 2

Ideb - Anos finais do fundamental

Veja a evolução do Ideb Brasil para o 9º ano do fundamental entre 2005 e 2015



FONTE: MEC/Inep

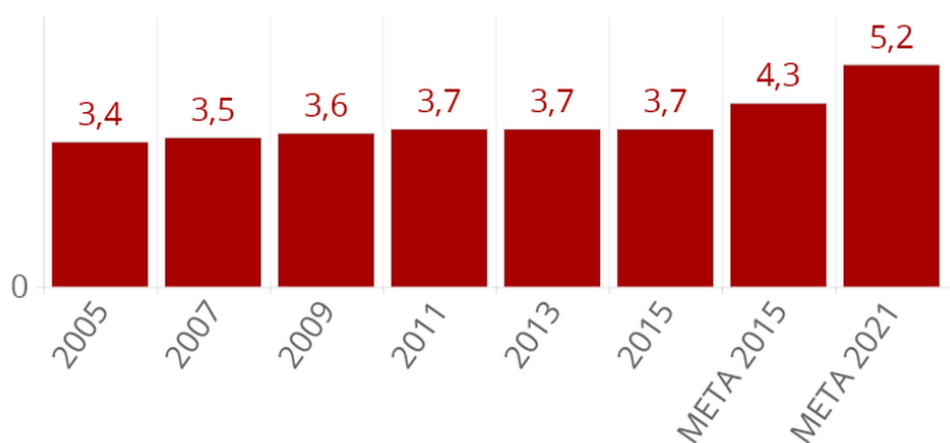
Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ideb-no-ensino-medio-fica-abaixo-da-meta-nas-escolas-do-brasil.ghtml>. Acessado em 04/04/2017.

Um provérbio popular afirma que “tudo que começa mal, acaba mal”. Em vista do que se tem observado, ao longo de todas as etapas do sistema educacional brasileiro, parece que o provérbio encaixa-se perfeitamente na situação vivenciada no Brasil, especialmente, na questão da educação. Os desacertos e as deficiências adquiridos durante o processo cognitivo no Ensino Fundamental são transferidos para o Ensino Médio, onde são potencializados pela natural exigência de mais complexidade dos conteúdos programáticos. E, aí, temos, na mesma pesquisa do IDEP, publicada em março de 2017, que o Ensino Médio permanece completamente estagnado desde 2011, uma vez que tinha como meta para 2015 o índice de 4,3, tendo alcançado apenas IDEP 3,7. (ver Figura 3)

Figura 3

Ideb - Ensino médio

Veja a evolução do Ideb Brasil para o 3º ano do ensino médio entre 2005 e 2015



FONTE: MEC/Inep

Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/ideb-no-ensino-medio-fica-abaixo-da-meta-nas-escolas-do-brasil.ghtml>. Acessado em 04/04/2017.

Levantamentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a respeito das taxas de rendimento dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, demonstram que de 2010 a 2015, registrou-se melhorias nos índices de reprovação, abandono escolar e aprovação. (ver Figura 4)

Figura 4
Proporção de Alunos com Reprovação, Abandono e Aprovação na Educação
Básica de 2000 a 2015

Ano	Etapa Escolar	Reprovação	Abandono	Aprovação
2010	1º ao 5º Ano (EF)	8,3 %	1,8 %	89,9 %
	6º ao 9º Ano (EF)	12,6 %	4,7 %	82,7 %
	Ensino Médio (1ª a 3ª Série)	12,6 %	10,3 %	77,1 %
2011	1º ao 5º Ano (EF)	7,2 %	1,5 %	91,2 %
	6º ao 9º Ano (EF)	12,4 %	4,2 %	83,4 %
	Ensino Médio (1ª a 3ª Série)	13,2 %	9,6 %	77,2 %
2012	1º ao 5º Ano (EF)	6,9 %	1,4 %	91,7 %
	6º ao 9º Ano (EF)	11,8 %	4,1 %	84,1 %
	Ensino Médio (1ª a 3ª Série)	12,3 %	9,2 %	78,5 %
2013	1º ao 5º Ano (EF)	6,1 %	1,2 %	92,7 %
	6º ao 9º Ano (EF)	11,3 %	3,6 %	85,1 %
	Ensino Médio (1ª a 3ª Série)	11,9 %	8,1 %	80,0 %
2014	1º ao 5º Ano (EF)	6,2 %	1,1 %	92,7 %
	6º ao 9º Ano (EF)	11,7 %	3,5 %	84,8 %
	Ensino Médio (1ª a 3ª Série)	12,2 %	7,6 %	80,2 %
2015	1º ao 5º Ano (EF)	5,8 %	1,0 %	93,2 %
	6º ao 9º Ano (EF)	11,1 %	3,2 %	85,7 %
	Ensino Médio (1ª a 3ª Série)	11,6 %	6,8 %	81,6 %

Quadro elaborado de acordo com informações do INEP

Fonte: <http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2010>. Acesso em 04/02/17

<http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2011>. Acesso em 04/02/17

<http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2012>.
Acesso em 04/02/17
<http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2013>.
Acesso em 04/02/17
<http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2014>.
Acesso em 04/02/17
<http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2015>.
Acesso em 04/02/17

Seria interessante observar que, em 2010, a taxa de reprovação no Ensino Fundamental I foi de 8,3%, contra 5,8% em 2015, revelando uma redução de 2,5%. Já no Ensino Fundamental II, a reprovação caiu de 12,6%, em 2010, para 11,7%. Uma queda mais modesta, não resta dúvida, mas uma redução positiva. Quanto ao Ensino Médio, uma redução, também pequena, se registrou nas taxas de reprovação, passando de 12,6%, em 2010, para 11,6% em 2015. Quanto ao índice de reprovação, portanto, houve uma nítida melhoria.

Quando se compara os índices de abandono escolar, também se percebe um avanço. Note-se que, no Ensino Fundamental I, a taxa de abandono foi de 1,8% em 2010, e de 1,0% em 2015. Portanto, apresentando um saldo positivo, ainda que tímido. Entre os alunos do Ensino Fundamental II também se nota a redução das taxas de evasão escolar, já que em 2010 era de 4,7% e, em 2015, 3,2%. Já em relação ao Ensino Médio, o ganho foi bastante significativo, pois em 2010, o abandono foi de 10,3% enquanto que, em 2015, caiu para 6,8%. Também quanto ao abandono escolar, registrou-se um avanço.

E, por último, quando se avalia os níveis de aprovação entre os alunos da Educação Básica, progressos também se verificaram ao longo dos anos avaliados. Veja-se que, entre os alunos do Ensino Fundamental I, o percentual era de 89,9% em 2010 e, já em 2015, passou para 93,2%. Já no Ensino Fundamental II, o índice de aprovação, que era de 82,7% em 2010, chegou a 85,7% em 2015. No Ensino Médio, se repetiu, também, maiores níveis de aproveitamento, quando se observa que, em 2010, o percentual de aprovação era de 77,1%, tendo chegado a 81,6% em 2015.

Quanto aos investimentos na área educacional, o Brasil vem se apresentando como um dos países que, nos últimos anos, mais tem se dedicado a direcionar recursos à educação. Segundo estudos da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o país que mais tem investido, proporcionalmente, na educação. Dos 38 países analisados pelo organismo, o Brasil só perdeu para o México e para a Nova Zelândia.

No ano 2000 o Brasil investiu 2,4% do PIB na área da educação básica, contra 3,5% dos países que compõem a OCDE⁶⁰. Já em 2012, o Brasil investia 4,7% do seu PIB, e a OCDE apenas 3,7%.⁶¹

Quanto à qualidade da educação, a mesma OCDE informa que o país vem melhorando os seus índices de pontuação, paulatinamente, de acordo com a avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Neste quesito, de 2003 a 2012, o Brasil obteve uma pontuação de 0,63, enquanto a média da OCDE era de 3,36.⁶² Estes dados, bem podem sugerir que os problemas no sistema educacional brasileiro são de ordem estrutural.

Até então, todas as informações obtidas através de pesquisas realizadas por órgãos oficiais do governo (INEP/MEC), bem como por instituições internacionais (PISA e OCDE), dão conta de que tudo vai bem com o sistema educacional brasileiro. Todavia, quando se compara estes dados com os dados fornecidos por estas mesmas entidades – especialmente o PISA –, acerca do aproveitamento dos alunos brasileiros, as contas não fecham.

De acordo com as informações do próprio PISA, de 2009, do qual participaram 65 países, o Brasil só conseguiu chegar ao 53º lugar. Segundo Frei Betto, *“na escala de 1 a 800 pontos, nosso país alcançou 401”*, acrescentando, logo a seguir, que *“estamos tão atrasados que o Plano Nacional de Educação prevê que o Brasil alcance, no Pisa, 477 pontos em 2021. Em 2009, a Lituânia alcançou 479; a Itália, 486; os EUA, 496; a Polônia, 501; o Japão 529; e a China, campeã, 577”*.⁶³

⁶⁰ AUSTRÁLIA, ÁUSTRIA, BÉLGICA, CANADÁ, CHILE, REPÚBLICA TCHECA, DINAMARCA, ESTÔNIA, FINLÂNDIA, FRANÇA, ALEMANHA, GRÉCIA, HUNGRIA, ISLÂNDIA, IRLANDA, ISRAEL, ITÁLIA, JAPÃO, CORÉIA, LUXEMBURGO, MÉXICO, HOLANDA, NOVA ZELÂNDIA, NORUEGA, POLÔNIA, PORTUGAL, ESLOVÁQUIA, ESLOVÊNIA, ESPANHA, SUÉCIA, SUÍÇA, TURQUIA, REINO UNIDO E ESTADOS UNIDOS E ISRAEL.

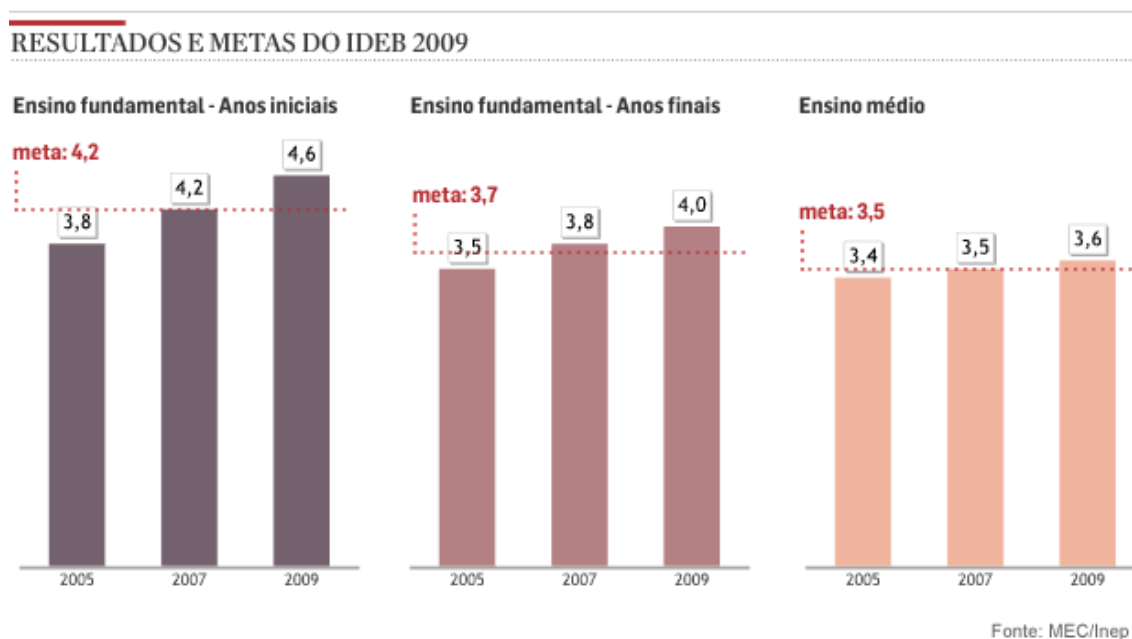
⁶¹ DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.BRASIL.GOV.BR/EDUCACAO/2015/11/BRASIL-E-PAIS-QUE-MAIS-INVESTE-EM-EDUCACAO-DIZ-OCDE](http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/11/brasil-e-pais-que-mais-investe-em-educacao-diz-ocde). E
[HTTP://G1.GLOBO.COM/EDUCACAO/NOTICIA/2015/11/BRASIL-INVESTE-MAIS-EM-EDUCACAO-DIZ-OCDE-MAS-ABANDONO-AINDA-E-ALTO.HTML](http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/brasil-investe-mais-em-educacao-diz-ocde-mas-abandono-ainda-e-alto.html). ACESSADOS EM 06/04/2017.

⁶² DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.BRASIL.GOV.BR/EDUCACAO/2015/11/BRASIL-E-PAIS-QUE-MAIS-INVESTE-EM-EDUCACAO-DIZ-OCDE](http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/11/brasil-e-pais-que-mais-investe-em-educacao-diz-ocde). ACESSADO EM 06/04/2017.

⁶³ BETTO, FREI. BRASIL DE FATO – UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.BRASILDEFATO.COM.BR/NODE/5485](http://www.brasildefato.com.br/node/5485) DATA DE ACESSO: 19/12/2016.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2009 revela em seus resultados, uma situação preocupante na qual se encontra o Ensino Médio. Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, “na média, numa escala que vai de 0 a 10, os estudantes tiraram 3,6 – nota apenas 0,1 maior do que a alcançada na edição anterior, de 2007”⁶⁴. Constatou-se, na ocasião, que os alunos não tinham noção de que a metade de um todo corresponde a 50% do mesmo.

quadro 5



Veja-se que para o Ensino Fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, as metas foram alcançadas e ligeiramente ultrapassadas, entre 2005 e 2009, verificando-se, inclusive, significativas melhoras de uma avaliação para outra. Todavia, quando se observa os resultados do Ensino Médio, percebe-se com clareza que houve praticamente uma estagnação, muito embora a meta tenha sido alcançada.

⁶⁴ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, EDIÇÃO DE 02/07/2010.

Esta realidade levou o sociólogo Simon Schwartzman a fazer o seguinte comentário: *"Se não começar a desatar os nós do Ensino Médio, o Brasil vai ficar para trás"*.⁶⁵

Em novembro de 2012 a consultoria britânica EIU (Economist Intelligence Unit) e Pearson divulgou o relatório resultante de uma pesquisa na qual foram analisados os resultados dos níveis de aprendizagem do sistema educacional de quarenta países, baseando-se em dados percentuais de alfabetização e de conclusão do Ensino Médio e do Ensino Superior. No topo da lista encontramos a Finlândia e a Coreia do Sul. Em contrapartida, no outro extremo da lista, figuram o Brasil e a Indonésia, nesta ordem. O rendimento escolar brasileiro conseguiu a proeza de ficar atrás dos resultados dos sistemas educacionais mexicano, colombiano e argentino.⁶⁶

Na pesquisa mais recente realizada pelo PISA, em 2015, os resultados apenas confirmaram as pesquisas anteriores, isto é, o Brasil se mantém com baixos índices de aproveitamento escolar o que, para Maria Helena, secretária executiva do MEC, é alarmante, já que é inferior ao registro de nações que investem menos que o país em educação. Portanto, é preciso que se descubra, o quanto antes, onde está o nó cego deste processo. Segundo, ainda Maria Helena, *"países como a Colômbia e o México, que tinham resultados similares aos nossos, nos deixaram para trás. Portugal e Polônia, que também estavam próximos, deram um salto de qualidade e superaram a média da OCDE"*.⁶⁷

Dentre as deficiências dos alunos brasileiros destacam-se a Leitura e a Matemática. Em Leitura o Brasil ficou no grupo dos 12 piores países com uma média de 407, bem abaixo da média de 493 da OCDE. Todavia, o pior desempenho foi em Matemática. O Brasil foi agrupado com os cinco piores

⁶⁵ REVISTA VEJA. ENEM E O DESASTRE DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO, EDIÇÃO DE 11/11/2011. DISPONÍVEL EM [HTTP:// EDUCARPARACRESCER. ABRIL. COM. BR / INDICADORES / ENEM-DESASTRE-ENSINO-MEDIO-BRASILEIRO-646228.SHTML](http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/enem-desastre-ensino-medio-brasileiro-646228.shtml). ACESSADO EM 12/09/2012.

⁶⁶ VERONESI, LUIZA BELONI. BRASIL É PENÚLTIMO EM RANKING MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. DISPONÍVEL EM [HTTP://INFOMONEY.COM.BR/CARREIRA/EDUCAÇÃO/NOTICIA/2621588/BRASIL-PENULTIMO-RANKING-MUNDIAL-EDUCAÇÃO](http://infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/2621588/brasil-penultimo-ranking-mundial-educacao). DATA DE ACESSO:02/03/2017.

⁶⁷ DISPONÍVEL EM [HTTP://EXAME.ABRIL.COM.BR/BRASIL/BRASIL-ESTA-ENTRE-OS-8-PIORES-EM-CIENCIAS-EM-RANKING-DE-EDUCACAO/](http://exame.abril.com.br/brasil/brasil-esta-entre-os-8-piores-em-ciencias-em-ranking-de-educacao/) - ACESSADO EM 07/04/2017.

países, com uma média de 377, ante a média de 490, entre os países da OCDE.
(ver figura 6, 7, 8, 9 e 10)

Desempenho do Brasil no PISA 2015

Figura 6

Pisa - nível básico

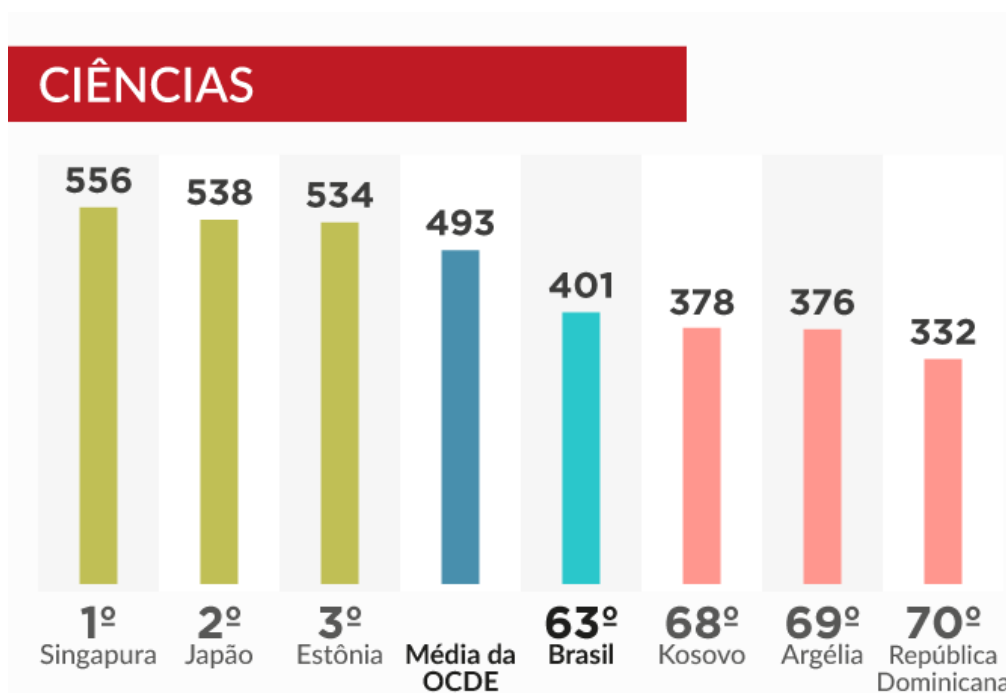
Porcentagem de estudantes brasileiros que estão abaixo do nível básico de proficiência nas três áreas avaliadas



FONTE: OCDE/Pisa 2015

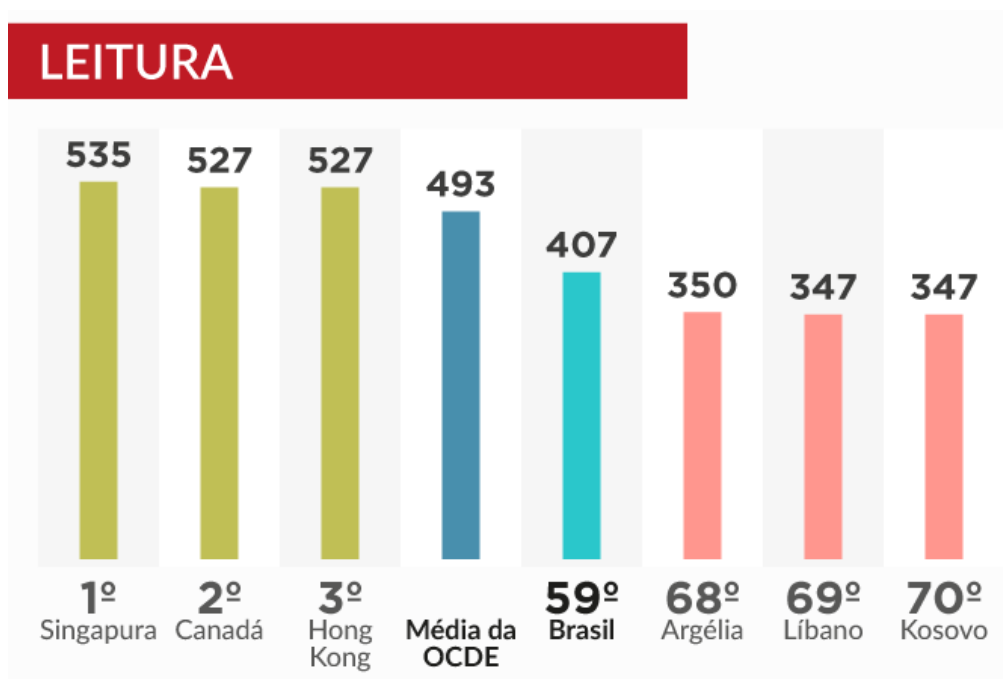
<http://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml> acessado em 03/04/2017

Figura 7



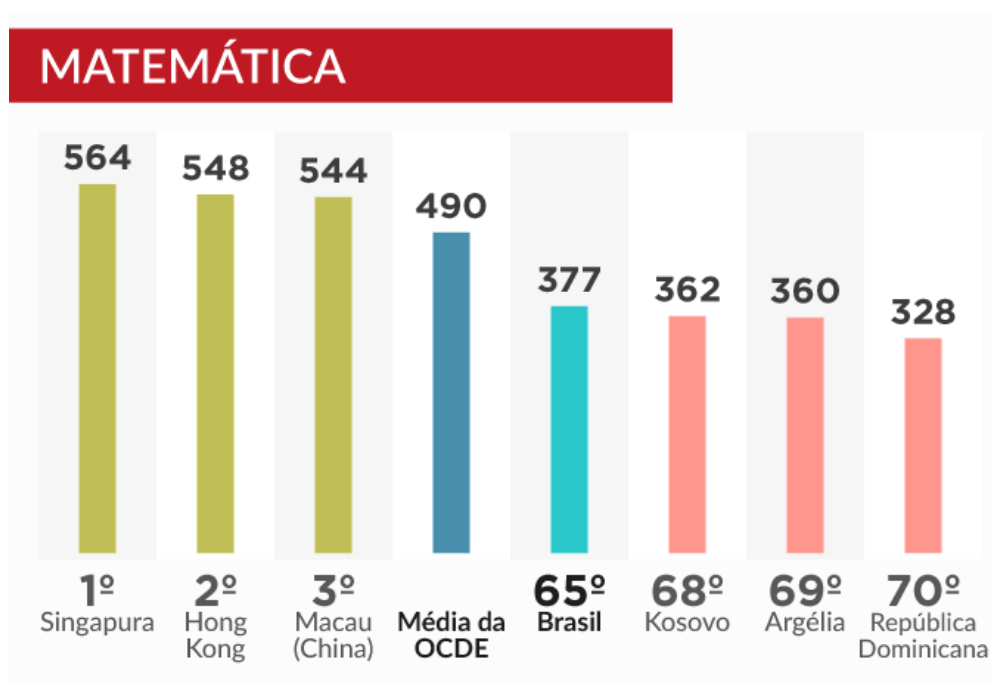
Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/brasil-esta-entre-os-8-piores-em-ciencias-em-ranking-de-educacao/>

Figura 8



Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/brasil-esta-entre-os-8-piores-em-ciencias-em-ranking-de-educacao/>

Figura 9

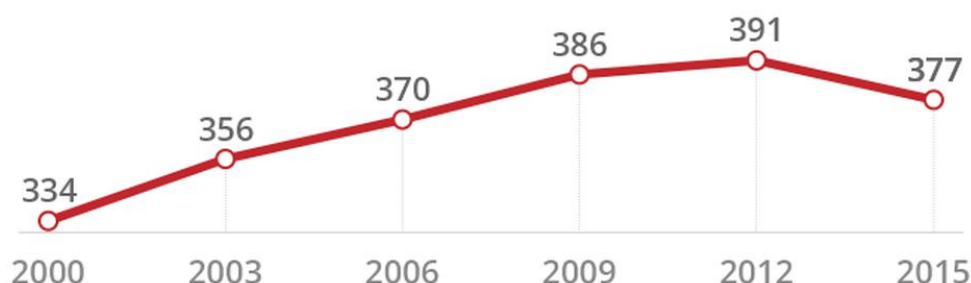


Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/brasil-esta-entre-os-8-piores-em-ciencias-em-ranking-de-educacao/>

Figura 10

O Brasil no Pisa: matemática

Veja a evolução do desempenho dos estudantes brasileiros de 15 anos na prova da OCDE



FONTE: OCDE/Pisa 2015

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml>

acessado em

03/04/2017

Considerando-se os significativos recursos investidos na educação que, como se viu, coloca o Brasil na terceira posição mundial, segundo a OCDE, é motivo de perplexidade o desempenho dos alunos brasileiros. Há três décadas, professor Darcy Ribeiro já se perguntava: Que motivos poderiam justificar tamanho fracasso escolar? Respondendo a si mesmo, argumentou que “*quem quisesse organizar um país com o objetivo expresso de alcançar, com tantos professores e com tantas escolas, um resultado tão medíocre, teria que fazer um grande esforço. Um país monolíngue como o nosso, em que não há nenhuma barreira de ordem étnica ou cultural, conseguir ser tão medíocre no seu desempenho educacional é realizar, sem dúvida, uma façanha incomparável. Ainda que nada invejável*”.⁶⁸

Um aspecto que se deve registrar, ainda que de forma ligeira, a respeito do aproveitamento escolar do aluno brasileiro, é a exigência, muitas vezes ambiciosa, da grade curricular, especialmente, no Ensino Médio. Trata-se, evidentemente, de um assunto a ser debatido entre professores, pedagogos,

⁶⁸ RIBEIRO, Darcy. O Livro dos CIEPs. Op.Cit., p. 14.

enfim, por quem, realmente, tem conhecimento acerca da educação autêntica, independentemente da matriz ideológica a qual se encontram filiados os debatedores.

No Brasil, vê-se que a ampliação, cada vez maior, dos conteúdos programáticos com o fim de atender às exigências dos vestibulares e, ultimamente, das provas do ENEM (que viabilizam o ingresso em quase duas centenas de universidades públicas e quase quinhentas instituições privadas), sobrecarrega o aluno que, sem oportunidade de digerir por completo um volume exacerbado de informações, acaba apresentando os déficits de aprendizagem que comprometem todo sistema. *“Para que se tenha uma ideia, o número de tópicos apresentados ao aluno nas aulas de matemática chega a ser dez vezes o que aprende um típico estudante de Singapura”*.⁶⁹ Considerando-se a qualidade do sistema educacional deste país do sudeste asiático, e o nível de rendimento escolar dos seus alunos, torna-se preocupante o nível de exigências feitas aos nossos estudantes. Evidentemente que a discussão encerra questões relacionadas à qualidade dos conteúdos, e não à quantidade dos mesmos.

O nível de aproveitamento do aluno brasileiro, conforme foi visto, fica muito aquém das expectativas. As razões que conduziram a este estado de coisas, certamente, vão desde a questão histórica, passando pelos interesses políticos e econômicos e, por fim, fechando o ciclo, chegam a um evidente descompromisso, por parte das elites políticas, econômicas e culturais nacionais, com um sistema educacional voltado para a formação de profissionais capazes e habilitados, bem como para a formação de verdadeiros cidadãos.

As carências adquiridas e acumuladas ao longo de todo o ensino básico – Fundamental e Médio – vão gerar alarmantes reflexos no ensino superior, comprometendo, seriamente, a qualidade dos profissionais que vão oferecer seus serviços a uma sociedade, praticamente, sem nenhuma possibilidade de opções.

⁶⁹ REVISTA VEJA. ENEM E O DESASTRE DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO, EDIÇÃO DE 11/11/2011. < [HTTP:// EDUCARPARACRESCER. ABRIL. COM. BR / INDICADORES / ENEM-DESASTRE-ENSINO-MEDIO-BRASILEIRO-646228.SHTML](http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/enem-desastre-ensino-medio-brasileiro-646228.shtml)> . DISPONÍVEL EM DATA DE ACESSO: 12/09/2012.

QUALIDADE DO PROFISSIONAL ORIUNDO DE UM ENSINO BÁSICO DEFICIENTE

“Eu não tenho ídolos. Tenho admiração por trabalho, dedicação e competência”.

Ayrton Senna

Tem-se, no Brasil, um incontestável sistema educacional caduco e altamente prejudicial ao próprio Estado brasileiro. Em vista disso, não são poucos os teóricos que nas suas mais variadas teses, apresentam sugestões para a otimização do aproveitamento escolar dos alunos do Ensino Básico, especialmente do Ensino Médio, visto que se trata do segmento imediatamente anterior ao ingresso nas universidades e, portanto, os que, teoricamente, deveriam estar melhores preparados no sentido de prevenir os problemas que, hoje, afligem as universidades em relação aos que iniciam seus cursos de graduação.

De acordo com informações do Censo da Educação Superior de 2012, publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP, o Brasil possuía 362.732 professores universitários com diferentes níveis de qualificação. Verificou-se também entre os docentes, uma significativa procura por cursos de pós-graduação com o fim de aprimoramento e de melhoria de suas qualificações. Isso demonstra o interesse desses profissionais no sentido de otimizar o ensino superior. A pesquisa do INEP constatou que dos 362.732 professores do Ensino Superior, 31,37% possuíam doutorado, 38,93% haviam concluído o mestrado, 26,35% já tinham especialização, e que somente 2,99% deles eram apenas graduados.

Seria importante ressaltar que mais de 70% dos docentes dispõem de mestrado ou doutorado. Num país como o Brasil, com o histórico de educação que apresenta, e com a inexistência de incentivo à educação e à pesquisa, tudo isso associado à falta de prestígio que é dispensada à profissão, demonstra claramente o interesse dos professores num efetivo processo de melhoria de todo o sistema e põe por terra o argumento que tenta transferir para o magistério a responsabilidade pelo caos em que se encontra a educação no país.

Todavia, na contramão desse processo de busca de uma melhor qualificação por parte dos docentes, as universidades vêm enfrentando graves problemas no que diz respeito aos baixos níveis de aprendizado dos alunos que ingressam no primeiro período dos cursos de graduação.

O professor Gilberto Teixeira, da Universidade de São Paulo – USP, em artigo que trata da deficiência dos alunos que chegam às universidades, chama atenção para o fato de que os centros universitários têm recebido cada vez mais, especialmente nas últimas décadas, *“alunos com graves deficiências de aprendizado das matérias do Ensino Fundamental”*.⁷⁰

Esta realidade produz graves reflexos que são vivenciados, na prática, pelos professores do ensino superior que, para enfrentar a situação são obrigados a uma mudança de postura em sala de aula com o fim de superar as falhas trazidas dos segmentos educacionais anteriores. Já os mestres que pelos mais variados motivos não se dispõem a esta mudança de postura, certamente que contribuirão, de forma direta, para a formação de profissionais cheios de falhas e de carências.

No conjunto das propostas daqueles que se disponibilizam para contribuir com a solução deste problema, o mesmo professor Gilberto Teixeira cita, o também professor, Ozirid Manzoli, do Instituto de Ciências Matemáticas da Universidade de São Paulo – USP, que em sua experiência profissional detectou a necessidade de criação, por seu instituto, de uma *“matéria chamada pré-cálculo para fazer revisão do Ensino Médio”*. Para o professor Manzoli *“isso é horrível”*, pois como afirma logo a seguir, cria-se a necessidade de se *“refazer uma parte do estudo [e] o aluno perde quase um ano para se colocar em um nível razoável”*.⁷¹

Levando-se em conta a realidade vivenciada pelo sistema de ensino no Brasil, se torna uma ingenuidade pueril esperar que se encontre, numa sala de aula, 100% de homogeneidade em alto nível de aprendizagem. Isso seria uma

70 TEIXEIRA, Gilberto. Estudantes que chegam à Universidade com Deficiência de Aprendizado Exigem do Docente uma mudança de Postura na Sala de Aula. Disponível em <[HTTP://www.serprofessoruniversitario.pro.br/m%C3%B3dulos/educa%C3%A9%C3%A3o-na-sociedade-de-informa%C3%A7%C3%A3o/necessidade-de-novas-posturas-dos](http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/m%C3%B3dulos/educa%C3%A9%C3%A3o-na-sociedade-de-informa%C3%A7%C3%A3o/necessidade-de-novas-posturas-dos)>. **DATA DE ACESSO:03/09/2012.**

⁷¹ **IDEM.**

utopia uma vez que cada aluno vai apresentar características e competências próprias. Todavia, especialmente nas três últimas décadas, os desníveis de aprendizagem entre os calouros dos cursos universitários vêm se ampliando de forma alarmante a ponto de comprometer a qualidade do curso, o seu próprio desenvolvimento e, por fim, a competência do profissional.

A dramática e, mais que isso, nociva, situação que atualmente vivenciam, de modo geral, os centros universitários brasileiros, é agravada na medida em que se considera a adoção do chamado sistema de cotas, hoje garantido pela Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, em todas as instituições federais. Seria oportuno esclarecer, que não se pretende discutir aqui, nem pró e nem contra, as questões sócio econômicas e culturais que permeiam os acalorados debates em torno das cotas, e sim a deficiência de aprendizagem dos alunos que ingressam nas universidades, *também*, por meio deste processo.

Assim, repensando e rediscutindo este critério de seleção aos cursos de graduação superior, Jacques Velloso, pesquisador colaborador da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, argumenta que *“uma das críticas à reserva de vagas baseia-se no argumento de que deficiências na formação escolar anterior dos cotistas consistiriam em ameaça à qualidade do ensino universitário. O argumento tem fundamento lógico: se os cotistas tivessem idênticas chances de competição nos vestibulares, a reserva de vagas careceria de sentido”*⁷², deixando claro, portanto, a efetiva dificuldade com que – senão todos –, uma grande parte dos cotistas ingressa nas universidades.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ foi a primeira universidade pública a se utilizar do sistema de cotas. Como nos informa ainda Jacques Velloso, *“no primeiro vestibular da instituição com cotas, em dez de seus cursos [...] ingressaram cotistas que obtiveram entre quatro e sete pontos nos exames, de um total de 110 possíveis – um nível de desempenho extremamente baixo”*.⁷³

⁷² VELLOSO, JACQUES. TEMAS EM DEBATE – COTISTAS E NÃO COTISTAS: RENDIMENTOS DE ALUNOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. DISPONÍVEL EM: < HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/CP/V39N137/V39N137A14.PDF.> DATA DE ACESSO: 24/11/2012.

⁷³ IDEM.

Independentemente do sistema de cotas, o que se constata, na realidade, é que a experiência vivenciada nos primeiros anos dos cursos de graduação, nada mais é do que o resultado de um Ensino Básico, especialmente no setor público, incapaz de preparar eficientemente os seus alunos para o ingresso em níveis superiores. De acordo com o professor Manzoli, *“isso gera um círculo vicioso. Como o aluno é despreparado, as universidades, em geral, formam maus professores. Que vão e ensinam mal aos alunos que chegam ao ensino superior com deficiências. De alguma forma, a universidade tem culpa nisso. Porque também não consegue formar bons docentes e em boa quantidade”*.⁷⁴

Corroborando as palavras do professor Manzoli, é interessante observar as impressões da aluna da UERJ, Liliane Maria dos Santos, de 27 anos, quando demonstra sua preocupação com o futuro desempenho de suas atividades profissionais, ao afirmar que *“eu e meus colegas não estamos preparados para enfrentar a vida real na escola”*.⁷⁵

E como resultado imediato desse círculo vicioso, tem-se a seguinte constatação feita pelo professor Adilson Garcia, diretor do Colégio Vértice, de São Paulo, o terceiro colocado no ranking nacional do ENEM: *“É raridade encontrar um professor realmente bom”*.⁷⁶

Todavia, seria interessante que ficasse registrado, que tentativas no sentido de solucionar este grave e dramático problema, vêm sendo implementadas há algum tempo. Segundo Denise Trento Rebello de Souza, da USP, *“essa tendência pode ser observada no estabelecimento de diversos convênios entre secretarias municipais e estaduais de Educação e as*

⁷⁴ TEIXEIRA, GILBERTO. ESTUDANTES QUE CHEGAM À UNIVERSIDADE COM DEFICIÊNCIA DE APRENDIZADO EXIGEM DO DOCENTE UMA MUDANÇA DE POSTURA NA SALA DE AULA. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.SERPROFESSORUNIVERSITÁRIO.PRO.BR/M%C3%B3DULOS/EDUCA%C3%A0o-na-sociedade-de-informa%C3%A7%C3%A0o/NECESSIDADE-DE-NOVAS-POSTURAS-DOS](http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/m%C3%B3dulos/educa%C3%A0o-na-sociedade-de-informa%C3%A7%C3%A0o/necessidade-de-novas-posturas-dos)>. DATA DE ACESSO:03/09/2012.

⁷⁵ REVISTA VEJA, 11/11/2011

⁷⁶ IDEM.

*universidades, públicas e privadas, com o propósito de realizar programas de formação de professores [...]”.*⁷⁷

Contudo, em que pese a importância de tais propostas, a impressão que se tem é que se anda em círculos, isto é, o ingresso de alunos com baixos níveis de conhecimento nas universidades acaba comprometendo a qualidade do curso de graduação e formando profissionais de competência duvidosa para atuarem no mercado de trabalho. No entanto, como já se viu, trata-se de um problema cuja equação não está propriamente dita, no ensino universitário, mas sim no ensino básico (Fundamental e Médio).

Ademais, é importante que se lembre, alguns “especialistas da educação” dependendo de suas matrizes ideológicas, políticas e sociais, acabam atribuindo o caos do sistema educacional brasileiro a causas específicas, quando se sabe que, na verdade, trata-se do resultado da ação de um conjunto de circunstâncias.

Conforme matéria, manifestamente capciosa, publicada na revista Veja, os professores são uma das principais peças responsáveis pela deterioração do processo de aprendizagem no país, pois segundo a reportagem, *“a maioria deles desembarca na sala de aula sem nenhuma estratégia para despertar o interesse de jovens inseridos em um mundo no qual o saber enciclopédico deixou de fazer sentido diante da internet. Na verdade, as deficiências de nossos mestres começam no nível mais básico. Os egressos das faculdades de pedagogia e das licenciaturas sabem pouco, ou nada, de didática”*⁷⁸. Evidentemente que se trata de uma visão limitada, simplista, tendenciosa, e totalmente desqualificada, tendo em vista o fato de que o problema, como se sabe, exige abordagem que adote uma ótica bem mais ampla, que englobe questões de cunho pedagógico, socioeconômico, político e cultural e que, por fim, envolva não apenas a figura dos professores, mas também, dos alunos e de seus responsáveis, do poder público, enfim, de toda a sociedade. Responsabilizar o professor pelo desastre

⁷⁷ SOUZA, DENISE TRENTA REBELLO DE. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E FRACASSO ESCOLAR: PROBLEMATIZANDO O ARGUMENTO DA INCOMPETÊNCIA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?PID=S1517-97022006000300004&SCRIPT=SCI_ARTTEXT](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000300004&script=sci_arttext). > DATA DE ACESSO: 25/12/2012.

⁷⁸ REVISTA VEJA. ENEM E O DESASTRE DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO, EDIÇÃO DE 11/11/2011. < [HTTP:// EDUCARPARACRESCER. ABRIL. COM. BR / INDICADORES / ENEM-DESASTRE-ENSINO-MEDIO-BRASILEIRO-646228.SHTML](http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/enem-desastre-ensino-medio-brasileiro-646228.shtml)> . DISPONÍVEL EM DATA DE ACESSO: 12/09/2012.

da educação no país e, no mínimo, uma grande injustiça e uma irresponsabilidade. Para quem está atrelado aos interesses do sistema vigente, torna-se muito mais cômodo condenar o professor do que o poder público. Aliás, como tão oportunamente registra Frei Betto, *“todos gostariam que seus filhos tivessem ótimos professores. Mas quem sonha em ver o filho professor? Na Coreia do Sul, onde são tão bem remunerados quanto médicos e advogados, e socialmente prestigiados, todos conhecem o provérbio: “Jamais pise na sombra de um professor.”*⁷⁹.

Quanto à importância da figura do professor, – já tão desprestigiado – dentro do processo educativo, e à injusta tentativa de responsabilizá-lo pelo caos em que se encontra a educação no país, Darcy Ribeiro, personalidade mais que abalizada para emitir opiniões acerca do assunto, já dizia que *“nada seria mais injusto do que responsabilizar somente o magistério pelas falhas da Escola Pública. O professor é, antes, a vítima do que o culpado pelo descalabro da educação [...]. Nada há de mais simples nem de mais econômico, nem de mais eficaz e acessível do que a educação com um bom professor devidamente motivado e capacitado”*, e em resposta aos ideólogos que defendiam a substituição dos professores pelos recursos tecnológicos cada vez mais sofisticados, afirmava que o professor *“é a única e insubstituível força educativa com que se pode contar. As facilidades audiovisuais, o rádio e a televisão podem ajudar, mas não substituir o professor”*⁸⁰ (RIBEIRO: 1986: 32 a 34).

Em que pesem as tentativas do poder público no sentido de ampliar o oferecimento de vagas em cursos superiores, tal projeto vai exigir um novo design da política educacional do Brasil. A este respeito, em artigo publicado na Revista Ensino Superior, Marta Avancini argumenta que *“o principal gargalo para o aumento do número de jovens no ensino superior não está nessa fase de estudos, mas sim no nível anterior: no ensino básico”*.⁸¹

⁷⁹BETTO, Frei. Educação: Da Quantidade à Qualidade. Disponível em:<[HTTP://WWW.brasildefato.com.br/node/5485](http://www.brasildefato.com.br/node/5485)> Data de acesso: 30/08/2012.

⁸⁰ RIBEIRO, Darcy. O Livro dos CIEPs. Op. Cit., p. 32.

⁸¹ AVANCINI, Marta. Luz Amarela na Graduação. Revista Ensino Superior. Disponível em: [HTTP://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12767](http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12767). Data de acesso: 24/11/2012.

O processo educativo, como se sabe, é composto por etapas nas quais os níveis de complexidade vão evoluindo e se somando à medida que o aluno vai galgando estágios mais avançados. Assim, não se espera que no primeiro ano do Ensino Fundamental os conteúdos sejam tratados da mesma forma que no nono ano. Evidentemente que em nível universitário, as exigências vão ser bem maiores que nas séries do Ensino Médio. Trata-se, portanto, de um processo que exige pré-requisitos sem os quais fica comprometida a aquisição de novos conhecimentos.

Ora, considerando a deficiência de aprendizagem de uma parcela dos alunos que chegam às universidades, é de se esperar que o rendimento desses mesmos estudantes nos cursos de graduação seja, também, deficitário. Daí, talvez, a efetiva possibilidade de comprometimento mesmo de sua formação profissional.

Naturalmente que, para tanto, outros fatores também influem de forma sistemática como, por exemplo, o próprio interesse e a dedicação do aluno. Todavia, parte-se do princípio que a falta de base compromete toda e qualquer estrutura, inclusive a do processo cognitivo.

Casos veiculados na mídia demonstram o total despreparo de alguns profissionais para o exercício de suas profissões. Quando observamos o que ocorre num segmento tão sensível como o da saúde, a situação chega a ser alarmante.

Segundo pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (less), *“a cada três minutos, cerca de dois brasileiros morrem em um hospital por consequência de um erro que poderia ser evitado”*, concluindo ainda que, de acordo com estimativas para 2015, *“essas falhas acarretaram em 434.000 óbitos, o equivalente a 1.000 mortes por dia”*.⁸²

De acordo com pesquisas veiculadas nas mídias televisivas e escritas, os registros de erros médicos no Brasil aumentaram assustadoramente entre 2010

⁸² Revista Veja – Erro médico mata mais que câncer no Brasil. Edição de 26/10/2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/saude/erro-medico-mata-mais-que-cancer-no-brasil/> - acessado em 03/04/2017

e 2014. Para se tenha ideia, em termos quantitativos, nestes quatro anos, chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) 626 recursos, impetrados por uma das partes. Isso corresponde a um aumento de 140%, em relação aos 260 casos encaminhados ao STJ em 2010. Todos resultantes de erros médicos. De acordo com reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, *“no mesmo período, 18 médicos tiveram seus registros cassados e outros 625 receberam outros tipos de punições do Conselho Federal de Medicina (CFM) por agir com imprudência, imperícia ou negligência, práticas que caracterizam o erro médico”*⁸³.

Comentando os resultados da pesquisa, José Fernando Vinagre, então corregedor do Conselho Federal de Medicina – CFM argumenta que, *“as faculdades têm sido abertas sem critérios técnicos, sem a certeza de que vão oferecer aos alunos um ensino adequado”*.⁸⁴

Além disso, sabe-se que acadêmicos do sexto ano de medicina passam por exame – que não é obrigatório – realizado pelo Conselho de Medicina. Os resultados causam profunda preocupação na medida em que revelam o nível de despreparo dos profissionais da saúde. No exame de 2011, 46% dos alunos foram reprovados. *“Nas respostas erradas, 51% são de saúde pública, obstetrícia 46%, clínica médica, 45,5% e pediatria 41%. Os estudantes apresentaram desconhecimento no diagnóstico e tratamento para infecção de garganta, meningite e sífilis”*.⁸⁵

Diariamente a mídia nos informa uma enormidade de erros médicos que, via de regra, conduzem à morte dos pacientes. Chega-se mesmo, a falar em questão de saúde pública. O Movimento Basta Com Erros Médicos - MOBEM⁸⁶ procura amparar e orientar as vítimas – e seus parentes –, nos encaminhamentos que buscam soluções, ou justiça, para tais casos.

Evidentemente que se registram casos semelhantes nos demais segmentos do desempenho profissional de nível superior. Todavia, os limites do artigo impedem comentá-los. Optou-se por explicitar os erros médicos, pois

⁸³ Jornal O Estado de São Paulo – Em quatro anos o número de processos por erro médico cresce 140% no STJ. Edição de 22/03/2015.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Ver [HTTP://www.g1.globo.com/sp/campinas-região/noticia/2012/05/registros-de-erros-medicos-crescem-52-entre-os-anos-de-2010-e-2011.html](http://www.g1.globo.com/sp/campinas-região/noticia/2012/05/registros-de-erros-medicos-crescem-52-entre-os-anos-de-2010-e-2011.html). - Data de acesso: 02/12/2012.

⁸⁶ <http://bastacomoserrosmedicos.blogspot.com.br>. – Data de cesso em 19/04/2017.

inegavelmente, atingem a sociedade naquilo que ela tem – ou deveria ter –, de mais importante, que é a vida do cidadão.

De acordo com o que foi exposto, ao longo do texto, o inequívoco crescimento dos registros de erros médicos no Brasil, induz ao entendimento de que este grave problema começa dentro da sala de aula de um sistema educacional historicamente descompromissado com uma política de qualidade, perpassa os três segmentos da vida estudantil (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Universitário) e vai produzir efeitos extremamente perigosos no seio da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ai de nós, educadores, se deixamos de sonhar sonhos possíveis”.

Paulo Freire

Talvez, um dos temas mais encantadores e que sustentam os mais ardentes e entusiásticos debates, seja a educação. Todos reconhecem sua importância, desde os mais simplórios até as elites intelectuais. Suscita uma quantidade admirável de literatura expondo belos e importantes pensamentos, mas, também, cruéis e malfadadas teorias sustentadas por ideologias contrárias à libertação dos povos.

Em vista do que foi exposto ao longo do texto, pouca coisa, ou quase nada, resta a ser acrescentado a título de considerações finais. Os resultados das pesquisas falam por si. Os erros médicos, apresentados na mídia e denunciados pelas ações na Justiça, deprimem e alarmam a todos os cidadãos que, de uma forma ou de outra, tornam-se reféns de profissionais mal preparados.

Educação é prioridade nacional. Sem nenhuma preocupação em parecer piegas e exagerado, se poderia, mesmo, dizer que se trata de assunto de Segurança Nacional. Todavia, como também se viu, nunca houve um efetivo compromisso do governo – tanto na Colônia quanto no Império e na República – no sentido de emancipar o povo através do conhecimento. E, como resultado deste processo excludente e segregacionista imposto às massas, através do controle do conhecimento, vivencia-se quase que um caos em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Como já dizia Nelson Mandela, preso por quase três décadas por defender a liberdade do povo sul africano, *“a educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo”,* *quiçá o Brasil.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Jorge. Programa Especial de Educação: Um Projeto Político. 1ª edição. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1998.

AVANCINI, Marta. Luz Amarela na Graduação. Revista Ensino Superior. Disponível em: <HTTP://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12767>.

BETTO, Frei. Educação: Da Quantidade à Qualidade. Disponível em: <<HTTP://WWW.brasildefato.com.br/node/5485>>

GADOTTI, Moacir. A Nova Postura do Educador numa Sociedade em Conflito. In Encontros com a Civilização Brasileira, Volume XX, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1980.

KOSHIBA, Luiz & PEREIRA, Denise Manzi Frayse. História do Brasil. 5ª edição, São Paulo, Editora Atual, 1987.

PILETTI, Nelson. Sociologia da Educação. 15ª edição, São Paulo, Editora Ática, 1995.

RIBEIRO, Darcy. O Livro dos CIEPs, Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1986.

SOUZA, Denise Trento Rebello de. Formação Continuada de Professores e Fracasso Escolar: Problematizando o Argumento da Incompetência. Disponível em: HTTP://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000300004&script=sci_arttext. >

TEIXEIRA, Gilberto. Estudantes que chegam à Universidade com Deficiência de Aprendizado Exigem do Docente uma mudança de Postura na Sala de Aula. Disponível em: <<HTTP://www.serprofessoruniversitário.pro.br/m%C3%B3dulos/educa%C3%A%C3%A3o-na-sociedade-de-informa%C3%A7%C3%A3o/necessidade-de-novas-posturas-dos>>

VELLOSO, Jacques. Temas em Debate – Cotistas e Não Cotistas: Rendimentos de Alunos da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://WWW.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a14.pdf>>

PERIÓDICOS

Jornal O Estado de São Paulo, edições de 02/07/2010 e 22/03/2015.

Revista VEJA. Enem e o desastre do Ensino Médio brasileiro, edição de 11/11/2011. < Disponível em [HTTP:// educarparacrescer. abril. com. br / indicadores / enem-desastre-ensino-medio-brasileiro-646228.shtml](HTTP://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/enem-desastre-ensino-medio-brasileiro-646228.shtml)>.

CONSULTAS ELETRÔNICAS

<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/prova-mostra-que-mais-de-40-dos-alunos-alfabetizados-nao-sabem-ler-escrever-3216605>.

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/ideb-no-ensino-medio-fica-abaixo-da-meta-nas-escolas-do-brasil.ghtml>.

<http://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2010> a 2015.

<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/11/brasil-e-pais-que-mais-investe-em-educacao-diz-ocde>.

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/11/brasil-investe-mais-em-educacao-diz-ocde-mas-abandono-ainda-e-alto.html>.

<http://www.brasildefato.com.br/node/5485>

<http://exame.abril.com.br/brasil/brasil-esta-entre-os-8-piores-em-ciencias-em-ranking-de-educacao/>

<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/enem-desastre-ensino-medio-brasileiro-646228.shtml>

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml>

HISTÓRIA

Como citar: SILVA, Nádia Maria Vieira da. *A redenção que não houve: as tentativas de branqueamento da população mestiça no Brasil no final do século XIX e inícios do século XX*. In: Revista Digital Simonsen. Nº 09. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

A REDENÇÃO QUE NÃO HOUE: AS TENTATIVAS DE BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO MESTIÇA NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX

Por: Nádia Maria Vieira da Silva⁸⁷

⁸⁷ Graduanda do Curso de História das Faculdades Integradas Simonsen. Matrícula: 201610327 nadiamaria1804@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo abordar a tese do branqueamento no Brasil, apontando as tentativas do projeto defendido pela elite intelectual da época como um pressuposto para o desenvolvimento da nação brasileira. De acordo com o pensamento dessa elite, a população miscigenada constituía um empecilho para o crescimento do país. Fundamentado nas teorias do racismo científico do século XIX, esse projeto de embranquecimento⁸⁸ tinha como propósito extinguir a população miscigenada em um século, alcançando uma população exclusivamente branca.

Um dos principais expoentes da tese do branqueamento entre os brasileiros foi o antropólogo e médico João Baptista de Lacerda (1846-1915), participante de um evento em Londres, denominado Congresso Universal da Raça, que debateu o tema do racismo e da relação das raças com o progresso das civilizações, no ano de 1911. Além da apresentação de seu artigo em que defendia o fator da miscigenação como algo positivo no caso brasileiro, Lacerda expôs nesse evento uma cópia do quadro “A Redenção de Cam” do pintor espanhol Modesto Brocos. A imagem do quadro resumia categoricamente a tese defendida por Lacerda: o branqueamento da população brasileira através das gerações. Assim como Brocos, o médico acreditava que os descendentes de Cam - filho de Noé amaldiçoado pelo pai no livro do Gênesis - simbolizados pela raça negra africana seria redimida por meio da mistura com a raça branca europeia (SCHWARCZ, 1993:16).

Para a realização do presente trabalho foram usadas como fontes as seguintes obras: o livro “O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930” de Lillia Moritz Schwarcz (1993) e os artigos “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco” de Lillia Moritz Schwarcz (2011), “Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam” de Modesto Brocos” escrito por Tatiana H. P. Lotierzo e Lilia Moritz Schwarcz (2013) e “O futuro era branco” escrito por Giralda Seyferth (2011).

⁸⁸ Os termos “branqueamento” e “embranquecimento” são, geralmente, usados como sinônimos para designar a tese em questão. No presente artigo resolveu-se optar pelo termo “branqueamento” que passará a ser usado daqui por diante.

AS ORIGENS DAS TEORIAS RACIAIS

Segundo Lillia Moritz Schwarcz, a teoria racista de branqueamento apareceu como consequência das teorias raciais do século XIX, as quais eram fortemente influenciadas pelo positivismo, o evolucionismo e o determinismo. De um modo geral, os teóricos raciais referiam-se aos pensadores do século XVIII como Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Conde de Buffon (1707- 1788) e Cornelius De Pauw (1739-1799). No que se refere a Rousseau e a sua linha humanista, cujo conceito-chave resumia-se no ideal de “perfectibilidade”, percebe-se que o seu pensamento filosófico não foi assimilado pelos teóricos racialistas, os quais viam nos pensamentos de Buffon e De Pauw suas maiores influências (SCHWARCZ, 1993: 61).

Considerando o contexto intelectual da época, o final do século XVIII é marcado por um debate não resolvido entre as duas faces da visão humanista. Por um lado, a visão herdada da Revolução Francesa, alicerçada na naturalização da igualdade humana. A tradição igualitária preconizada pela Revolução Francesa tendia a considerar os diversos grupos humanos como “povos” e “nações”, jamais se referindo a eles como raças diferentes em sua origem e conformação. Em contrapartida, havia uma tímida reflexão sobre as diferenças básicas existentes entre os homens, percebidos nos argumentos de Buffon e, até certo ponto, radicalizada nos discursos de Pauw (SCHWARCZ, 1993: 61).

A percepção da diferença entre os homens tornou-se tema constante de debate e reflexão a partir da conquista de terras desconhecidas inaugurada pela época das grandes viagens. A partir da segunda metade do século XVIII intensificaram as imagens que detratavam o continente americano, contribuindo para a construção de uma visão negativa do Novo Mundo. Aliadas ao maior conhecimento e colonização desses novos territórios, essas projeções conduziram a uma imagem negativa da natureza e do homem americanos, admitindo uma suposta inferioridade física do continente e uma consequente debilidade natural de suas espécies. Apesar de muitos pensadores terem contribuído para reforçar esse tipo de visão mais negativa da América, a tese da “infantilidade do continente” de Buffon e a teoria da “degeneração americana” de De Pauw ganharam destaque nesse debate (SCHWARCZ, 1993: 61).

A teoria de Buffon foi determinante para a ruptura com a ideia de paraíso rousseniano, passando a caracterizar o continente americano como uma terra de debilidade e imaturidade, marcada pelo signo da carência. A representação positiva

do estado natural apresentada por Rousseau em relação ao novo continente foi completamente abandonada pelo naturalista francês. Buffon via no pequeno porte dos animais, o escasso povoamento do continente, a ausência de pelos nos homens americanos, a proliferação de pequenas espécies de répteis e de insetos, uma confirmação da tese da debilidade natural e da imaturidade desse território (SCHWARCZ, 1993: 62).

A partir do século XIX, as discussões sobre as diferenças básicas entre os homens ganharam força com o estabelecimento de correlações mais rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais. Duas grandes hipóteses conduziram o pensamento de diversos autores que se debruçaram sobre o entendimento da origem do homem. A visão monogenista, baseada nas escrituras bíblicas, acreditava que a humanidade teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos uma variação do estado mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito ou mais degenerado. Já a versão poligenista, surgida a partir dos meados do século XIX como uma alternativa plausível a visão monogenista, “partia da crença na existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (SCHWARCZ, 1993: 64).

O termo raça já havia sido introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX pelo naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832). Porém, as teorias poligenistas contribuíram para o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos que, graças à crescente sofisticação das ciências biológicas, passam a ser vistos como resultado direto de leis biológicas e naturais. A versão poligenistas também permitiu o surgimento simultâneo de duas novas teorias fundamentadas na interpretação da capacidade humana levando em conta o tamanho e a proporção do cérebro dos diferentes povos: a frenologia e a antropometria (SCHWARCZ, 1993: 65).

O embate entre monogenistas e poligenistas prosseguiu até 1859 com a publicação e a divulgação do livro “A Origem das Espécies” do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882). Com a apropriação das ideias de Darwin, as duas interpretações passaram a adotar o modelo evolucionista e a atribuírem uma conotação bastante original ao conceito de raça, afastando-se da biologia e mergulhando em questões de cunho político e cultural. O darwinismo foi responsável por estabelecer uma nova relação com a natureza e passou a ser aplicado a várias disciplinas sociais como a antropologia, sociologia, história, economia, etc. Ou seja,

diversos ramos do conhecimento passaram a usar conceitos darwinistas como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade” (SCHWARCZ, 1993: 73).

O evolucionismo social contribuiu para o surgimento de um determinismo de cunho racial denominado “darwinismo social” ou “teoria das raças”, que via a miscigenação de forma pessimista, pois acreditava que as raças constituiriam fenômenos finais com resultados imutáveis. Assim, por essa nova perspectiva, todo cruzamento entre raças diferentes era entendido como erro e a mestiçagem passou a ser compreendida como sinônimo de degeneração racial e social. O enaltecimento da existência de “tipos puros” defendida como um dos pressupostos do darwinismo social, somada a outros conhecimentos sobre as raças, implicou na criação de uma vertente avançada dessa teoria, a eugenia, cuja meta principal era intervir na reprodução das populações (SCHWARCZ, 1993: 76).

A eugenia, termo criado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), foi transformada em um forte movimento científico e social a partir dos anos 1880. O movimento eugenista tinha como metas principais a aplicação de técnicas visando a produção de “nascimentos desejáveis e controlados” e, ao mesmo tempo, desencorajava certas uniões consideradas nocivas à sociedade. A eugenia representou uma ruptura entre o evolucionismo cultural e darwinismo social. Muitos adeptos dessas teorias mencionadas acreditavam que o bom desenvolvimento de uma nação seria consequência, quase imediata, de sua conformação racial pura. O conde Arthur de Gobineau (1816-1882), por exemplo, introduziu a noção de “degeneração da raça”, entendida como resultado final “da mistura de espécies humanas diferentes” (SCHWARCZ, 1993: 83).

Gobineau, que permaneceu durante quinze meses no Rio de Janeiro como enviado francês, dizia que “o resultado da mistura é sempre um dano” (SCHWARCZ, 1993: 83). Desta forma, a miscigenação transformava-se num elemento separador entre as ideias monogenistas das escolas etnológicas e as concepções poligenistas dos antropólogos da época. Segundo Schwarcz (1993), tudo indica que os modelos deterministas raciais resultaram de uma combinação de teorias filosóficas mais antigas, que procuravam explicar as diferenças e hierarquias, com certos rearranjos teóricos entre o darwinismo social e a perspectiva evolucionista e monogenista. (SCHWARCZ, 1993: 85).

AS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL

Segundo Schwarcz, a partir dos anos 1870, a sociedade brasileira passava por um processo acelerado de mudanças como um todo, seja na urbanização, na migração, na criação de institutos, faculdades, museus, etc. A criação dessas instituições foi fundamental para a difusão das teorias raciais entre os integrantes da elite intelectual brasileira. Essas instituições eram formadas por intelectuais de diversas origens socioeconômicas, os quais viam nas ciências uma justificativa para o atraso do Brasil em relação aos demais países ocidentais. Seguindo o modelo europeu, esses intelectuais passaram a adotar um discurso evolucionista, determinista, social darwinista e positivista (SCHWARCZ, 1993: 36).

Em virtude de suas aspirações científicas, o Imperador D. Pedro II, que tinha o objetivo de mudar a imagem do Brasil produzida pelos viajantes de “nação degenerada de raças mistas” passou a adotar uma política de modelos deterministas vindos da Europa e introduzidos através da literatura científica nas instituições brasileiras. Por um lado, o conhecimento e a aceitação desses ideários científicos por parte das elites intelectuais e políticas brasileiras traziam a sensação de proximidade com a civilização europeia e davam uma certa confiabilidade no inevitável progresso da nação. Por outro lado, quando se tratava de aplicar tais teorias em relação às raças, as teorias evolucionistas e darwinistas sociais serviam para expor as fragilidades e especificidades de um país bastante miscigenado. Ou seja, os mesmos modelos que explicavam o atraso do país passavam a justificar novas formas de inferioridade, pois era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e estabeleciam inferioridades (SCHWARCZ, 1993: 42).

Em 1871, com a assinatura da Lei do Ventre Livre, vislumbrava-se um eminente fim da escravidão no país e com isso, começaram a se aquecer os debates sobre a substituição da mão de obra escrava pela mão de obra imigrante. Nesse momento, havia somente uma preocupação de ordem econômica que, mais tarde, poderia servir como solução para o problema da miscigenação, o que apagaria a visão de país inferior perante as outras nações ocidentais (SCHWARCZ, 1993: 36).

Com o fim da escravidão, muitos teóricos nacionais viram na exaltação do branqueamento uma saída para conciliar o debate sobre a questão racial com as preocupações da época quanto à incorporação dos ex-escravos ao liberalismo político do país. Essa elite intelectual tinha como desafio encontrar uma explicação que

mostrasse a viabilidade de desenvolvimento de um país composto por uma população não-branca, considerada inferior e impura (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013: 8).

Segundo o artigo de Tatiana H. P. Lotierzo e Lillia Schwarcz (2013), “o desejo da nação conduzia um projeto de hegemonia política que encarava a sociedade como uma realidade biológica, racialmente classificável e cuja harmonia dependeria de seu branqueamento” (MISKOLCI, 2012: 39 *apud* LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013: 8)⁸⁹. O caráter heterogêneo do nosso povo contrastava com o ideal de homogeneidade racial desejada por essa elite brasileira que acreditava que nação era, acima de tudo, sinônimo de branquitude e civilização.

Segundo as autoras, a criação de um ideal de branquitude encontrava respaldo nos discursos políticos, médicos e literários da época, entre outros, os quais viam no branqueamento um projeto tanto demográfico quanto moral para a nação brasileira. Entre outros aspectos, esse projeto racializante incluía o controle das relações sexuais, uma vez que procurava identificar, classificar e criar mecanismos para disciplinar as uniões tidas como “indesejáveis” do ponto de vista dos valores daquele tempo (LORTIEZO; SCHWARCZ, 2013: 8).

O pessimismo com relação ao futuro do país não se limitava somente aos intelectuais brasileiros. No exterior também não se via futuro numa nação que eles classificavam como “um grande laboratório racial”. Neste contexto, não podemos deixar de destacar a importância dos museus etnográficos nacionais para esse processo, principalmente o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense de História Natural. Essas instituições, apesar de especializações diferentes, uniram-se em favor da divulgação das teorias da raça, conforme podemos verificar na seguinte citação:

Evolucionistas sociais convictos, os cientistas dos museus não deixaram de aceitar as disposições dos teóricos das raças. “É preciso entender a degeneração racial humana, para depois supor uma futura evolução” (RMP, 1908) dizia Von Ihering saindo do terreno da zoologia para se referir aos seres humanos. Como cientista e adepto da teoria da evolução, Lacerda descobria nos Botocudos o exemplo máximo de inferioridade humana e, apontava no branqueamento a grande perspectiva nacional diante do inevitável fenômeno de depuração das raças (SCHWARCZ, 1993: 121-122)

⁸⁹ Miskolci, Richard (2012). *O desejo da nação. Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX*. Anablume, São Paulo.

De acordo com Schwarcz (1993), os Institutos também tiveram importância na divulgação do racismo científico e na tentativa de implantação da tese do branqueamento. Criado em 1838 pela elite política, o Instituto Histórico Geográfico brasileiro (IHGB), como os outros Institutos históricos criados depois, tinha por objetivo “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens em eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993: 129). Em 1839, foi criada a Revista do IHGB com destaque para a antropologia e etnologia, disciplinas que passaram a constituir um campo separado de atuação tal a importância que assumiram dentro da revista. (SCHWARCZ, 1993: 142).

Algumas publicações desta revista deixam evidente a diferença de opinião dos seus autores em relação aos indígenas e negros. No que se refere à população negra predominava uma visão evolucionista, mas determinista, evidenciando o “potencial civilizatório dessa raça” que constituía notadamente um empecilho à civilização. Quanto aos índios, as opiniões eram variadas, acomodando uma combinação de perspectiva positivista e evolucionista, com um discurso religioso católico acrescidos de uma visão romântica em que o indígena representava um símbolo da identidade nacional (SCHWARCZ, 1993: 145).

A combinação do saber evolucionista com a doutrina católica emergia como uma possível solução para resolver o problema da inclusão dos negros e indígenas no processo de centralização nacional, visto pelo IHGB como um processo eminentemente branco. Para eles, a figura do índio era entendida como um elemento redimível por meio da catequese, que seria uma forma de retirá-lo de sua condição “bárbara e errante”, devolvendo-lhe a humanidade. A mesma postura poderia ser adotada para a população negra, embora consideravam os negros como um “grupo incivilizável” pertencentes a “um estado mais baixo de civilização humana” (SCHWARCZ, 1993: 146).

O concurso promovido pelo IHGB em 1844 para premiar o melhor projeto sobre “Como escrever a história do Brasil” serve de exemplo para entendermos melhor essa postura. O projeto vencedor foi o do naturalista alemão e sócio correspondente do instituto, Karl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), no qual propunha uma “fórmula” para entender o Brasil. No pensamento de Von Martius existia uma hierarquia entre as três raças que compunham o nosso país e que era necessária uma correlação do desenvolvimento do Brasil com o aperfeiçoamento específico dessas

raças. Para o naturalista alemão, cabia ao branco representar o papel de elemento civilizador, ao índio a restituição de sua dignidade original e ao negro restava o lugar da depreciação, do menosprezo, uma vez que era entendido como um obstáculo ao progresso da nação (SCHWARCZ, 1993: 147).

O IHGB permaneceu fiel ao seu projeto de construir uma história nacional e continuou reforçando a especificidade de um país marcado pela presença de três raças formadoras com potenciais distintos proposta por Von Martius. Ao excluir os negros por considerá-los um “fator de atraso na civilização”, o instituto expressava a sua posição no debate que se travava em outros círculos intelectuais da época, apoiado num modelo católico, patriótico, aberto a um discurso evolucionista e ligado à política oficial. Em 1862, foi fundado o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano (IAGP), o segundo instituto histórico do Brasil. Apesar da originalidade do nome, o instituto pernambucano seguia as regras determinadas pelo IHGB, com exceção do destaque dado à história local de Pernambuco (SCHWARCZ, 1993: 156)

Tanto o IAGP como a sua Revista guardavam as especificidades do modelo do instituto carioca. Além da maior parte de seus artigos de antropologia abordaram a busca por uma “raça local” ou “raça pernambucana”, podemos dizer que o IAGP talvez tenha sido, entre os institutos, o único a apontar soluções mais diretas, baseadas no “branqueamento” como recurso para o desenvolvimento da região (SCHWARCZ, 1993: 160).

Para as elites locais, a realidade parecia bastante fácil de ser manipulada e o chamado “influxo branco” ajudaria a cumprir a tarefa que originalmente cabia a natureza: “tornar o país mais branco e livre da influência maléfica de outras populações”. A atitude regionalista do IAGP foi adotada pelo Instituto Histórico e Geographico de São Paulo (IHGSP), fundado em 1894, cujas intenções era seguir o modelo comum idealizado pelo IHGB e exaltar uma suposta especificidade da história paulista (SCHWARCZ, 1993: 164).

Outras instituições como as faculdades de direito e de medicina também abordaram em menor ou maior grau a questão racial no Brasil, com destaque para o problema da miscigenação. A Faculdade de Direito de Recife, por exemplo, foi uma instituição “onde a discussão racial ganhou maior importância e complexidade” (SCHWARCZ, 1993: 188). A produção dessa escola pode ser analisada a partir dos artigos publicados e sua revista oficial, a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, editada no período de 1891 a 1930 (SCHWARCZ, 1993: 203).

Entre os intelectuais dessa escola, destacou-se a figura de Silvio Romero (1851- 1914). A obra de Romero, desde os primeiros ensaios publicados em periódicos do Recife, na década de 1870, foi marcada pelo signo do embate e da polêmica, e estende-se desde a poesia, crítica, teoria e história literária, folclore, etnografia, passando pelos estudos políticos e sociológicos. Em vista da constatação da inexistência de um grupo étnico definitivo no Brasil, Romero se afastou dos modelos teóricos puros da época e elegeu o mestiço como o produto final de uma raça em formação. Ao invés de condenar a mistura racial, conforme afirmava os modelos evolucionistas sociais, Romero, paradoxalmente, encontrava nela a futura “viabilidade nacional”. O intelectual via na mestiçagem o resultado da luta pela sobrevivência das espécies e utilizava de forma pouco convencional as máximas poligenistas e as teorias deterministas da época em favor do “elogio à mestiçagem” (SCHWARCZ, 1993: 202).

Um outro aspecto que chama bastante a atenção era as diferenças de pensamento entre as faculdades de direito de Recife e a de São Paulo. Descontadas a valorização da profissão e adoção de um jargão evolucionista por ambas escolas, as duas faculdades possuíam poucas características em comum. Enquanto na Escola de Recife predominava um modelo claramente determinista, em São Paulo vigorava a convivência entre um liberalismo de fachada com um discurso racial preocupado em explicar desigualdades e favorecer hierarquias. Seja por meio de uma mestiçagem modeladora e uniformizadora da Escola de Recife, seja por meio da ação missionária de um Estado liberal, tão desejada pelos acadêmicos da Escola de São Paulo, as duas faculdades acreditavam que “o Brasil tinha saída”. Uma dessas saídas estava representava pela imigração. Porém, também havia discordâncias entre as duas escolas em relação a “qualidade da imigração” (SCHWARCZ, 1993: 242).

Até no projeto de imigração, visto como solução para resolver o problema urgente da mão de obra após a abolição, percebemos uma rejeição baseada em critérios exclusivamente raciais e na aceitação das hierarquias existentes nos países do continente europeu. A proibição da entrada de trabalhadores oriundos da Europa Central, por exemplo, demonstrava que havia uma grande rejeição em relação aos países cujas populações eram constituídas por uma maioria de pessoas negras ou mestiças. Além disso, nessa mesma época são colocados em prática os primeiros projetos de “retorno à África”; ou seja, implementação de planos de envio da população negra a seus continentes de origem (SCHWARCZ, 1993: 243).

Da mesma forma que existiam discordâncias evidentes no pensamento jurídico das faculdades de direito de Recife e de São Paulo em relação aos problemas nacionais da época, havia também uma disputa entre as Faculdades de Medicina da Bahia e a do Rio de Janeiro pela hegemonia no campo da medicina. O discurso médico era pautado no princípio da “perfectibilidade biológica”, ou seja, o objetivo maior da prática médica era curar um país doente, tendo como fundamento um projeto médico-eugênico que visava alcançar uma população mais próxima possível do ideal de “perfectibilidade”. Na faculdade baiana - autodesignada por determinados grupos de médicos como “Escola Nina Rodrigues” em homenagem ao médico e antropólogo maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) – a criminalidade, a loucura e a degeneração eram explicadas a partir da miscigenação. Na visão dos médicos baianos, o cruzamento racial era entendido como o nosso grande mal e a adoção de programas “eugênicos de depuração” era vista por eles como uma solução para curar o nosso povo doente (SCHWARCZ, 1993: 202).

Já os médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro buscavam estudar e combater as doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, enxergando nos programas higiênicos a solução para sanar essas moléstias. Mas o tema racial também integrava o repertório teórico dessa escola. Para os médicos cariocas, o simples convívio das diversas raças de imigrantes que vieram para o nosso país seria o maior responsável pelo aparecimento das doenças, constituindo um obstáculo à “perfectibilidade” (SCHWARCZ, 1993: 250).

A TESE DO BRANQUEAMENTO

O fenômeno da miscigenação tornou-se um tema polêmico entre as elites brasileiras, tendo como pano de fundo um contexto em que discursos raciais pautados no darwinismo social se vinculavam a projetos nacionalistas de desenvolvimento. A mestiçagem brasileira passou, então, de problema para solução, principalmente, após a participação do cientista brasileiro João Baptista de Lacerda (1846- 1915) em um evento denominado Congresso Universal da Raça, realizado entre 26 e 29 de julho de 1911 na sede da Universidade de Londres (SCHWARCZ, 2011: 228).

Além de ser médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Lacerda foi diretor do Museu Nacional e combinava várias especialidades intelectuais, entre elas a antropologia e conhecia em profundidade as potencialidades de um país

de raças mistas como o Brasil. Escolhido pelo marechal Hermes da Fonseca para representar o Brasil nessa reunião internacional, Lacerda incorporou em seu ensaio, intitulado *Sur les mêtis au Brésil* (Sobre os Mestiços no Brasil), uma imagem do quadro *A Redenção de Cam* de autoria do pintor espanhol Modesto Brocos y Gomez (1852-1936) e a partir dela ilustrou o processo de branqueamento que ocorreria no Brasil com o passar do tempo (SCHWARCZ, 2011: 228).

Naquela época, o Brasil era conhecido como um “laboratório racial”, principalmente para os viajantes europeus e norte-americanos que aqui estiveram. O nosso país era tido como um exemplo de cruzamento extremado de raças, algo visto como extremamente negativo naquele período, representando um exemplo de degeneração, uma consequência natural do efeito perverso da mistura de raças. Lacerda apostava em uma espécie de mestiçagem redentora, que seria alcançada graças à implementação de algumas políticas públicas relativas à imigração e na crença de que a seleção natural estaria agindo no sentido de um progressivo branqueamento da população brasileira. O médico carioca tinha chegado a essa conclusão com base nos dados levantados pelo jovem antropólogo Edgar Roquete-Pinto (1884- 1954), o qual havia trabalhado com estatísticas no período de 1872 a 1890 (SCHWARCZ, 2011: 228).

Na legenda que acompanhava a tela de Brocos, uma frase de Lacerda resumia bem a interpretação que ele fazia do seu processo “depurador”: “O negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”. A frase sugere que o cientista estaria traduzindo o quadro em termos do darwinismo social e imprimia a noção de uma evolução de mão única. A seleção natural levaria, inicialmente, o Brasil a uma população mestiça, que passaria a branca no futuro. A pintura traz uma alusão ao episódio bíblico, narrado no livro do Gênesis, quando Noé, ao dividir o território entre seus filhos, dividira também a sorte da humanidade (SCHWARCZ, 2011: 228).

Segundo a historiadora e antropóloga Giralda Seyferth, na referida passagem bíblica, Noé amaldiçoou Cam e toda a sua descendência porque soube que o filho riu do fato dele ter adormecido nu após um momento de embriaguez. Os outros dois filhos de Noé, Sem e Jafé, vendo que o pai estava despido, tratou de cobri-lo em sinal de respeito. Antes mesmo do surgimento das primeiras classificações raciais da humanidade no século XVIII, duas crenças fundamentadas em argumentos religiosos passaram a ser difundidas: “os povos considerados decadentes estariam associados ao paganismo, e os negros estariam vinculados à prole de Cam”. Com base nesse

pensamento, os descendentes de Cam estariam representados pelos negros africanos e trariam consigo a marca da maldição (SEYFERTH, 2011:65).

Ao longo do século XVIII prevaleceu o teor religioso nos discursos sobre a desigualdade biológica da espécie humana, justificando, como nesse episódio de Cam a suposta inferioridade da “raça negra”, inclusive no Brasil. Depois essas analogias bíblicas que procuravam adequar a diversidade aos acontecimentos descritos no Gênesis foram aos poucos substituídas por outras teorias, algumas em certo ponto arbitrárias como as tipologias raciais criadas pela antropologia, outras fundamentadas em argumentos científicos como as ideias propagadas por Gobineau (SEYFERTH, 2011: 66).

Segundo Tatiana Lotierzo e Lillia Schwarcz, o quadro de Modesto Brocos pode ser entendido como um marco na história do branqueamento no Brasil, um pensamento que frutificou num país republicano ainda muito próximo da abolição da escravidão de 1888. Em um contexto marcado por intensas mobilizações científicas, a pintura apresenta uma solução bastante original, apelando para um diálogo com a iconográfica cristã, pois em seus atributos formais o quadro faz uma alusão às natividades ou às imagens da Sagrada Família. Na imagem vemos a avó negra olhando para os céus com as mãos em forma de agradecimento pela graça recebida, enquanto a mãe e o pai, representação forte de um “casal miscigenador”, olham orgulhosos para o filho branco, colocado bem no centro da cena, parecendo o Menino Jesus na manjedoura (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013: 9).

A figura do “casal miscigenador”, representado pelo homem branco e pela mulher mulata, parece ser uma imagem predominante nas teorias clássicas sobre o Brasil, em que se verifica facilmente uma associação direta entre raça e gênero. O quadro mantém o homem branco na posição de superioridade, como o polo ativo do processo de branqueamento, contrastando com a figura passiva das duas mulheres não-brancas que parecem agradecer pela dádiva recebida. A tela de Brocos, além de reforçar atributos da fé católica em sua representação, ainda parece sugerir que as personagens não-brancas, no caso as mulheres, são participantes voluntárias de um processo branqueador (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013: 9).

Em seu discurso, Lacerda agenciava a mestiçagem e mostrava como ela serviria como marca de nossa “profunda” singularidade, em vez de representar um obstáculo. No pensamento do cientista, o cruzamento racial era um símbolo de nossa “índole pacífica” e de nossa “vontade” de não ter preconceito. Apesar de seu tom

evidentemente otimista, a recepção do ensaio de Lacerda gerou reações dentro e fora do país. A constatação de que o Brasil era uma “nação mestiça” colocava os cientistas brasileiros diante de novos dilemas. Porém, a despeito dos supostos efeitos negativos do darwinismo social, muitos seguiam acreditando firmemente no ideal de um futuro país branco e civilizado, em conformidade com os projetos de urbanização, modernidade e ocidentalização dos tempos de Hermes da Fonseca (SCHWARCZ, 2011: 232)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 1930 começam a ganhar força a ideia elaborada pelo antropólogo Gilberto Freyre de que o Brasil era um país racial e culturalmente miscigenado, contribuindo para o abandono das interpretações científicas e da aceitação dos modelos raciais que explicavam a divisão da humanidade em espécies. A influência das teses culturalistas de Freyre, baseadas principalmente no enaltecimento da nossa mistura racial, foi determinante para o enfraquecimento dos paradigmas explicativos dos fins do século XIX e inícios do século XX. O elogio à democracia racial passou a figurar como uma ideologia não oficial do Estado, mantida acima dos critérios de separação de raça e classe e dos conflitos sociais da época (SCHWARCZ, 1993: 325).

Nesse contexto, a raça permanecia como tema central do pensamento social brasileiro, não mais como um fator de “desalento”, mas passou a ter uma conotação positiva. A tão aclamada singularidade da mestiçagem brasileira adquiriu novas concepções, velhos conceitos foram avaliados e imagens arraigadas foram perdendo suas antigas conotações. O forte argumento de o “Brasil se define pela raça”, apesar de combatido em sua utilização nas esferas políticas e sociais e enfraquecido pela influência das teorias de Freyre, persistiu por um certo tempo, sobretudo no senso comum e na representação popular (SCHWARCZ, 1993: 324).

Apropriando-se dos termos da discussão que faz Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, talvez se possa supor que a raça seja, ainda nos dias de hoje, um argumento possível no país, desde que introduzido em certas esferas “mais intimistas” e de convívio informal. Transforma-se, no entanto, em conceito pouco legítimo quando utilizado em ambientes cuja lógica não é dada pelas relações de cunho pessoal; nesses locais, a defesa do mesmo tipo de interpretação passa a parecer inaceitável. Assim, se a interpretação científica que explica por meio da mestiçagem a degeneração de uma nação não mais se sustenta, é possível que “falar da raça” é ainda uma questão de grande impacto em um país como o nosso (SCHWARCZ, 1993: 325).

Apesar de todas as tentativas da elite brasileira em implementar as teorias raciais no Brasil, seja por meio do respaldo dos Institutos, Museus e Faculdades, seja pela abertura à imigração estrangeira para substituir a mão de obra escrava e facilitar o processo, a tese do branqueamento não conseguiu o êxito esperado. Pelo contrário, as interpretações científicas para as desigualdades com base na raça e as explicações raciais para a nossa diversidade, contribuíram para acirrar ainda mais o

racismo. Passado um pouco mais de um século após a divulgação das teses de Lacerda, o nosso país continua como nunca deixará de ser: um país de muitas cores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOTIERZO, Tatiana, Helena Pinto; SCHWARCZ, Lillia Moritz. *Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de Modesto Brocos*. Artelogie, nº 5, Outubro, 2013. Disponível em: <<http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article254>>. Acesso: 20/05/2018.

SCHWARCZ, Lillia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco*. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, p. 225-242.

SEYFERTH, Giralda. *O futuro era branco*. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 6, nº 69, junho de 2011, p. 62-67.

SERVIÇO SOCIAL

Como citar: ACCACIO, Elizangela Galvão da Silva, *A Relação entre a Dependência e Co-dependência*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN: 2446-5941

A RELAÇÃO ENTRE DEPENDÊNCIA E CO-DEPENDÊNCIA

Por: ELIZANGELA GALVÃO DA SILVA ACCACIO

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado tem como finalidade compreender dependência química, como uma doença progressiva incurável de caráter psicológico, físico e espiritual, de determinação fatal, uma doença que tem crescido de forma assustadora no Brasil, atualmente vem atingida todas as classes sociais sem nenhum tipo de distinção. A dependência química conhecida também como uma doença de "adicção" que vem do latim (escravo de alguma compulsão) é também caracterizada como uma doença comportamental, sendo necessário trabalhar a auto-estima tanto do adicto como do codependente; Conhecer a co-dependência, doença que tem afetado os familiares dos dependentes químicos, uma doença de condição emocional, psicológica, e comportamental, onde codependente passa a se anular, a viver sua vida na função do dependente, em meio ao desespero de querer ajudar, mas sem saber como agir, os familiares acaba por adotar algumas posturas que acabam fazendo com que eles adoeçam tanto quanto o dependente. Mostrar a importância do tratamento de ambas as partes tanto do dependente quanto do familiar, e que o tratamento só pode dar início após o reconhecimento da doença tanto do adicto quanto do codependente, o passo inicial é reconhecer de que realmente sofrem de uma doença e que precisam de ajuda. Trazer conhecimento sobre o conceito de co-dependência e a relação patológica desenvolvida por parte dos familiares ao dependente químico; Procurar identificar conhecimentos que possam acrescentar para o serviço social atuar de forma preventiva, com o objetivo da conscientização da sociedade dos malefícios causados pelas drogas que muitas vezes acabam sendo oferecidas dentro da própria família; Criar novas estratégias para que o serviço social possa atuar de forma intensiva para estabelecer os vínculos familiares entre o dependente químico e seus familiares atuando de forma direta com os familiares.

PROBLEMA:

As medidas tomadas pelo governo e a forma com que o ministério público vem se posicionando diante da problematização da drogadição no Brasil, que vem atingindo á todos os níveis da classe social, faz com que mais danos sejam causados aos dependentes químico, familiares e sociedade em geral, uma vez que não conseguem acompanhar a velocidade dessa epidemia.

A falta de políticas preventivas, a falta de informação, e atuação do estado meramente curativa, faz com que a co-dependência uma doença muito comum entre familiares próximos do dependente, venha se proliferando de forma tão intensiva quanto à dependência;

A preconização da legislação Brasileira relacionada ao uso de substâncias que são permitidas por lei (com restrição da venda para menores de 18 anos) as drogas licitas como tabaco e o álcool, produzem tanto malefícios ao ser humano quanto as chamadas drogas ilícitas como a maconha, cocaína, craque e outros;

As poucas mudanças práticas e o grande descaso relacionado a esse problema, o despreparo de alguns profissionais da área de saúde, mitos e preconceitos fazem com que a dependência química venha se tornando cada vez mais em paradigma para os pais, profissionais de saúde, educadores, gerenciadores de políticas públicas, legisladores, enfim para toda a sociedade.

OBJETIVOS:**OBJETIVO GERAL**

- Compreender e aprofundar a relação da codependencia familiar e o dependente químico, buscando conhecimento para identificar a importância da atuação da família na recuperação do dependente químico e de sua própria recuperação como codependente e identificar a importância da contribuição do assistente social dentro desse contexto.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender o que é exatamente a co-dependencia.

- Analisar a importância da família no processo de prevenção e recuperação do dependente químico.
- Abordar alguns conceitos da dependência química.
- Identificar atuação do serviço social perante a essa demanda.

JUSTIFICATIVAS

A reflexão acerca da co-dependência enfrentada por familiares dos dependentes químicos é de extrema urgência e importância.

A co-dependência doença atualmente compreendida como uma tendência do familiar viver focado no dependente químico se caracteriza por um distúrbio acompanhado de ansiedade, angústia, e compulsão obsessiva em relação à vida do dependente químico, pode se dizer que os codependentes também apresentam uma forma de dependência não de uma substância, mas sim do vínculo da sua relação com o dependente químico.

A falta de conhecimento da sociedade sobre a dependência química como uma doença, e pelo fato de pouco se ouvir falar da co-dependência familiar, faz com que os números de codependentes cresçam cada vez mais, a busca incansável do familiar ou de alguém próximo para tirar o adicto da ativa acaba fazendo com que se tornem tão doentes como o dependente químico.

Com o objetivo de atrair atenção para essa problemática, o trabalho irá abordar a importância sobre o reconhecimento e tratamento da co-dependência como algo fundamental para a recuperação do dependente químico.

HIPÓTESE:

Parte-se da hipótese de que assim como a relação de dependência a uma droga é caracterizada pelo descontrole do indivíduo no uso de uma substância, o codependente em sua relação com o dependente químico, mantém o mesmo padrão de dependência que o dependente químico mantém com a droga.

Assim como aceitação da dependência química por parte do usuário, é essencial para o tratamento, aceitação do codependente também é necessário, é de extrema importância essa aceitação para ambas as partes no tratamento.

QUADRO TEÓRICO METODOLÓGICO.

Devido ao aumento pelo uso de drogas psicoativas pela humanidade essa demanda vem crescendo e afetando diretamente e indiretamente a sociedade. O conceito de dependência química é extremamente recente, se comparado ao consumo de substâncias psicoativas pela humanidade. Contudo esse problema relacionado ao consumo sempre existiu o homem na busca de uma justificativa, uma explicação para esse consumo, vem apresentando de diversas formas diferentes, o que poderia levar o indivíduo ao descontrole dessas substâncias, a filosofia apresenta como um desequilíbrio do homem, em não ter controle ao uso dessas substâncias que é denominado como vício.

Uma das primeiras descrições acerca do uso indevido de álcool foi feita por Aristóteles no século 4a.C. em seu relato, ele afirmou que a virtude em beber está no equilíbrio entre sobriedade e o exagero, denominado como "vício" o uso extremado da substância. (Diehl, Cordeiro, Laranjeira. 2011. p.43).

Já a medicina associa o uso abusivo a fatores do âmbito psicológico por mascarar e entorpecer um transtorno psicológico, um transtorno não tratado, muito facilmente se desdobra para o vício, pois nesse momento o entorpecente vai servir como um paliativo para a dor existente.

Na literatura médica por volta de 385 a.C. Hipócrates descreveu o uso de álcool como um fator predisponente a várias doenças, chegando a relatar fenômenos a respeito do delirium tremens em seu livro sobre epidemias. (Diehl, Cordeiro, Laranjeiras. 2001. p43).

No âmbito espiritual o uso dessas substâncias era visto como pecado qualquer substância psicoativa, uma vez que eram mais utilizadas em rituais religiosos ditos como pagãos pelo cristianismo e tal consumo tinha como conseqüências punições em praça pública.

[... O papel da igreja na formação dessas atitudes foi determinante, pois o cristianismo condenava qualquer comportamento aberrante ou excessivo. No século XIII, e, alguns países como Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, aqueles que se embriagavam em demasia eram colocados dentro de barris e insultados em praça pública. (Diehl, Cordeiro, Laranjeiras. 2001. p43).

Nesse período o consumo de substâncias era bem limitado, devido ao pouco método de produção, passando a ser comercializado mais facilmente após

modificações sócias econômicas, que passaram a facilitar a comercialização do álcool, onde passou a ser de uso mais intenso e abusivo, já em relação a substâncias psicoativas passam a serem expostas no mundo inteiro. Começa a partir daí, um novo fenômeno o consumo em massa dessas substâncias, com uma grande quantidade de pessoas desempregadas vivendo em cortiços e gueto em situação de miséria o que contribuiu para a propagação do uso dessas substâncias como álcool, opíaces e cocaína.

[.... Após o advento da destilação, em um período de grande transformação socioeconômicas (como obtenção de tecnologia agrícola e grandes navegações) as bebidas com alta concentração alcoólicas de 30 a 70 % começam a ser comercializadas, e o consumo passou a ser mais intenso e abusivo. posteriormente, com a revolução industrial (século xviii) e a revolução científica (séculos), foi possível isolar princípios de substâncias psicoativas e disponibiliza-las nas farmácias do mundo todo. (Diehl, Cordeiro, Laranjeira. 2011.p.44).

A dependência química é uma doença crônica, com correlatos neurológicos que causa o uso compulsivo de drogas. É uma doença mental, espiritual, comportamental, que afeta todas as áreas do adicto. O aspecto físico da doença é o uso compulsivo de drogas, a incapacidade de parar uma vez que se tenha usado. O aspecto mental é a obsessão ou o desejo incontrolável que leva ao uso mesmo sabendo que esta destruindo suas vidas. A parte espiritual da doença é o egocentrismo. Embora a decisão inicial de experimentar uma droga seja voluntária para a maioria das pessoas, as alterações cerebrais que ocorrem ao longo do tempo desafiam o autocontrole da pessoa e a sua capacidade de resistir aos impulsos intensos que a impelem a usar a droga. O adicto pensa que pode parar de usar quando quiser, mesmo que as evidências mostrem o contrário. Negação, substituição, racionalização, justificação, desconfiança dos outros, culpa, vergonha, desleixo, degradação, isolamento, e perda de controle são alguns resultados da doença. É uma doença progressiva, incurável e fatal.

Em 1970, Edwards e Gross propuseram o conceito mais amplo de síndrome de "dependência do álcool". dependência passou a ser reconhecida como um conjunto de sinais e sintomas, e sua etiologia, advinda de aspectos físicos, psicológicos, e sócias individuais, então em 1977 a organização mundial de saúde (OMS) definiu um novo sistema conceitual que perdura até os dias atuais. (Diehl, Cordeiro, Laranjeira. 2011.p.45).

A dependência química não é apenas motivada pelo uso de drogas, a droga é apenas um dos fatores que leva a dependência, entre outros se concentra o indivíduo e a sociedade, o uso abusivo de drogas se dá na intenção de acabar com uma dor existente, dentro do próprio indivíduo, uma vez que a droga é capaz de produzir euforia atuando de forma distinta no circuito cerebral do prazer. Uma doença extremamente progressiva faz com que na maioria das vezes os indivíduos vivam somente em função das drogas, o seu viver se resume em conseguir mais drogas, e nessa busca incessante por mais uma dose faz com que alguns indivíduos percam família, empregos, tornam-se pessoas não confiáveis, pessoas incapazes de controlar suas próprias vidas, vivem isoladamente à margem da sociedade ou até mesmo dentro de seus próprios lares totalmente isolados em seu próprio mundo.

Nossa doença nos isolava das pessoas, a não ser quando estávamos obtendo, usando, e arranjando maneiras e meios de conseguir mais. Hostis, ressentidos, egocêntricos e egoístas, nos isolávamos no mundo exterior. Qualquer coisa que não fosse completamente familiar tornava-se estranha e perigosa. O nosso mundo se estreitava e o isolamento tornou-se a nossa vida. Usávamos para sobreviver. Era a única maneira de viver que conhecíamos." (Narcóticos Anônimos, 2006.p.4).

A dependência química na maioria das vezes acaba sendo desencadeada dentro da própria família ou o meio no qual o indivíduo está inserido. Muitas famílias usam e permitem o uso de álcool em casa, por jovens cada vez mais cedo, além de conflitos familiares, a estrutura familiar e a não definição de papéis específicos, para impor regras e limites, uma vez que a função da família é a socialização do indivíduo e é responsável pela cultura existente dentro do grupo a partir do momento que se permite tal prática dentro desse convívio passa-se a ideia de ser algo extremamente normal.

A família é formada por um grupo natural que desenvolve padrões de interação, que governam o funcionamento dos membros da família, delineando seus comportamentos e facilitando seu convívio constituindo um sistema. (Minuchin e Fishman, 1990, p.21).

Nos dias atuais muito se fala em dependência química nas consequências que o uso abusivo de drogas causa ao usuário entre problemas de saúde física e emocional, problemas sócio e até mesmo problemas com a lei entre demais. Mas tem-se observado também que o familiar próximo a esses dependentes tem sido afetado várias formas. A relação familiar com um dependente químico é de extrema

dor, frustração, vergonha, fracasso, e preconceito, muitas vezes a família se sente traída, se por parte do dependente há uma dor existencial o mesmo ocorre pelos familiares diante da impossibilidade de não poder ajudar esse usuário. Ao descobrir que seu amor e cuidado não são suficientes para fazer com que o dependente deixe de usar essa substância se veem impotente dessa situação. Nessa busca insana de tentar ajudar o dependente químico a se livrar dessa doença, controla luz, proteger e até mesmo responsabilidades e as consequências de seus atos esse parente acaba deixando de viver a sua vida para focar na vida do dependente em como ajudá-lo a fazer para de usar anulando-se a si mesmo apresentando esses tipos de comportamento conhecido hoje como co-dependência.

Uma condição emocional, psicológica e comportamental que se desenvolve como resultado da exposição prolongada de um indivíduo- e á prática- de um conjunto de regras opressivas que evitam manifestação aberta de sentimentos e a discussão direta de problemas pessoais e interpessoais. (Beattie,2017,p.53).

A dependência química é definida como alguém que depende fisicamente ou psicologicamente do uso de drogas, mas o que seria a co-dependência? O convívio com dependentes químicos ou alcoólicos, não são os únicos fatores que podem contribuir para leva uma pessoa a ser codependente. Mas o que queremos abordar é sobre os co-dependentes dos dependentes químicos. A co-dependência se caracteriza por um distúrbio subsequente de ansiedade, angústia uma compulsão obsessiva vinculada à vida do dependente químico. Nessa relação movida por conflitos onde o codependente usa de todo o seu esforço para tentar ajudar o dependente químico, porém sem resultado o usuário continua mantendo o uso da substância. O codependente mantém a mesma relação de dependência emocional pelo dependente assim como ele mantém com a droga. Assim como o dependente tem prazer pelo uso de drogas o codependente o codependente encontra a sua realização pessoal cuidando do outro o que passa a dar sentido a sua existência. O dependente químico encontra no co-dependente proteção, amparo, alguém em quem depositar suas culpas e responsabilidades.

O pensamento básico nessa época - e, 1979, quando surgiu a palavra co-dependência-era que codependentes (coalcólicos ou para alcóolicos) eram pessoas cuja vida se tornara incontrolável como resultado de viverem num relacionamento comprometido com um alcóolico. (Beattie,2017,p.56)

O tratamento da dependência química, e da co-dependência só pode se der por início quando há o reconhecimento dessa compulsão por ambas as partes. O codependente precisa reconhecer que não tem o poder sobre a vida do dependente e que todas as suas tentativas de o ajudar ou protegê-lo estão destinadas ao fracasso, é necessário abrir mão do dependente químico sem abandoná-lo, mas entender que somente ele tem o poder de mudar o seu quadro de dependência. O reconhecimento de tratamento da co-dependência é essencial para o tratamento do dependente, pois muitas vezes o auxílio ao dependente se inicia com o tratamento familiar com o tratamento o codependente adota uma nova postura onde passam a auxiliar melhor o dependente químico, é necessário desligar-se com amor.

Idealmente, desligamento é regras, ou desligar-se de umas pessoas ou problema com amor. Desligar-nos mentalmente, emocionalmente e às vezes fisicamente de um envolvimento não saudável (e frequentemente doloroso) com a vida e a responsabilidade da outra pessoa, com problemas que não podemos resolver de acordo com um folheto intitulado "desligamento" que foi dado distribuído há anos para frequentadores de Al-Anon. (Beattie, 2017, p.89).

Segundo Judi Hollis em seu livro *Fast Is Family Affair* (a obesidade é uma questão familiar) ela descreveu o desligamento como uma "saudável neutralidade".

Com o aumento das demandas de pacientes com dependência e seus familiares codependentes surge a necessidade de fortalecer a atuação do serviço social em espaços diversificados consolidando a intervenção social para o fortalecimento da categoria. A atuação da política nacional de drogas hoje é meramente curativa. Criar estratégias para prevenir e promover a como algo danoso a sociedade contribuiria para o bem-estar da sociedade, se envolver e fazer parte dessas responsabilidades pela política de prevenção de drogas e propagação da co-dependência seria um desafio para a interdisciplinaridade da profissão.

Segundo Rodrigues (2007) a prática profissional do assistente social nas clínicas e nos CAPS acontece apenas na mediação entre a instituição e os usuários onde trabalham apenas com a diminuição do consumo focando apenas no dependente químico, nesse modelo adotado apenas alguns profissionais prestam atendimento a familiares. Para atuação do serviço social dentro da área da co-dependência seriam necessários espaços que pudessem possibilitar aos familiares e

aos dependentes químicos momentos para compartilhar suas angustias e frustrações na tentativa de se fortalecer os vínculos afetivos que são destruídos.

Portanto o serviço social, ao buscar novas formas de executar seu trabalho direciona seu envolvimento na ação interdisciplinar, compartilhando um espaço de troca mútua entre as especificidades do conhecimento e ultrapassando, o atendimento da complexidade das suas demandas, os limites de sua especialidade. (Ely, 2003, p.115).

A metodologia usada para a execução desse trabalho foi feita a partir de pesquisas bibliográficas e consultas de site pela internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível a atuação do serviço social no âmbito da drogadição no Brasil, atuando não só de forma meramente curativa, mas sim buscando a criação de ações preventivas trazendo a conscientização a toda a sociedade dos malefícios físico, social e psicológico decorrentes ao uso de drogas. Em relação à dependência química e co-dependência familiar, procura formas criativas utilizando da instrumentalidade para que possa promover ações que possam fortalecer os vínculos afetivos, trazendo o conhecimento aos familiares sobre a dependência química e co-dependência como uma doença que precisa ser tratada em ambos os lados tanto do dependente como o familiar; Trazendo uma conscientização de que embora essa problemática exista há bastante tempo, ela vem se proliferando de forma rápida e intensiva em todas as classes sociais, tornando-se não só apenas um problema familiar individual, mas um problema que vem atingindo a sociedade de forma geral, onde a política pública em nosso país não tem conseguido acompanhar o crescimento dessa demanda existente na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DHIEL, CORDEIRO, LARANJEIRA. Dependência Química. prevenção, tratamento, e políticas públicas. Artmed Editora.S. A,2011.

Narcóticos abominosos doze passos e as doze tradições. 5.ed. Copyright.1993

Beattie,Melody. Codependencia nunca mais.Tradução Marília Braga. 21. Ed. Best Seller, 2011.

Ely.Fabiana Regina. Serviço Social e interdisciplinaridade. In Revista katalysys, v.6, n1, jan/jun 2003.

Minuchin, Salvador, Fishman Charles.H.técnica de terapia familiar. Porto Alegre. Artes Medicas, 1990

Nar-anon. org.br. 30 outubro 2018

Cerene.org.br/artigo15/dependência química e co-dependência. Acesso em 29 outubro 2018

SERVIÇO SOCIAL

Como citar: OLIVEIRA, Adriano Pereira Basilo. *Infância e Adolescência nas Políticas Públicas: Avanços e Desafios Contemporâneos*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Por: Adriano Pereira Basilo de Oliveira ⁹⁰

⁹⁰ Assistente Social de formação, especialista em empreendedorismo social e mestre em políticas sociais para o adolescente em conflito com a lei, professor universitário do curso de Serviço Social e coordenação acadêmica de cursos.

Resumo: O presente escrito tem como foco principal refletir sobre os avanços e desafios na implantação de políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência. Para que se sucedesse tal reflexão, foi realizada uma análise das legislações federais vigentes sobre infância e adolescência considerando o período corrido de duas décadas. Também foi analisada a reportagem “Trabalho infantil: quase um milhão de menores trabalham em situação ilegal no Brasil, aponta IBGE” escrita por Daniel Silveira para o site de notícias G1 com o objetivo de refletir sobre os principais avanços e desafios na implantação de Políticas Públicas voltadas para a infância e para a adolescência.

Palavras-chave: Políticas públicas, infância e adolescência

Abstract: The main focus of this paper is to reflect on the advances and challenges in the implementation of public policies aimed at children and adolescents. In order to succeed such reflection, an analysis of current federal legislation on childhood and adolescence was carried out considering the period of two decades. Also analyzed was the report "Child labor: almost one million children working in an illegal situation in Brazil, points out IBGE" written by Daniel Silveira for the G1 news site with the objective of reflecting on the main advances and challenges in the implementation of Public Policies aimed at children and adolescents.

Keywords: Public policies, childhood and adolescence

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre os avanços relacionados às Políticas Públicas brasileiras voltadas para a infância e a adolescência, requer, minimamente, que se compreenda as construções sociais sobre o conceito de infância ao longo dos séculos. Além disso, requer, também, que se compreenda a importância dos papéis desempenhados nas formas de socialização primária e secundária para o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente.

Desde a Idade Média, conforme relata o Ariés (1981), o conceito de infância tem passado por diversas mudanças e, conseqüentemente, elas trazem outras perspectivas acerca da infância, principalmente para os adultos. Os principais conceitos de infância apresentados pelo autor são:

- Adulto em miniatura
- Anjos tomando a forma de crianças e adolescentes
- A infância ligada ao mistério da maternidade de Maria e da paternidade de João
- A criança nua

Ariés (1981, p. 99) afirma que a concepção de criança que temos atualmente não subsistia em outros momentos da história:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (ARIES, 1981, p. 9)

Apesar de a infância não ser reconhecida, Souza (2015, p. 19) afirma que

A criança não estava ausente na Idade Média, ela só não era representada em um retrato para demonstrar uma determinada fase de sua vida, indicando uma forma de entender essa fase da vida. (SOUZA, 2015, p. 9)

Desta maneira, conforme relata Aries (1981), não havia distinção entre a criança e o adulto. Não se pensava, por exemplo, em um vestuário próprio para a criança, em uma metodologia de ensino própria para a criança entre tantos outros fatores. Não havia também, conforme relata Souza (2015), uma preocupação em

relação à moralidade da criança. Desprovidos de pudor, os adultos da época achavam natural abordar diversos assuntos com as crianças.

Conforme o relatado por Souza (2015), a preocupação com a moralidade da criança se tornou o centro das atenções dos educadores, que eram influenciados por religiões cristãs. Deste momento em diante, surge então um novo conceito de infância, conforme relata Aries (1981, p.84): o da “inocência infantil”. Nas palavras de Ariés, com a escolarização das crianças, surge

[...] um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela [...] (ÁRIES, 1981, p.12).

Em relação à família, Ariés destaca que a probabilidade de uma criança recém-nascida morrer naquela época era alta e, por isso, a família acabava não se apegando de maneira profunda a criança.

No Brasil, conforme relata Del Priori (1991), a história da infância começa no momento da colonização portuguesa. Todavia, as políticas de proteção e direito à infância e a adolescência no Brasil são muito recentes bem como a concepção atual de infância.

De acordo com o relatado por Júnior (2000), até boa parte do século XX, não existiam muitas instituições que poderiam oferecer às mães trabalhadoras o serviço de acolhimento e assistencialismo. Desta maneira, as crianças recebiam a devida educação nas chamadas “Rodas dos expostos”.

As primeiras políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência no Brasil surgiram no final do século XIX e início do século XX. Todavia, a concepção de infância que se tinha era completamente diferente da atual. A criança não era vista como um sujeito de direitos.

As mudanças efetivas em relação às políticas públicas para a infância e a adolescência tiveram início no processo de democratização do país em todas as esferas. De acordo com Otenio, Otenio e Mariano (2008, p. 4)

No campo da assistência pública, incorporou-se a redefinição da infância e da adolescência como processos sociais de desenvolvimento humano e se estabeleceu

uma dimensão de prioridade à proteção social dirigida aos jovens, pessoas em formação, que exigem atenção específica. (OTENIO, OTENIO e MARIANO, 2008, p. 4)

Já na Constituição Federal de 1988, foi possível verificar alguns avanços a respeito das Políticas públicas envolvendo crianças e adolescentes. Brasil (1988) em seu artigo 24 afirma que: “ [...]Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XV - proteção à infância e à juventude [...]”

Em relação a assistência social, Brasil (1988) no seu artigo 203 afirma que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
(BRASIL, 1988, art. 203)

Após a promulgação da Constituição Federal, surgiram outras Políticas Públicas na tentativa de suprir a lacuna deixada por esta Constituição e prever medidas de proteção à infância e a adolescência. No entanto, a questão que se coloca aqui é: de fato as políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência no Brasil têm sido aplicadas? Quais os principais desafios enfrentados na área da educação para que a implantação destas legislações seja efetiva?

Perante os questionamentos apresentados, constitui-se como objetivo deste trabalho conjecturar sobre os avanços e desafios a serem enfrentados na implementação de políticas públicas voltadas para a infância e para a adolescência. Com base neste objetivo geral, delimitam-se então três objetivos específicos para este trabalho. São eles:

- Identificar os avanços da legislação brasileira em relação às Políticas Públicas voltadas para a infância e para a Juventude
- Identificar os principais desafios enfrentados na atualidade para aplicabilidade das normas vigentes e efetivação dos direitos da criança e do adolescente

Todavia, para que o trabalho cumpra os objetivos expostos, no primeiro momento deste escrito, serão apresentados ao leitor os resultados obtidos no levantamento das legislações federais que tratam sobre o tema e os conceitos expostos por elas de modo implícito e/ou explícitos.

Por fim, será apresentada ao leitor a análise da reportagem “Trabalho infantil: quase um milhão de menores trabalham em situação ilegal no Brasil, aponta IBGE”

escrita por Daniel Silveira para o site de notícias G1 com o objetivo de promover uma reflexão sobre a efetividade destas políticas públicas e os desafios propostos para implementação de tais políticas.

Uma exposição profunda desta reportagem será realizada em outro momento. Por hora, cabe apenas destacar que o número de crianças menores que trabalham em situação ilegal no Brasil permanece alto.

Considerando a constatação exposta, este trabalho parte da hipótese de que as medidas apresentadas para efetivar a garantia dos direitos da criança e do adolescente não tem sido suficiente e que grandes são os desafios para que isto ocorra de fato.

Durante o processo de verificação da hipótese apresentada, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo pelo fato de que – de acordo com Bogdan e Biklen (1994) – esta modalidade de pesquisa permite compreender os processos que envolvem qualquer tipo de fenômeno social. Bogdan & Biklen (1994) salientam cinco pontos essenciais que constituem as qualidades deste tipo de pesquisa. São eles:

- O fato de o ambiente natural ser a própria fonte de coleta de dados
- O sucesso na obtenção de uma descrição detalhada de fatos
- Atenção por parte do investigador aos processos e não somente aos resultados
- A imersão no conhecimento dos sujeitos participantes do processo ou fenômeno social
- A busca por detalhes na análise dos dados obtidos

Como metodologia de pesquisa para os fins deste trabalho, optou-se pela realização da pesquisa documental. Nas palavras de DAMASCENO et. al. (2009, p. 4556)

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. (DAMASCENO et. al., 2009, p. 4556)

No total, foram encontradas sete legislações promulgadas em âmbito federal que tratam sobre a infância e a adolescência. Do total de legislações encontradas, foram analisadas somente três pelo fato de atenderem aos critérios estabelecidos para esta pesquisa. Para a análise destas legislações, foi realizado um levantamento

no mecanismo de busca Google utilizando as palavras “infância, juventude e legislações federais”. Foi, também, elaborado um roteiro (Anexo A) com a finalidade de compreender os conceitos inseridos em todas as legislações.

Por fim, foi realizada a análise da reportagem “Trabalho infantil: quase um milhão de menores trabalham em situação ilegal no Brasil, aponta IBGE” escrita por Daniel Silveira com a finalidade de promover uma reflexão sobre os avanços e desafios na implementação de Políticas Públicas voltadas para a criança e o adolescente. Para análise da reportagem em questão, foi elaborado um roteiro (Anexo B).

Com a finalidade de subsidiar as análises e as discussões resultantes destas, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), Capes (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), considerando o período de 1990 a 2017. A procura por embasamento teórico nos sites citados foi realizada em Abril de 2018, por meio das palavras-chave Políticas Públicas, Infância e juventude.

Os principais referenciais teóricos utilizados para os fins do presente trabalho foram: Aries (1978) e Del Priori (1991).

1. Políticas públicas para a infância e a adolescência após a promulgação da Constituição Federal de 1988

Neste capítulo do trabalho, serão apresentados alguns dos conceitos provenientes das análises realizadas sobre as legislações que contemplam o tema em questão no seu preâmbulo. Serão apresentados alguns pontos comuns a todas as legislações e também, alguns pontos específicos de cada uma delas.

Durante o levantamento de dados, foram selecionadas três legislações que contemplam as abordagens realizadas para os fins deste trabalho. São elas:

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990
- Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016
- Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008

1.1. Pontos comuns a todas as legislações vigentes

Durante a análise das legislações apresentadas foi verificado que elas apresentam os seguintes pontos em comum:

- a. Concepção de criança
- b. Concepção de infância
- c. Concepção de adolescente
- d. Concepção de adolescência
- e. Envolvimento da família e todas as outras esferas da sociedade
- f. Envolvimento do estado na efetivação das medidas que garantem a efetividade dos direitos da criança e do adolescente

Em relação à concepção de infância, as legislações adotam o conceito definido por Ariés (1981) de criança pura ou inocente.

Sobre as concepções de criança e adolescente, todas as legislações concordam com o descrito por Brasil (1990, art. 3)

[...] A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, art. 3)

Ou seja, criança e adolescentes passam a serem sujeitos de direitos e deveres perante a sociedade.

Em relação à definição das fases infância e adolescência, as legislações em questão entram em comum acordo com Brasil (1990, art. 2) pois consideram como criança “[...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Com relação ao envolvimento da família, no desenvolvimento da criança e do adolescente, as legislações reconhecem que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 54. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990, arts. 4, 54 e 55)

Portanto, a legislação reconhece não somente a importância da socialização primária para o desenvolvimento da criança como também reconhece atribui a

responsabilidade a família em procurar outros ambientes de socialização secundária (escola, comunidade e etc.). Outra responsabilidade é atribuída também ao poder público a respeito da garantia dos direitos fundamentais da criança: a efetivação dos direitos da criança de forma geral.

1.2. Pontos comuns a algumas das legislações vigentes

Durante a análise das legislações apresentadas, foi constatado que duas delas apresentam os seguintes pontos específicos:

- a. Direitos da criança e do adolescente
- b. Medidas para garantia do direito da criança e do adolescente

Em relação aos direitos da criança e do adolescente que estão discriminados em ambas as leis, destacam-se:

- a. Direito à vida e a saúde
- b. Direito à liberdade, ao respeito e a dignidade
- c. Direito à convivência familiar e comunitária
- d. Direito à cultura, ao esporte e ao lazer
- e. Direito à educação
- f. Direito à profissionalização e a proteção no trabalho
- g. Direito à prevenção

Acerca do direito à vida e a saúde, Brasil (1990, art. 7) afirma que

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (BRASIL, 1990, art. 7)

Nos parágrafos subsequentes a este artigo, Brasil (1990) procura legislar sobre as questões assistenciais primárias que envolvem o desenvolvimento da criança desde a gestação até o nascimento da criança. Portanto, assegura-se o direito da gestante a consultas e acompanhamentos médicos desde os primeiros exames até o nascimento da criança.

De acordo com Santos et. al. (2015, p. 734)

A garantia do direito à saúde da criança remete à necessidade da integralidade na atenção e do empoderamento de cuidadores e famílias, por meio da construção de conhecimentos e fortalecimento das competências e habilidades referentes ao cuidado e atitudes de defesa, em que o profissional exerce papel de

facilitador e mediador, buscando promoção e garantia do direito à saúde. (SANTOS, 2015, p. 734)

A respeito do direito à liberdade, ao respeito e a dignidade, Brasil (1990) destaca que

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. (BRASIL, 1990, art. 15)

Este direito, nas palavras de Brasil (1990, art. 16) inclui os seguintes pontos :

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
 II - opinião e expressão;
 III - crença e culto religioso;
 IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
 V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
 VI - participar da vida política, na forma da lei;
 VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.
 (BRASIL, 1990, art. 16)

Quanto o direito ao respeito, Brasil (1990, art. 17) relata que este

[...] consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (BRASIL, 1990, art. 17)

Em relação à dignidade, Brasil (1990) em seu artigo 18 afirma que:

É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 1990, art. 18)

Em relação ao direito da convivência familiar e comunitária, Brasil (1990) afirma que:

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL, 1990, art. 19)

A propósito do direito à educação, Brasil (1990), diz que

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
 V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
 (BRASIL, 1990, art. 53)

Ao tratar sobre o direito do acesso à cultura e ao lazer, Brasil (1990) diz que

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularam e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. (BRASIL, 1990, arts. 58-59)

Quanto ao direito à profissionalização e a proteção do trabalho, Brasil (1990) em seu artigo 60 afirma que “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.” (BRASIL, 1990, art. 60) Em relação ao direito à prevenção, afirma que “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.” (BRASIL, 1990, art. 70) Das medidas apresentadas pelas legislações para garantir os direitos da criança e do adolescente destacam-se:

- Criação dos Conselhos e fóruns de proteção à infância e a juventude (Brasil, 1990)
- Medidas de total prevenção à integridade da criança (Brasil, 1990)

1.3. Pontos específicos apresentados pelas legislações vigentes

Em relação aos pontos específicos apresentados pelas três legislações, destaca-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um pouco mais detalhista ao tratar das medidas de prevenção e proteção. Quanto as outras duas legislações destaca-se que:

- A Lei 11770 tem como foco a criação do programa Empresa Cidadã cujo objetivo principal é fornecer o direito de prorrogação da licença maternidade para as gestantes

- A Lei 13257 realiza algumas alterações na legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente

2. Análise da reportagem “Trabalho infantil: quase 1 milhão de menores trabalham em situação ilegal no Brasil, aponta IBGE” escrita por Daniel Silveira.

2.1 - Descrição da reportagem

A reportagem selecionada para análise relata um problema que - embora tenha se tornado cada vez menos frequente no Brasil - ainda representa a realidade de quase dois milhões de crianças no país: o trabalho ilegal. Na reportagem são mostrados dados empíricos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2016.

De acordo com Silveira (2017), os números são alarmantes: 808 mil adolescentes entre 13 e 17 anos estão empregados de maneira ilegal. Seria esse talvez um reflexo das políticas não ou mal implementadas? Ou seria esse número fruto de uma situação socioeconômica muito pior do que se imagina?

2.2 - Análise e discussão dos resultados

Durante a análise da reportagem, foi verificado que o principal direito – que também é respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – abordado é o direito a profissionalização da criança e do adolescente.

Conforme já apresentado anteriormente, em seu artigo 60 Brasil (1990) relata que o trabalho de menores é proibido, salvo se este estiver na condição de aprendiz. No entanto, conforme relata Silveira (2017), é notório o descumprimento da legislação brasileira em relação a tal matéria nos casos apresentados pela reportagem.

Outro direito que, de acordo com Silveira (2017), é negado em alguns casos apresentados na reportagem é o direito à educação. Apesar de serem poucos os casos, ainda sim existem crianças e adolescentes que não estão matriculados em nenhuma unidade escolar.

Em contrapartida, na tentativa de tornar o direito à educação efetivo a esta pequena parcela da população, são notórios os esforços por parte dos Conselhos Tutelares em tomar as medidas cabíveis para que as famílias possam priorizar a educação de suas crianças e adolescentes.

Além desses, a reportagem ainda mostra outros problemas relacionados aos dados obtidos pelo IBGE acerca do mesmo assunto. Entre o total de crianças e adolescentes em situação ilegal, é notória a diferença de salários entre meninos e meninas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as análises realizadas, os objetivos propostos e a hipótese elaborada para este trabalho, salienta-se que – do ponto de vista legislativo – ocorreram muitos avanços no trato das questões relacionadas à infância e a adolescência. No entanto, uma das questões que se passaram pela minha cabeça no momento de análise destas legislações foi: Qual o motivo de um reconhecimento tão tardio em relação a necessidade de proteção da criança e do adolescente? Qual o real motivo em relação a despreocupação com o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente?

Apesar dos avanços consideráveis em âmbito jurídico, não se pode dizer que as leis voltadas para a proteção da criança e do adolescente tem efetivação plena. Claro que se fizermos uma comparação aprofundada com os anos anteriores veremos os avanços na luta pela garantia dos direitos primordiais da criança e do adolescente. Entretanto, para que a garantia destes direitos seja plena a ponto de erradicar o trabalho e a exploração infantil, há muito o que se realizar em relação às questões sociais a começar pela transformação da qualidade da educação e das medidas para garantir o acesso e a permanência destas crianças na escola.

Como é notório, a maioria das crianças e adolescentes que compõem os números mostrados pela reportagem estão localizadas na Região Nordeste. Não que a região em si seja importante mas todos sabem das condições de vida que tem a maioria dos moradores desta região. Muitas vezes o acesso à escola, para estas crianças e adolescentes, é dificultoso por causa da distância, da falta de transporte e entre outros fatores.

Portanto, a questão que fica aqui para futuras investigações é: o que precisa ser feito para que haja avanços significativos na garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGDAN, R & BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação. **Uma introdução a teoria e aos métodos** . Porto Editora, 1994. p. 13-80.

BRASIL. Constituição n. 001, de 5 de out. de 1988. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** . Brasília, p. 1-104, out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. Lei n. 8069, de 13 de jul. de 1990. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

Brasília, p. 1-66, jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. LEI n. 13.257, de 08 de mar. de 2016. LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016.. **Políticas Públicas para a Primeira Infância** . Brasília, p. 1-7, mar. 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 19 abr. 2018.

_____. LEI n. 11770, de 09 de set. de 2008. LEI Nº 11.770, de 9 de setembro 2008.. **Programa Empresa Cidadã** . Brasília, p. 1-7, set. 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm>. Acesso em: 19 abr. 2018.

DEL PRIORI, Mary. **História da Criança no Brasil** . São Paulo: Contexto, 1991. 97 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/51103076/Mary-del-Priori-HISTORIA-DA-CRIANCA-NO-BRASIL>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

JÚNIOR, Moysés Kuhlmann. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes. Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil** . 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000. cap. 2, p. 43-60.

Disponível em: <https://minhateca.com.br/Celso.Frederico.Lago/Documentos/500+Anos+de+Educa*c3*a7*c3*a3o+no+Brasil,839930564.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

OTENIO, Cristiane Corsini Medeiros ; OTENIO, Marcelo Henrique ; MARIANO, Érika Roberta . Políticas públicas para criança no brasil: o contexto Histórico-social e da saúde .

Revista Estação Científica , São Paulo, n. 6, p. 1 14, set. 2008. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/4339/6-politicas-publicascrianca-brasil-contexto-historico-social-saude.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

SANTOS, Jaqueline Silva et al. O cuidado da criança e o direito à saúde: perspectivas de mães adolescentes. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** , São Paulo, v. 49, n. 5, p. 733-740, jul. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49n5/pt_0080-6234-reeusp-49-05-0733.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

SILVEIRA, Daniel . Trabalho infantil: quase 1 milhão de menores trabalham em situação ilegal no Brasil, aponta IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 29 nov. 2017. Economia, p. 1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/trabalho-infantil-quase-1-milhao-de-menores-trabalham-em-situacao-ilegal-no-brasil-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SOUZA, Camila Anabela de Brito . **Concepção de infância em philippe ariès** . 2008. 34 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/CAMILA%20ANABELA%20DE%20RITO%20SOUZA%20CONCEPCAO%20DE%20INFANCIA%20EM%20PHILLIPPE%20ARIES.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ANEXOS

Anexo A

ROTEIRO PARA ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO OFICIAL	
Aspectos gerais	
Lei/nome do documento:	
Ano:	
Preâmbulo:	
Concepção de infância:	
Concepção de adolescência	
Definição de infância	
Definição de adolescência	
Concepção de criança:	
Concepção de adolescente:	
Aspectos específicos	
A lei é direcionada para uma faixa etária específica? () Sim. Especifique () Não	

Medidas para garantir os direitos da criança e do adolescente? Sim() Não ()

Envolve a família?

Anexo B

Roteiro construído para análise da reportagem

Quais os direitos da criança e do adolescente que são abordados na reportagem?

Como esses estão definidos por lei?

Os princípios legais apresentados na Constituição Federal e nas legislações analisadas são cumpridos nos estudos de caso apresentados na reportagem? Se não, quais são os princípios legais descumpridos?

Há cumprimento das medidas apresentadas em lei para garantia dos direitos da criança e do adolescente ? Quais?

Como a comunidade lida com as necessidades dos alunos apresentados na reportagem?

Os problemas apresentados na reportagem envolvem de alguma maneira questões relacionadas ao contexto social do aluno? Se sim, quais?

Anexo C

Trabalho infantil: quase 1 milhão de menores trabalham em situação ilegal no Brasil, aponta IBGE

Dados de 2016 mostram que 190 mil crianças de até 13 anos trabalham no país; na faixa etária entre 14 e 17 anos, são 808 mil em situação ilegal; ao todo, 1,8 milhão estão empregados.

O retrato do mercado de trabalho brasileiro revela que 998 mil menores são submetidos a trabalho ilegal no país. Deste contingente, 190 mil são crianças com até 13 anos de idade que não poderiam trabalhar sob nenhuma condição ou pretexto. Os dados são de 2016 e foram divulgados nesta quarta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A legislação brasileira proíbe que menores de 13 anos exerçam qualquer tipo de atividade de trabalho, remunerado ou não, indiferente da carga horária. Só é permitido

trabalhar a partir dos 14 anos, mas sob condições específicas, como menor aprendiz, por exemplo.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 1,8 milhão de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 17 anos trabalhavam no país em 2016 com carga horária média semanal de 25,3 horas. Deste total, segundo o IBGE, a maioria estava em condições ilegais.

A situação mais preocupante, segundo a analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, Flávia Santos, é das crianças de até 13 anos. Entre 5 e 9 anos de idade, eram 30 mil crianças ocupadas. Já no grupo entre 10 e 13 anos, este número saltou para 160 mil.

“O trabalho nessa faixa etária tem de ser abolido de todas as formas”, afirmou a pesquisadora.

Maioria não é remunerada

Infográfico mostra diferença de rendimentos entre meninos e meninas que trabalham (Foto: Alexandre Mauro/G1) Infográfico mostra diferença de rendimentos entre meninos e meninas que trabalham (Foto: Alexandre Mauro/G1)

Infográfico mostra diferença de rendimentos entre meninos e meninas que trabalham (Foto: Alexandre Mauro/G1)

Dentre as 190 mil crianças submetidas ao trabalho, apenas 26% recebem algum tipo de remuneração, segundo os dados do IBGE. O rendimento mensal médio destas foi de R\$ 141 para os meninos e R\$ 112 para as meninas.

“Isso mostra que o rendimento dos homens é sempre maior que o de mulheres desde a infância”, apontou Flávia.

Em números absolutos, o Nordeste é a região que concentra a maior parcela destas crianças submetidas a algum tipo de trabalho (79 mil), seguida pelo Norte (47 mil). Proporcionalmente à população, porém, o nível de ocupação de crianças era maior (1,5%) no Norte que no Nordeste (1%).

“O Nordeste tem uma população infantil muito maior que nas outras regiões do país. E sabemos que estas duas regiões concentram grandes desigualdades”, pontuou a analista do IBGE.

Do total de menores ocupados no país, 65,3% são meninos e 34,7% são meninas. O IBGE destacou, no entanto, que a participação feminina é maior na faixa etária de 14 a 17 anos e dos meninos no grupo entre 5 e 13 anos.

Trabalho x Educação

A pesquisa mostrou, também, que o trabalho não teve impacto significativo na taxa de escolarização das crianças de até 13 anos. Dentre as que não trabalhavam, a taxa foi de 98,6%, enquanto a das que estavam ocupadas foi de 98,4%. Já nas faixas etárias de 14 a 15 anos e 16 a 17 a variação da taxa de escolaridade foi, respectivamente, de 92,4% e 74,9% entre os adolescentes ocupados e de 97,1% e 86,1% entre as não ocupadas.

Um levantamento feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostrou que no mundo a taxa de escolarização na faixa etária de 5 a 13 anos entre as crianças submetidas ao trabalho ficou em 71,4%. “Comparar esse dado com o caso brasileiro não é válido por conta das diferenças culturais e sociais entre os países”, enfatizou a pesquisadora.

A pesquisa mostrou que 47,6% das crianças de 5 a 13 anos que trabalhavam em 2016 estavam ocupadas em atividade agrícola; 24,7% em segmentos como construção, indústria, transportes e serviços; 21,4% no comércio e 6,3% em serviços domésticos.

Segundo o IBGE, “a literatura aponta que, na agricultura tradicional, crianças e adolescentes realizam trabalhos sob supervisão dos pais como parte integrante do processo de socialização, ou seja, como meio de transmissão, de pais para filhos, de técnicas tradicionalmente adquiridas”.

“Indiferente de ser uma questão cultural ou não, isso tem que ser abolido. O trabalho infantil tem de ser combatido de todas as formas”, enfatizou o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo.

Ainda segundo a pesquisa, enquanto 66% dos adolescentes entre 14 e 17 anos que trabalhavam estavam ocupados na condição de empregado, 73% das crianças de 5 a 13 anos estavam na condição de trabalhador familiar auxiliar.

“Qual é o limite entre ajudar e trabalhar, de modo que seja cultural e educativo? É uma linha tênue. Por isso, é uma prática que tem de ser abolida”, reiterou a analista Flávia Santos.

“Às vezes o trabalho infantil fica disfarçado no serviço doméstico”, ponderou a gerente da pesquisa, Maria Lúcia Vieira.

A pesquisa analisou também as crianças e adolescentes que exerciam alguma atividade não relacionada à produção econômica. Constatou-se que 716 mil menores entre 5 e 17 anos realizavam trabalho na produção para o próprio consumo familiar. Destas, 91,6% frequentavam a escola.

Já 20,1 milhões de crianças realizavam trabalho relacionado com cuidados de pessoais e afazeres domésticos. Deste total, 95,1% eram estudantes.

“Tais resultados sugerem que, apesar de as crianças terem realizado tarefas fora da produção econômica, isso não impediu que a maioria absoluta delas se mantivesse na escola”, destacou o IBGE.

Adolescentes em trabalho ilegal

De acordo com a PNAD, dentre os adolescentes de 14 ou 15 anos que trabalhavam em 2016, 89,5% não tinham carteira assinada. Em números absolutos, eram 196 mil nesta condição.

O trabalho para adolescentes de 14 e 15 anos só é permitido no Brasil na condição de aprendiz, cuja contratação se dá por meio de contrato especial. Regulamentado por meio do decreto 5.598 de 2005, o trabalho do aprendiz demanda registro formal na Carteira de Trabalho e Previdência Social e obriga o empregador a oferecer ao menor formação técnico-profissional.

O aprendiz deve manter frequência regular à escola e não pode ter carga horária diária superior a 8 horas.

Conforme enfatizou o IBGE, os resultados indicam que este contingente de adolescentes estava em situação de trabalho infantil.

Já na faixa entre 16 e 17 anos, apenas 29,2% dos adolescentes que trabalhavam tinham registro formal de emprego o que, segundo o IBGE, também caracteriza trabalho infantil.

A pesquisadora Flávia Santos ressaltou ainda que há crianças e adolescentes trabalhando em funções perigosas e em condições insalubres, o que também é ilegal, mas a pesquisa não conseguiu investigar essa situação.

SERVIÇO SOCIAL

Como citar: BORDENAVE, Geisa. *O direito à moradia nas metrópoles brasileiras e o programa “Minha Casa Minha Vida”*. In: Revista Digital Simonsen, Nº 9, Dezembro. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen ISSN:2446-5941.

O DIREITO À MORADIA NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS E O PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA”

Por: GEISA BORDENAVE ⁹¹

⁹¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Sociologia Urbana, Mestre em Ciências Sociais e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do curso de Serviço Social - Faculdades Integradas Simonsen. geisabordenave@gmail.com

RESUMO

O programa federal *Minha Casa Minha Vida*, lançado ano de 2009, e considerado o carro-chefe da política habitacional no Brasil, alcançou metas quantitativas consideráveis. Assim, seu principal objetivo foi garantido: o impulsionamento da economia brasileira em um contexto de crise capitalista global. No entanto, o programa federal não se consolidou enquanto política pública de habitação social, e alguns problemas antigos no que se refere à questão urbana no Brasil tem se aprofundado, como a segregação urbana nas grandes metrópoles. Questionando a premissa da *casa própria* como única possibilidade de solucionar o problema da moradia no país, o artigo pretende trazer subsídios para o debate do *direito à moradia* e à cidade, apontando alguns limites e possibilidades do programa em questão.

Palavras-chave: Política Habitacional; Habitação; Direito à moradia; *Minha Casa Minha Vida*

INTRODUÇÃO

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2008, p. 73)

Há um conflito fundamental que constitui os alicerces das cidades capitalistas e, por isso, precisa ser analisado: neste modelo de sociedade, que é centrado na lógica do lucro, em detrimento da satisfação das necessidades das pessoas, a cidade se torna, necessariamente, um campo de disputas. Assim, estas disputas se dão em torno do que se convencionou denominar como a *cidade mercadoria* (MARICATO, 2015). Compreendemos então que a acirrada luta de classes existente nas cidades tem sua origem na impossibilidade de atender, ao mesmo tempo, classes sociais opostas e em disputa. Ou seja, não há maneira de remunerar os capitais e concomitantemente realizar os investimentos necessários para a reprodução do trabalhador, tais como transporte, moradia, saneamento e saúde (MARICATO, 2015). Sendo assim, podemos afirmar que a cidade se torna um campo de disputas e conflitos, e as camadas populares, portanto, aparecem em determinados contextos como movimentos sociais urbanos que questionam a cidade enquanto mercadoria, e reivindicam direitos sociais básicos, entre eles, o direito à moradia e à cidade. O Movimento Nacional de Luta pela Reforma Urbana (MNRU), orientado por esta perspectiva de análise, ganha novos contornos no final da década de 80, e levanta duas bandeiras fundamentais para a questão urbana no Brasil: a defesa da função social da propriedade e a gestão democrática das cidades. (MARICATO, 2015)

A experiência das cidades precede o modo de produção de capitalista, no entanto, com ele as cidades se modificam profundamente. Há uma crescente perda de prestígio da função social das cidades no capitalismo monopolista, que coincide com a ascensão do ideário neoliberal e a perda de espaço do *Welfare State*, acompanhando a perda de poder de sindicatos de trabalhadores e forças de esquerda. (MARICATO, 2015; NETTO & BRAZ, 2011) A pauta do direito à moradia e do direito à cidade são fundamentais para compreendermos a dinâmica urbana na

sociedade capitalista contemporânea. O direito à moradia aparece atrelado à noção de direito à cidade, categoria amplamente utilizada tanto na academia quanto por movimentos sociais urbanos, e surge na década de 60 na obra de Henri Lefebvre, definido como uma “plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade, que mercantiliza o espaço urbano e o transforma em uma engrenagem a serviço do capital.” (TRINDADE, 2012)

A moradia é um dos direitos básicos enunciados na Constituição Federal de 88. Isto não a torna, evidentemente, um direito garantido a toda a população. O acesso a direitos como saúde e educação, por exemplo, pode se dar através da lógica de mercado ou ser oferecida pelo poder público. Ainda que haja uma crescente precarização da saúde pública, que vem abrindo cada vez mais espaço para uma lógica privatista nesta área, ainda possuímos um sistema regido pela lógica da universalidade: o Sistema único de Saúde (SUS). A habitação, por outro lado, tem sido tratada quase exclusivamente pela lógica do mercado. Prevalece de forma muito contundente a noção de cidadão consumidor (MOTA, 1995), onde somente aqueles que possuem meios financeiros para tal podem acessar determinados "direitos", operando assim a lógica de uma "cidadania regulada" (SANTOS, 1994). Desta forma, aqueles que não podem adquirir uma moradia através do mercado precisarão, com frequência, buscar redes de apoio diversas que não envolvam o poder público, relegando a questão da moradia ao plano dos problemas individuais.

É relevante destacar que o direito à moradia, associado à noção de dignidade humana, assinalado na Constituição Federal de 88, constitui o conceito de *moradia digna*. Desta forma, compreendemos que as condições da moradia devem ser levadas em consideração quando tratamos desta questão. É necessário que a moradia garanta a dignidade daqueles que habitam nela. Segundo as determinações da Agenda Habitat⁹², para que a habitação seja considerada digna – ou adequada – é preciso que ofereça todas as condições para que os cidadãos possuam uma vida sadia e segura, fornecendo toda a infraestrutura básica, como água, saneamento básico e energia elétrica. O conceito de moradia digna não se restringe à infraestrutura interna da residência, sendo assim, fatores como o acesso aos serviços públicos -

⁹² NACIONES UNIDAS. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU HABITAT). Declaración de Estambul sobre los Asentamientos Humanos. Disponível em: www.un/habitat/agenda/espanol/ist-dees.html.

saúde, educação, transporte e coleta de lixo - precisam ser garantidos. Pressupõe-se ainda a necessidade de segurança da habitação: as áreas de risco, suscetíveis a desastres naturais e outros fatores que possam oferecer risco à vida de seus habitantes não podem ser consideradas adequadas ou dignas.

Tendo como ponto de partida a análise enunciada anteriormente, trago aqui algumas contribuições para o debate da questão urbana e da política de habitação nas metrópoles brasileiras contemporâneas. Estas reflexões são oriundas de minha trajetória como pesquisadora desde a graduação, em 2007, até a tese de doutorado, ainda em fase de conclusão.

***Minha Casa Minha Vida* – Política Econômica ou Política Social?**

O lançamento do programa *Minha Casa Minha Vida* ocorreu em 2009 como uma Medida Provisória (MP 459), reestruturando fundos já existentes e que haviam sido criados com outros objetivos, como por exemplo, o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – tendo a Caixa Econômica Federal como gestora e operadora. (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015, p. 74) A repercussão foi extremamente positiva no que se refere ao setor empresarial e também aos movimentos sociais, assim como aos representantes dos governos subnacionais presentes no Conselho das Cidades. O programa atendeu primordialmente famílias com menor renda, com subsídios que chegaram a 96% dos valores financiados. Durante apenas cinco anos o programa construiu quase 80% das unidades financiadas pelo extinto Banco Nacional de Habitacional, o BNH, em 22 anos de existência. Nestes moldes, a produção habitacional no Brasil ganhou "escala industrial" (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015). Algumas pesquisas de opinião realizadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e disponibilizadas no site do governo mostraram que, na época do lançamento, o programa teve uma forte repercussão na opinião pública. (CARDOSO & LAGO, 2015)

O programa federal *Minha Casa Minha Vida* surge como um programa econômico num momento de crise financeira que estava sendo desencadeada pelo “estouro da bolha imobiliária” nos Estados Unidos, no ano de 2008.

A bolha foi provocada pela provisão competitiva de crédito a cada vez mais compradores de habitações, gerando uma demanda em contínuo aumento por imóveis, cujos

preços não cessaram de subir durante cinco anos. A alta dos preços dos imóveis realimentava a bolha, fazendo que os seus efeitos afetassem o conjunto da economia. Os novos proprietários utilizavam a valorização dos seus patrimônios, que serviam como garantia, para tomar mais empréstimos, originando gastos adicionais que transmitiam a alta a outros setores econômicos. O aumento da demanda por mais consumo alcançava até mesmo produtos importados, fazendo que os efeitos da bolha imobiliária estadunidense se propagassem pelo mundo. (SINGER, 2009, p. 91)

Neste contexto, o programa foi concebido pelos ministérios da Casa Civil e Fazenda em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil, com o objetivo declarado de enfrentar a “crise dos suprimidos americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeira mundial” (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015). Esta é uma das mais fundamentais críticas que os pesquisadores da área de habitação e políticas públicas tem feito ao programa: não foi formulado para cumprir a função de uma política de habitação social, mas sim com a intenção explícita de alavancar a economia. Isto ocorre num contexto de crescente “financeirização” da habitação, onde vivemos uma intensa desconstrução da noção de habitação como um bem social, associada à sua transformação em mercadoria e ativo financeiro. (ROLNIK, 2015)

A mercantilização da moradia, bem como o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo. A crença de que os mercados poderiam regular a alocação da moradia, combinada com o desenvolvimento de produtos financeiros experimentais e “criativos”, levou ao abandono de políticas públicas em que a habitação é considerada um bem social, parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles com menos recursos – ou seja, um meio de distribuição de riqueza. (ROLNIK, 2015, p.34)

O processo de *financeirização* da moradia não é um elemento descolado da realidade social como um todo. Análises sobre o processo de mercantilização das políticas sociais (BEHRING, 2003) demonstram que esta lógica vem impactando todo o conjunto de direitos sociais e políticas sociais na contemporaneidade. Compreendemos então que a tensão entre a lógica do mercado e a lógica do direito não é uma particularidade da questão habitacional, e vem transformando todos os direitos sociais enunciados na Constituição Federal de 88 em mercadorias,

favorecendo a criação e a ampliação de setores lucrativos para as classes dominantes.

Uma das particularidades da questão habitacional é seu perfil de "ativo financeiro" (ROLNIK, 2015), mesmo para as camadas mais pobres da população. A dimensão da casa enquanto propriedade e ativo financeiro é muito presente na sociedade contemporânea, dificultando a consolidação de uma lógica do direito no que se refere à moradia. Permanece privilegiada a lógica de mercado, visto que nunca houve no Brasil uma política pública habitacional de fato controlada e regida pelo Estado. Embora o *Minha Casa Minha Vida* conte com subsídio financeiro público, o seu controle está de um lado, nas mãos de um banco - a Caixa Econômica Federal - e de outro, nas mãos do mercado, representado pelas construtoras. O setor privado se torna o principal agente promotor da política habitacional em todo o território nacional, sendo responsabilidade das construtoras e incorporadoras a iniciativa de produzir e escolher "terrenos, tipologia do empreendimento, tecnologias construtivas, número de unidades, qualidades dos materiais, ou mesmo a faixa de renda à qual o empreendimento seria destinado." (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015, p. 76) Esta característica é um dos grandes empecilhos para que o *Minha Casa Minha Vida* assuma características de uma política pública voltada para a habitação de interesse social.

Reforço da lógica segregacional nas metrópoles brasileiras

O *Minha Casa Minha Vida* triunfou em termos quantitativos e se consolidou enquanto política urbana em nível nacional. Em 2016, o governo federal anunciou que o programa havia alcançado impactos positivos no déficit habitacional, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, apontando para uma "redução anual média de 2,8% no déficit habitacional brasileiro entre 2010 e 2014".⁹³ Cumpriu brilhantemente sua função de política econômica: favoreceu a expansão dos lucros das empreiteiras e a construção de gigantescos conjuntos habitacionais se deu em todo o território nacional, apesar das críticas. No entanto, repetiu erros de seu antecessor, o BNH,

⁹³ Informação retirada do website do governo federal. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/minha-casa-minha-vida-acelera-queda-do-deficit-habitacional-no-pais>. Acessado em 27/03/2018, às 14:55h.)

que há muito já haviam sido apontados: as construções de conjuntos habitacionais nas periferias mais distantes das metrópoles acentuaram ainda mais os problemas da segregação socioespacial, sobretudo nas grandes metrópoles do país. Às camadas mais pobres da população, restam então as margens das grandes cidades (MIAGUSKO, 2014), com infraestrutura urbana precária que dificulta e até mesmo impossibilita o acesso a direitos básicos, tais como: lazer, saúde, educação, transporte.

Uma vez que as regras de mercado sugerem a garantia da maior taxa de lucro possível, ainda que os projetos atendam às exigências técnicas mínimas estabelecidas pelo Programa, os ganhos com a produção habitacional somente serão possíveis a partir de uma redução no custo de construção e/ou da redução do preço da terra. Tudo aponta para uma produção massiva de unidades na extrema periferia das cidades e a padronização dos empreendimentos. (MILANO, 2015, p. 9)

O reforço da lógica segregacionista das metrópoles está profundamente conectada com a lógica de mercado que rege o *Minha Casa Minha Vida*. Havendo o objetivo central de expandir os lucros dos setores de construção civil, evidentemente a preferência pela compra de terrenos mais baratos ocorrerá. As terras urbanas custos menores são encontradas nas regiões periféricas da cidade, afastadas da malha urbana, negando às camadas mais pobres da população o direito à moradia articulado e conjugado com o direito à cidade (LEFEBVRE, 2008) e produzindo, áreas semelhantes àquelas que, na década de 70, convencionou-se denominar como “cidades-dormitório” (LAGO, 2007). Temos assim um crescente agravamento das condições de moradia das populações pobres urbanas, ocasionando um intenso processo de “periferização” do crescimento metropolitano (GROSTEIN, 2001), e demarcando a lógica que destina aos pobres as margens da cidade.

O programa *Minha Casa Minha Vida* reforçou a lógica da segregação urbana, construindo as unidades habitacionais destinadas à população de menor renda nas periferias das cidades. No Rio de Janeiro, a maior parte das construções foram realizadas nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz, situados na Zona Oeste, região “mais mal servida de transporte, equipamentos, empregos e serviços da cidade” (ROLNIK, 2015, p. 365). É importante destacar que há uma quase completa ausência de unidades habitacionais construídas nas regiões centrais da cidade. Recentemente emergiram movimentos sociais urbanos que reivindicam o direito à

“moradia no centro”, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esta é, no entanto, uma pauta relativamente recente dos movimentos de moradia, também denominados como movimentos sem teto, e que ainda carecem de força e reconhecimento social, sobretudo diante do contexto de criminalização crescente dos movimentos sociais. (MIAGUSKO, 2014)

A “ideologia da casa própria”

Diversos autores têm discutido o que aqui chamaremos de “ideologia da casa própria”. Flávio Villaça (1986), Nabil Bonduki (1998), Gabriel Bolafi (1975; 1979) e Maria Carpintéro (1997), compreendem esta ideologia como “a maior vilã de qualquer tentativa de formulação de uma política que inclua o aluguel a baixo custo como programa de provisão habitacional efetivo” (MILANO, 2013). Trata-se de uma ideia disseminada e enraizada no Brasil onde a casa própria aparece como única forma de acessar a moradia digna. O direito à moradia se funde com um tipo de direito à propriedade, que cumpre importante papel na manutenção da ordem social capitalista: o cidadão deve ser proprietário de sua própria casa para assim garantir sua dignidade. O programa *Minha Casa Minha Vida* carrega em seu nome esta dimensão da casa própria como algo valioso e necessário.

O aluguel é compreendido como uma situação que carece de solução. De fato, estudos demonstram que as camadas mais pobres do Brasil tendem a comprometer uma grande parte de sua renda com o pagamento do aluguel, e esta é uma questão importante e urgente. No entanto, diferentemente de outros países, no Brasil não temos discussões concretas sobre a instituição de uma política pública de habitação ampla baseada na lógica do aluguel social. Segundo a análise de Joana Milano (2013), estamos diante de uma espécie de círculo vicioso: as políticas de aluguel social não ganham força devido à ideologia da casa própria ao mesmo tempo em que a ideologia da casa própria permanece dominante por conta da ausência de políticas de locação social.

A lógica do “déficit habitacional” é uma poderosa aliada da “ideologia da casa própria”. O déficit habitacional pressupõe que existe uma demanda não atendida de construção de “casas próprias” (ROLNIK, 2015), ou seja, parte-se do princípio de que há mais pessoas sem moradia do que casas construídas, e de que isto só poderia ser

solucionado através de construções de novas unidades habitacionais. Outro elemento muito relevante para a análise desta questão é a dimensão política estratégica da transformação dos cidadãos em proprietários. Desde a implantação do BNH, em 1964, esta é uma noção importante para a manutenção da ordem social. Sandra Cavalcanti, a primeira presidente do BNH, afirmou que “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito à propriedade” (ROLNIK, 2015, p.282). Antes da efetivação do golpe militar e no auge de sua campanha pela presidência da república, Lacerda anunciou o compromisso público de “instituir um Banco Nacional de Habitação Popular, visando à construção de milhões de casas populares no Brasil inteiro para fazer de cada trabalhador um proprietário e dar às classes médias um lugar ao sol” (MELLO, 1988, p.76).

Função social da propriedade e da cidade

Partimos então do pressuposto segundo o qual para solucionar o problema da moradia é necessário que cada cidadão se torne um proprietário. Além disso, seria necessário construir novas unidades habitacionais, desconsiderando a existência de propriedades que não cumprem sua função social. Diversos sistemas jurídicos contemporâneos compreendem a questão da função social da propriedade como um dever fundamental (COMPARATO, 2007). A lógica sobre a qual está fundamentado o conceito de função social da propriedade consiste na ideia de que uma propriedade, ainda que privada, precisa possuir uma utilidade para a sociedade. Assim, haveria um interesse coletivo que deveria ser considerado mais importante que o mero interesse individual.

Segundo Teizen Júnior (2004) o direito à propriedade, enquanto um direito individual, passou por muitas transformações no decorrer da história. Desta forma, ao longo dos séculos, o aspecto totalmente absoluto e inviolável do direito à propriedade passou a dar lugar a um direito, que embora individual, também necessita estar atrelado e consonância com os direitos e interesses da coletividade. Ao longo do século XX o aumento populacional, associado ao processo de industrialização e intensas transformações econômicas e sociais, implicaram em significativas modificações nos paradigmas do Direito. Segundo Teizen Júnior (2004) a relativização do direito à propriedade privada surge a partir da necessidade de atender aos problemas sociais que se agravam neste período histórico. No entanto, o direito de

propriedade possui ainda um lugar privilegiado em nosso sistema jurídico – que pode ser verificado no Código Penal, Título II, Código de Processo Civil e na Lei Federal n. 6.015/73, de Registros Públicos. Por isso, na prática, este direito individual ainda vem se sobrepondo à necessidade de função social da propriedade.

A Constituição Federal de 1988 garante a propriedade como direito fundamental do cidadão, contudo, determina que a propriedade deverá cumprir uma função social (Artigo 5.º, XXIII). Podemos então afirmar que o direito à propriedade não mais pode ser considerado absoluto e irrestrito, e deve estar atrelado aos interesses da sociedade como um todo. Ou seja, temos a noção de propriedade não mais como absolutamente individual, baseada em fins egoísticos, mas sim um direito individual que precisa estar atrelado aos interesses coletivos.

Por função social da propriedade há de se entender o princípio que diz respeito à utilização dos bens, e não à sua titularidade jurídica, a significar que sua força normativa ocorre independentemente da específica consideração de quem detenha o título jurídico de proprietário. Os bens, no seu sentido mais amplo, as propriedades, genericamente consideradas, é que estão submetidas a uma destinação social, e não o direito de propriedade em si mesmo. Bens, propriedades são fenômenos da realidade. Direito – e, portanto, direito da propriedade – é fenômeno do mundo dos pensamentos. Utilizar bens, ou não utilizá-los, dar-lhes ou não uma destinação que atenda aos interesses sociais, representa atuar no plano real, e não no campo puramente jurídico. A função social da propriedade (que seria melhor entendida no plural, 'função social das propriedades'), realiza-se ou não, mediante atos concretos, de parte de quem efetivamente tem a disponibilidade física dos bens, ou seja, do possuidor, assim considerado no mais amplo sentido, seja ele titular do direito de propriedade ou não, seja ele detentor ou não de título jurídico a justificar sua posse. (ZAVASCKI, 2002, p.844)

O debate em torno da função social da propriedade e da cidade está em pauta desde a preparação da Emenda Popular para a Reforma Urbana para o Congresso Constituinte em 1988. Os artigos 182 e 183 da Constituição estabeleceram como princípios a função social da cidade. No entanto, a aplicação ficaria a cargo dos planos diretores municipais, no caso de cidades com mais de 20 mil habitantes. (RODRIGUES, 2004) Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001, considerado um importante marco institucional para os movimentos sociais que reivindicam o direito à cidade e a reforma urbana.

O Estatuto da Cidade estabelece como seus princípios fundamentais as principais questões em pauta para os movimentos que lutam pela reforma urbana, e são eles: a gestão democrática das cidades que resulte numa justa e coerente distribuição dos ônus e benefícios resultantes do processo de urbanização; a recuperação de investimentos do poder público que tenham culminado numa valorização de imóveis urbanos; o direito a cidades sustentáveis, assim como à moradia, infra-estrutura urbana e serviços públicos. Além disso, confere aos municípios “novas possibilidades e oportunidades de gestão e financiamento de seu desenvolvimento”. (OLIVEIRA, 2001, p. 2)

O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos que podem garantir efetividade ao Plano Diretor, responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como preconiza o artigo 182. (OLIVEIRA, 2001, p. 5)

No que diz respeito aos avanços na temática do “direito à moradia”, o Estatuto da Cidade traz alguns avanços, como por exemplo, a abordagem do usucapião especial de imóvel urbano. O Estatuto da Cidade regulamenta o artigo 183 da Constituição Federal, que estabelece a aquisição de domínio para quem possuir área ou edificação urbana, com limite máximo de duzentos e cinquenta metros quadrados, pelo período mínimo de cinco anos - ininterruptamente e sem oposição - utilizando-a para própria moradia e/ou de seus familiares. Esta lógica só pode ser aplicada caso o morador não seja proprietário de outro imóvel (urbano ou rural). Quando não houver maneira de identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, há possibilidade de recorrer à usucapião coletiva.

Acerca da usucapião constitucional (art. 183), cumpre notar que o instituto não tem as mesmas características daqueles regulados pelo Código Civil. A Carta Magna introduz o instituto da usucapião pró-moradia em áreas urbanas, acrescido, pelo Estatuto da Cidade, da figura da usucapião coletiva, cuja previsão é importante para a regularização fundiária de favelas, loteamentos clandestinos e cortiços. A usucapião é instituto jurídico antigo, aplicado na área rural, e criado com fundamento na função social da propriedade, embora este princípio ainda não fizesse parte da Constituição Federal. (OLIVEIRA, 2001, p. 38)

No Art. 3º O Estatuto da Cidade determina que compete à União algumas atribuições consideradas de interesse da política urbana, tais como legislar sobre as normas gerais do direito urbanístico; estabelecer diretrizes e princípios para o pleno desenvolvimento urbano, incluindo moradia, transporte urbano e saneamento básico; e a promoção – em conjunto com Estados, Distrito Federal e Municípios - programas de construção de moradias e melhoria de condições habitacionais e infraestrutura urbana, inclusive saneamento básico.

Diversos autores e movimentos sociais vêm apresentando questionamentos sobre a questão dos imóveis vazios que não cumprem função social na cidade. O direito à propriedade privada, no Brasil, não é absoluto, ao menos em teoria. A Constituição prevê que a propriedade precisa cumprir uma função social, e o Estatuto da Cidade, de 2001, pretende garantir o planejamento participativo e o cumprimento da exigência da função social. No entanto, ainda não foi aprovada uma legislação que regule esta questão. Os movimentos sociais urbanos pautam-se no argumento de que existem muitos imóveis vazios nas metrópoles do país, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Estima-se que seria suficiente para suprir a demanda por moradia nas grandes cidades. A frase “tem mais casa sem gente do que gente sem casa” tem sido repetida por movimentos populares que reivindicam o direito à moradia no Brasil. Um levantamento realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, no ano de 2017, identificou 600 imóveis ociosos somente na área do centro da cidade⁹⁴. No entanto, o direito à propriedade tem se sobreposto ao direito à moradia, e a função social da propriedade enfrenta os limites postos por uma sociedade capitalista para ser concretizada.

⁹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/de-4400-construcoes-identificadas-no-centro-do-rio-600-estao-ociosas-21597065>. (Acessado em 14/02/2018, às 18:52h)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa *Minha Casa Minha Vida* surge como um programa econômico num contexto de crise financeira mundial. Em termos quantitativos, o sucesso foi e é inegável. Por outro lado, as análises qualitativas apontam para mais um fracasso no campo da política habitacional brasileira, sobretudo nas grandes metrópoles. O reforço da lógica da segregação urbana acentuou a condição de precariedade das camadas mais pobres da população. A moradia, que é condição fundamental para que seja possível garantir todos os demais direitos sociais, continua nas mãos do mercado: capital financeiro e da construção civil possuem quase total controle sobre o programa federal.

Considerando que a expansão dos lucros segue sendo o eixo central da política de habitação colocada em prática no país os resultados não são surpreendentes: o “produto casa própria” vendido pelo mercado para as famílias com menor renda possui péssima qualidade e localização precária em termos de infraestrutura urbana, dificultando o acesso aos serviços sociais básicos. A falta de possibilidade de moradias para os pobres nas regiões centrais dificulta também o acesso ao emprego, fazendo com que trabalhadores tenham que atravessar a cidade para trabalhar todos os dias. A habitação segue sendo utilizada como “pano de fundo da reprodução ideológica dos valores burgueses” (MILANO, 2015), e apesar da anunciada redução do déficit habitacional gerada pelo programa *Minha Casa Minha Vida*, crescem os loteamentos e assentamentos irregulares nas metrópoles do país. O aluguel social, implementado em diversos países da Europa, assim como programas pautados na lógica da propriedade coletiva, utilizadas com sucesso em outros países da América Latina, como o Uruguai e o Paraguai⁹⁵, seguem como possibilidades não exploradas e nem discutidas com a devida seriedade e engajamento no Brasil.

O *Minha Casa Minha Vida* implementou uma variação do programa nomeada *Minha Casa Minha Vida Entidades*, onde a principal diferença é a ausência das

⁹⁵ Refiro-me aqui a um determinado modelo de política habitacional bastante comum no Uruguai, baseado na ideia de cooperativa de vivenda por ayuda mutua, que inspirou outras cidades da América Latina a adotarem estas ideias. No Brasil, as primeiras cooperativas habitacionais baseadas nestas ideias de ayuda mutua, aqui conhecidas como mutirões autogestionários, ou mutirões com autogestão, surgiram em São Paulo, na década de 80. (BARAVELLI, 2006)

grandes construtoras – na maioria dos casos – e a presença de grupos organizados, ligados aos movimentos sociais de moradia. Nestes casos, são os grupos que acessam o crédito e são responsáveis pela gestão e construção das unidades habitacionais. Esta modalidade do programa surge como resposta às demandas dos movimentos populares que lutam por moradia e levantam a bandeira da autogestão⁹⁶. A qualidade das moradias é extremamente superior às que são construídas pelas grandes empreiteiras. O único grupo, na cidade do Rio de Janeiro, que acessou o crédito oriundo do Entidades, construiu um condomínio de 70 casas populares na região de Jacarepaguá e recebeu um prêmio de Melhores Práticas da Caixa⁹⁷, demonstrando o alto padrão das unidades produzidas. No entanto, para efeitos de análise da política de habitação o *Minha Casa Minha Vida* Entidades não é representativo. A maioria esmagadora das unidades habitacionais continua sendo planejada e produzida via mercado, e o Entidades representa uma parcela ínfima do programa: apenas 3% das contratações (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015). Isto apenas corrobora a afirmativa de que para o programa, o objetivo central é a expansão dos lucros dos setores imobiliários e financeiros, e não a construção de habitação de interesse social. É necessário repensar as políticas de habitação realizadas até então, e buscar alternativas que possibilitem políticas que atendam as classes populares de forma efetiva, concretizando o acesso ao direito à moradia digna e o direito à cidade.

⁹⁶ A autogestão na habitação é pauta de diversos movimentos populares por moradia, como a UNMP (União Nacional por Moradia) Assim, o que se defende é que a população organizada possa gerir todo o processo de construção de moradias populares, em detrimento do controle que vem sendo exercido pelo mercado nas políticas habitacionais.

⁹⁷ O prêmio “Melhores Práticas em Gestão Local” promovido pela Caixa Econômica Federal ocorre a cada dois anos e reconhece 20 práticas com os temas: Habitação, Gestão Ambiental e Saneamento, Gestão Municipal, Desenvolvimento Local e Inclusão Social e Trabalho Social. O prêmio em questão tem o objetivo de dar “visibilidade” a estes projetos, e não consiste num prêmio em dinheiro. Mais informações em http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/melhores_praticas_index.asp (Acessado em 12 de abril de 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORE, Caio S.; SHIMBO, Lúcia Z.; RUFINO, Maria Beatriz. (org) *Minha casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*, Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.

Baravelli, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação de Mestrado, FAU/USP, 2006.

BOLAFFI, Gabriel. 1975. *Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema*, Rio de Janeiro-RJ, Ensaios de Opinião.

BONDUKI, Nabil G.. 1998. *Origens da Habitação Social no Brasil*, São Paulo-SP, Estação Liberdade.

CARDOSO, Adauto; LAGO, Luciana. *Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Impactos urbanos e sociais*, Relatório final da pesquisa referente à chamada pública MCTI/CNPq/MCIDADES nº11/2012, Linha Temática 1 - Aspectos de desenho, implementação e avaliação do Programa *Minha Casa Minha Vida*, 2015.

CARPINTERO, Marisa V. T.. 1997. *A Construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*, Campinas-SP, Unicamp.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2007

GROSTEIN, Marta. *Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis"*, São Paulo Perspectivas. Vol.15 no.1, São Paulo Jan./Mar. 2001

HARVEY, David. *O direito à cidade*, Ver. Lutas Sociais, Puc/SP, n. 29, 2012. "Traduzido do original em inglês "The right to the city", por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. Esta versão foi cotejada com a publicada na New Left Review, n. 53, 2008.

LAGO, Luciana C. *A 'periferia' metropolitana como lugar do trabalho: da cidadedormitório à cidade plena*. Cadernos IPPUR, ano XXI, nº 2, ago-dez 2007.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*, São Paulo, Centauro, [1968], 2008.

MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*, Editora expressão popular, São Paulo, 2015.

MELLO, Marcus A B C de, *Classe, burocracia e intermediação de interesses na formação da política de habitação*, Espaço e Debates, n.24, ano VIII, 1988.

MEYER, R. P.; Leme, M. C.; Grostein, M.D. e Biderman, C. *São Paulo Metrópole Terciária. Entre a modernização pós-industrial e a herança social e territorial da industrialização*. São Paulo, FAUUSP/Ipea/Cebrap, Relatório Final, 1998

MIAGUSKO, Edson. *A produção das margens do Estado no centro de São Paulo: sem-teto nas ruínas de um presídio abandonado.*, Etnográfica [Online], vol. 18 (1), 2014

MILANO, Joana Zattoni. *Aluguel social no Brasil: algumas reflexões sobre a ideologia da casa própria.* Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90.* São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P.; Braz, M. *Economia política: uma introdução crítica.* 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

OJIMA, R. et alii. *O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil.* Cadernos Metrópole, v.12, nº 24, jul/dez 2010.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da cidade; para compreender...* / Isabel Cristina Eiras de Oliveira. - Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças,* São Paulo, Boitempo, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1994). *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.* 3. ed. Rio de Janeiro: Campus

SILVA, Marlon; Tourinho, Helena. *O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional.* Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 401-417, nov. 2015.

SINGER, Paul. *A América Latina na crise mundial.* Revista de Estudos Avançados, n. 23, vol. 66, 2009.

TEIZEN JÚNIOR, Augusto Geraldo. *A função social no código civil.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

TRINDADE, Thiago Aparecido. *Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade,* Lua Nova, São Paulo, 2012.

VILLAÇA, Flávio. 1986. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação,* São Paulo-SP, Global.